

**UNIOESTE – UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM HISTÓRIA– PPGH**

MARA DHULLE DOS SANTOS SILVA

GUAÍRA: A CIDADE EM TEMPOS DE DITADURA CIVIL-MILITAR (1964 – 1985)

Marechal Cândido Rondon

2016

UNIOESTE – UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - MESTRADO – PPGH

MARA DHULLE DOS SANTOS SILVA

GUAÍRA: A CIDADE EM TEMPOS DE DITADURA CIVIL-MILITAR (1964 – 1985)

Dissertação de Mestrado do programa de Pós-Graduação História, Poder e Práticas Sociais, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Vinculado a Linha de Pesquisa Estado e Poder.

Orientadora: Prof. Dra. Carla Luciana Silva

Marechal Cândido Rondon

2016

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

S586g Silva, Mara Dhulle dos Santos
Guaíra: a cidade em tempos de ditadura civil-militar (1964-1985). /Mara
Dhulle dos Santos Silva.— Marechal Cândido Rondon, 2016.
132 p.

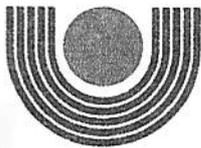
Orientadora: Prof^a. Dr^a. Carla Luciana Souza da Silva

Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná,
Campus de Marechal Cândido Rondon, 2016
Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em História

1. Ditadura civil-militar. 2. Guaíra. 3. Doutrina de segurança nacional. I.
Silva, Carla Luciana Souza da. II. Universidade Estadual do Oeste do Paraná.
III. Título.

CDD 22.ed. 321.9098162
CIP-NBR 12899

Ficha catalográfica elaborada por Helena Soterio Beijo – CRB 9º/965



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Marechal Cândido Rondon - CNPJ 78680337/0003-46

Rua Pernambuco, 1777 - Centro - Cx. P. 91 - <http://www.unioeste.br>

Fone: (45) 3284-7878 - Fax: (45) 3284-7879 - CEP 85960-000

Marechal Cândido Rondon - PR.

Programa de Pós-Graduação em História - Nivel Mestrado

Reconhecido pela Portaria Ministerial - MEC nº 1.077, de 31/08/2012, publicada no DOU de 13/09/2012.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

ATA DE DEFESA DO CURSO DE MESTRADO EM HISTÓRIA DA UNIOESTE

Aos quatro dias do mês de março de 2016, às 14h, reuniu-se, em sessão pública, a banca examinadora da defesa de dissertação de mestrado em história constituída pelos professores Dr^a. Carla Luciana Souza da Silva (Orientadora) (UNIOESTE), Dr. David Maciel (UFG) e Dr. Rodrigo Ribeiro Paziani (UNIOESTE), para avaliarem o trabalho "*Guaíra: a cidade em tempos de ditadura civil - militar (1964 - 1985)*" apresentado pela pós-graduanda **Mara Dhulle dos Santos Silva** para a obtenção do título de "Mestra em História" no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em História da UNIOESTE, Campus de Marechal Cândido Rondon. A banca examinadora considerou o trabalho aprovado. Nada mais havendo a constar, eu Carla Luciana Souza da Silva, orientadora do trabalho, lavrei a presente ata que vai assinada por mim, pelos demais membros da banca examinadora e pela pós-graduanda avaliada.

Marechal Cândido Rondon, 04 de março de 2016.

Carla Luciana Souza da Silva
Orientadora

David Maciel
Membro

Rodrigo Ribeiro Paziani
Membro

Mara Dhulle dos Santos Silva
pós-graduanda

Dedico este trabalho aos meus pais, que sempre me apoiaram; aos meus irmãos que são, acima de tudo, meus amigos; e aos meus amigos, que são como irmãos.

AGRADECIMENTOS

Venho agradecer a todos que me apoiaram e me ajudaram durante todo o processo, que neste momento se conclui com esta dissertação, mas que se iniciou antes mesmo da graduação. Por isso agradeço, principalmente, aos meus pais, Maria Amâncio dos Santos e Devenil da Silva, pelo apoio psicológico e todo seu amor. Sem eles não teria conseguido nada em minha vida. Tenho muito orgulho de ser filha desses dois sujeitos que fazem, e fizeram, de tudo para que seus três filhos pudessem ter uma chance de sobreviver.

Quero aqui agradecer por todas as noites em que minha mãe chegou cansada de seu trabalho, como boia-fria, e, posteriormente, como doméstica, e fez questão de verificar se fizemos os deveres escolares, pois sempre fez questão que seus filhos fossem à escola; pelas vezes que nos deitávamos em tapetes velhos, mas cheios de amor e dedicação, estrategicamente colocados ao lado da casa de madeira que habitávamos de favor, para nos mostrar as estrelas e, mais do que isso, como o mundo era bem maior que a vida que levávamos.

Quero agradecer aos meus irmãos que são “super”. São meus amigos, acima de tudo; são as pessoas que, em todas as horas, me deram forças para seguir em frente. Sei que estariam lá sempre que eu precisasse, pois sempre estiveram. São meus heróis, como eu os via quando pequena; um com a força de Zeus, e outro com a inteligência de Atena: agradeço à Deivit Ângelo dos Santos Silva e Dherwerson dos Santos Silva.

Aos meus amigos que me aturaram e sempre estiveram presentes durante esta fase da minha vida. Mesmo eu não tendo tempo para eles, em alguns momentos, eles sempre me apoiaram a continuar e me recebiam de braços abertos quando eu voltava do mundo dos livros!!!

Agradeço às “meninas”: Mirian – a mãezona, Camila – sempre alegre, Talita – a mais assertiva, Leonita – que apesar de ter nos abandonado no meio do caminho será sempre uma de nós.

A nova família que ganhei durante esses dois anos de mestrado: Hiolly, Veridiana, Sabrina, Fernanda, Roni, Rafael, Maria, Tatiane, Joh, Jonas... Melhor parar por aqui, senão, terei que listar todos. Ficam registrados meus mais sinceros agradecimentos e abraços.

Também agradeço aos meus professores que me educaram, tanto academicamente,

como para a vida; em muitos momentos indo além de suas funções de docentes, se tornando conselheiros.

Agradeço a professora Dr^a Carla L. Silva que me acompanhou e me orientou durante todo o período de elaboração e prática desta pesquisa, e que, apesar de tudo, esteve presente me revigorando, me incentivando a ser sempre melhor, e a buscar sempre por modos de continuar.

Bem, agradeço a todos que me ajudaram em diferentes momentos; a todos que me fazem ser quem sou, que me deram bases para ser a pessoa que sou hoje, desde aos meus primeiros professores: à professora Raquel Barbosa que, já nas primeiras séries, acreditou em mim quando nem eu mesmo acreditava; à professora Sônia Pastio que, no meu ensino fundamental, me mostrou o tipo de profissional que eu gostaria de ser, mesmo ainda não tendo escolhido uma profissão naquela época.

Não conseguiria descrever aqui todas as pessoas que eu gostaria de agradecer. Agradeço também ao meu “quinteto fantástico” dos tempos de Roosevelt, aos ”meninos” que nos faziam rir sempre, muito obrigada. Sou grata pela amizade, pelo companheirismo.

Nem tenho como mensurar quanto sou grata a todos. Posso não tê-los mencionado neste momento, mas, ao fim, só tenho a agradecer.

MUITO OBRIGADA!!!

“Não vou dizer que suas amoreiras estão mortas, mas receio que não estão vivas”.

Jane Austin, Carta de 03 de maio de 1811.

RESUMO

O trabalho propõe a análise da experiência do município de Guaíra – PR no contexto de Ditadura de Segurança Nacional, e sua instauração nos anos de 1964 a 1985 no Brasil, ou seja, analisaremos como esta pequena cidade, localizada no extremo Oeste paranaense, foi afetada pelos ditames da Ditadura. Observaremos como a cidade se estruturou antes da instalação do regime ditatorial; a importância da união do executivo nacional com o executivo municipal para direcionar o projeto da cidade durante os anos de ditadura; acompanhando também como alguns desses atos alteram a política local, e o cotidiano da cidade e de seus munícipes nos dias atuais. Além disso, será analisado como, durante o período ditatorial, foram aplicadas diferentes formas de coerção na dita cidade da região Oeste paranaense, que perfaz divisa com o Estado do Mato Grosso do Sul e o país vizinho, Paraguai.

Palavras chave: Ditadura Civil-Militar, Guaíra, Política, Doutrina de Segurança Nacional.

ABSTRACT

GUAÍRA: THE CITY IN TIMES OF CIVIL-MILITARY DICTATORSHIP (1964 – 1985)

The paper proposes the analysis of the experience of the city of Guaíra - PR in the context of Dictatorship of National Security, and its introduction in the years 1964-1985 in Brazil, that is, look at how this small town, located in the extreme west of Paraná, was affected by the dictates of the Dictatorship. We look at how the city was structured before the installation of the dictatorship; the importance of the national executive union with the municipal executive to direct the city project during the years of dictatorship; following also as some of these actions change local politics, and daily life of the city and its citizens today. Moreover, as will be discussed during the dictatorship period were applied different forms of coercion in this city of Paraná Western region, which makes the border with Mato Grosso do Sul State and the neighboring country of Paraguay.

Keywords: Dictatorship Civil-Military, Guaíra, Politics, National Security Doctrine.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1. O DESFILE

FIGURA 2. MAPA DE LOCALIZAÇÃO

FIGURA 3. MAPA DE GUAÍRA EM 1953

FIGURA 4. PLANTA DA LOCALIZAÇÃO DAS RUÍNAS DA CIDADE REAL DEL GUAYRÁ

FIGURA 5. PLANTA BAIXA A PARTIR DE VISTA AÉREA DA CIDADE REAL DO GUAIRÁ

FIGURA 6: INCURSÕES DAS BANDEIRAS PAULISTAS NA PROVÍNCIA DE GUAÍRA

FIGURA 7. PORTO MOJOLI/GUAÍRA

FIGURA 08. O PORTO E A PASTAGEM

FIGURA 9. A LOCOMOTIVA - RETRATOS DA LOCOMOTIVA QUE CIRCULAVAM PELO PORTO MOJOLI

FIGURA 10. LOCOMOTIVA NUMERO 04

FIGURA 11. DOCUMENTO DE CRIAÇÃO LEGAL DO MUNICÍPIO DE GUAÍRA

FIGURA 12. FOTO OFICIAL DO PREFEITO KURT WALTER HASPER.

FIGURA 13. CERTIFICADO DE NOMEAÇÃO - DOCUMENTO DE CERTIFICAÇÃO DA NOMEAÇÃO DE KURT WALTER HASPER COMO PREFEITO DE GUAÍRA

FIGURA 14. REQUERIMENTO POR “VOTO DE LOUVOR” - REQUERIMENTO SOLICITANDO “VOTO DE LOUVOR” E APLAUSOS DE RECONHECIMENTO” DO MAJOR JAIRO LERY DOS SANTOS AO STATUS DE CIDADÃO HONORÁRIO DA CIDADE DE GUAÍRA

FIGURA 15. REQUERIMENTO DE ATA - REQUERIMENTO ENVIADO AO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL EM 02 DE ABRIL DE 1971, PELO MAJ. INF. GETULIO VARGAS SOARES

FIGURA 16. ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 11 DE ABRIL DE 1971 - CÓPIA DA ATA SEÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 11/03/1971

FIGURA 17. REQUERIMENTO DE TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO - REQUERIMENTO EMITIDO PELO VEREADOR GUERINO CAVALIERE EM 1971 SOLICITANDO A NOMEAÇÃO DE FERNANDO LOPES QUINTAS O TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO

FIGURA 18. REQUERIMENTO CONFIDENCIAL - PEDIDO DE INVESTIGAÇÃO EMITIDO PELO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUAÍRA

FIGURA 19. AVISO DE COLOCAÇÃO DE NOVAS FAIXAS DE PROTESTO CONTRA O PREFEITO ESPOSTAS PELA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ORDEM DO PRESIDENTE DA CÂMARA EM 25/11/1980

FIGURA 20. PAGINA 03 DA TA DA 29ª SESSÃO ORDINÁRIA OCORRIDA NA CÂMARA MUNICIPAL DE GUAÍRA – REQUERENDO C.P.I. DO MANDATO DO PREFEITO KURT WALTER HASPER.

FIGURA 21. CÓPIA DO PROCESSO CONTRA KURT WALTER HASPER

FIGURA 22. CÓPIA DO PROCESSO CONTRA KURT WALTER HASPER

FIGURA 23. IMAGEM AÉREA DAS SETE QUEDAS. FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍRA

FIGURA 24. SETE-QUEDAS SUBMERSAS

FIGURA 25. VISÃO AÉREA DE GUAÍRA EM 1950

FIGURA 26. VISITANTES NO PERÍODO QUE ANTECEDEU A INUNDAÇÃO OCORRIDA EM 1982

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AI	ATO INSTITUCIONAL
CEV-PR	COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE - PARANÁ
CIA.	COMPANHIA
DEOPS	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL
DSN	DOCTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL
EUA	ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA
EXC.	EXECELENTÍSSIMO
FRON.	FRONTEIRA
IBGE	INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
MS	MATO GROSSO DO SUL
PR	PARANÁ

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1 – A ESTRUTURAÇÃO DE UMA CIDADE.....	33
1.1 O TERRITÓRIO	33
1.2. DE QUEM É A TERRA: AS PRIMEIRAS EXPEDIÇÕES.....	37
1.3 DE GUAYRA PARA GUAÍRA.	43
1.4. A EMANCIPAÇÃO POLÍTICA.....	50
CAPÍTULO 2. POLÍTICA MUNICIPAL.....	54
2.1. A DITADURA CIVIL-MILITAR: O CONTEXTO NACIONAL	54
2.2.É DECRETADA ÁREA DE SEGURANÇA NACIONAL: PROTEGER A FRONTEIRA OU PROTEGER AS PESSOAS?	56
2.3.A DITADURA NACIONAL E GUAÍRA	61
2.4. ENQUANTO ISSO EM GUAÍRA.....	64
2.5. O MANDATO DE KURT WALTER HASPER.....	66
2.6. A PEQUENA POLÍTICA.....	75
2.7. UMA DITADURA NO OESTE PARANAENSE.....	81
CAPÍTULO 3. AS “ARMAS” DITATORIAIS.....	84
3.1. A MANUTENÇÃO DO PODER.....	84
3.2. OPOSIÇÃO AO MANDATO HASPER.....	93
3.3 A USINA HIDRELÉTRICA DE ITAIPU	104
3.3.1. As Sete Quedas	106
3.3.2. Protestos Contra a Inundação	111
3.4.A ABERTURA POLÍTICA E O APRISIONAMENTO DA MEMÓRIA.....	117
CONCLUSÃO.....	124
BIBLIGRAFIA	130

INTRODUÇÃO

Seria ilusório supor que este trabalho responderá a todas as questões acerca da cidade de Guaíra-PR¹, ou sobre a Ditadura Civil-Militar brasileira. Menor ainda é a possibilidade de encontrar um arquivo e/ou uma fonte ideal, que nos esclareceria todos os fatos que ocorreram neste período; não existem fontes que solucionam todas as problemáticas e fecham todas as lacunas.

Assim, não há a intenção de este trabalho terminar uma discussão, solucionando todas as questões sobre a Ditadura de Segurança Nacional², sobre Guaíra e o Brasil; há, como objetivo, a necessidade de apontar novas possibilidades de análise nas temáticas acima apontadas, trabalhando a Ditadura Civil-Militar, fora do eixo Rio/São Paulo, e fora dos grandes centros urbanos do Brasil, levando o leitor a novas perspectivas de compreensão da história nacional a partir das questões regionais do interior do país: como essas cidades menores são afetadas pela Ditadura de Segurança Nacional, pelos limites fronteiriços implantados neste período, pela intensificação da “segurança” e, mesmo, pelas mudanças no sistema político municipal, a partir do contexto ditatorial.

Ainda há um longo caminho a ser percorrido para uma melhor compreensão dos fatos ocorridos neste período; e este trabalho se propõe como uma forma de problematizar alguns deles. A proposta é de no primeiro capítulo, realizar uma análise de como a cidade de Guaíra se estruturou até os anos de 1960, buscando esclarecer os antecedentes deste município e, ainda, apresentar um pouco de sua história a um leitor que desconheça a região.

O texto que irá ler perpassa a História do município de Guaíra, uma cidade localizada ao Oeste do Estado do Paraná, e perpassa, também, a história de milhares de pessoas que vivem e/ou vivenciaram esta história. Assim, é fundamental enunciar que esta também é minha história. Cresci nesta cidade interiorana, passei meus primeiros anos e dei meus primeiros passos por estas ruas. Foi em suas escolas que tive contato pela primeira vez com a História Brasileira, e foi conversando com seus moradores (amigos e conhecidos), que me inteirei da História guairense.

¹ Durante o texto usarei apenas o nome Guaíra para me referir a cidade, deixando claro que estou me referindo a Guaíra localizada no estado do Paraná, para evitar qualquer confusão com Guaíra localizada em São Paulo.

² Parte-se da premissa que as ditaduras ocorridas no Cone Sul a partir da década de 1950 como Ditadura de Segurança Nacional a partir de suas características implantadas com o apoio estadunidense e inserida no contexto pós Segunda Guerra Mundial – ver COMBLIN, P. Joseph. **A ideologia da Segurança Nacional** - o poder militar na América Latina, e PADRÓS, Enrique. **Como el Uruguay no hay...** Terror de Estado e segurança nacional no Uruguai (ver bibliografia).

As aspirações deste trabalho são analisar as questões sociais, políticas e econômicas dentro de um período determinado, entre os anos de 1964 a 1985, permitindo a compreensão das relações e influências exercidas durante o período ditatorial sobre a cidade de Guaíra. Porém, algumas questões que me propus a analisar no começo da pesquisa ainda não foram concluídas, e merecem ser melhor desenvolvidas em pesquisas futuras.

Pesquisar as diferentes formas em que a ditadura nacional atuou na cidade de Guaíra ainda é uma tarefa difícil, mas este tipo de pesquisa vem melhorando bastante, apesar do complexo acesso às fontes e da pouca bibliografia específica sobre o tema. Estes desafios vêm diminuindo, graças ao andamento do projeto de pesquisa “Ditadura no Oeste do Paraná: história e memória” que, conforme a professora Dr. Carla L. Silva relata, “nasceu da necessidade concreta de intervenção social do grupo de historiadores envolvidos no projeto”³. Nesse sentido, o Grupo de pesquisa HISTÓRIA E PODER, e a Linha de pesquisa “ESTADO e PODER”, vinculados ao PPGH da UNIOESTE, vêm desenvolvendo pesquisas que têm abordado questões regionais e nacionais sobre a Ditadura Civil-Militar no Brasil, e no Paraná.

No ano de 1964, mais especificamente no dia 31 de março, os militares tomaram o poder do Estado brasileiro e “por meio de decretos e imposições legais, que ficaram conhecidos como Atos Institucionais, foram impondo a ordem pretendida: segurança e desenvolvimento”. Dentre estas resoluções estão inseridos os decretos do segundo Ato Institucional, o AI-2, que estabeleciam que os prefeitos de municípios de área de segurança nacional poderiam ser nomeados a partir de indicações de confiança, ou seja, com a aprovação das Forças Armadas. Esses mandatos, leis e decretos que restringiam o poder político do povo estavam sendo aplicados desde o AI-1.

UM RELATO PESSOAL

Esta dissertação não se iniciou nos últimos dois anos em que estive no mestrado. Posso afirmar que ela é o resultado de um processo histórico pessoal que, diante do “ofício do historiador”, culminou no texto que se segue.

³ SILVA, Carla Luciana. Uma Pesquisa Necessária: a Ditadura No Oeste Do Paraná. In: SILVA, Carla L.; CALIL, Gilberto G.; SILVA, Marcio A. Both da (org.). **Ditaduras e democracias**: estudos sobre poder, hegemonia e regimes políticos no Brasil (1945-1014). Porto Alegre: FCM Editora, 2014, p. 131.

Já se passaram quase dois anos desde que iniciei esta pesquisa. Quando comecei os primeiros planos, as ideias eram audaciosas. Devo confessar que a vontade era, quase, de “salvar o mundo” e, assim que comecei a pesquisar, meus sonhos de grandeza de “redescobrir a história” de Guaíra tiveram que ser alterados para algo mais real e possível de ser posto em prática. Nestes momentos de decisão, de definir os pontos e fatos a serem desenvolvidos no trabalho, as conversas realizadas com a orientadora foram essenciais.

Desde meus primeiros anos no primário, em meados dos anos 1990, fui “cordialmente convidada” a participar dos desfiles de Sete de Setembro, que ocorriam anualmente na principal Avenida de Guaíra. Destes participam os alunos de todas as escolas guairenses e os representantes dos órgãos municipais, estaduais e federais que estão sediados no município.

Este pode parecer ser um fato sem importância visto a distância temporal entre os dias atuais e tais acontecimentos que relato, porém, há um ponto interessante para a análise: dentre os órgãos do Estado que se apresentam anualmente, nesse evento, estão os segmentos das Forças Armadas sediadas em Guaíra. Para mim, uma indagação sempre existiu: por que esse ato acontece? Por que uma cidade tão “pacata”, como Guaíra, acolhe tanta força policial? Por que todos esperam até o fim do desfile, anualmente, como num ritual, para assistir ao Exército passar com seus pelotões e armas a mostra (como pode ser observada na imagem que se segue, retirada durante o Desfile de 07 de setembro de 2015).



FIGURA 1. O DESFILE - PASSAGEM DA 15ª CIA DE FRONTEIRA MOTORIZADA NA AVENIDA MATE LARANJEIRA, CENTRO DA CIDADE DE GUAÍRA⁴.

Fonte: Acervo pessoal, foto tirada em 07 de setembro de 2015, durante o desfile cívico de Guaíra.

As primeiras pesquisas realizadas não responderam minhas indagações, aquelas de uma pequena menina na calçada da avenida. Muito pelo contrário, me levaram a diversas outras questões, que me encaminharam à graduação no curso de História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Nesse momento, foi possível perceber que algumas das questões atuais, feitas por mim e por historiadores, sobre a cidade de Guaíra, têm suas origens e respostas no período Ditatorial Brasileiro. Assim, surgiu o trabalho de conclusão de curso “**Guaíra: a influência da Doutrina de Segurança Nacional na sociedade guaírense (1964-1985)**” defendido em 2013.

⁴ Fotografia registrada por SILVA, Mara D. S. em 07 de setembro de 2015.

As indagações primárias foram parcialmente definidas durante meu processo de formação acadêmica, porém, como o “mal do historiador” nunca é solucionado, durante a pesquisa para a monografia, pude observar de perto diversos habitantes deste município, tendo ouvido diferentes relatos acerca do período ditatorial, colhidos dos moradores mais velhos que o vivenciaram.

Também, pude observar, como eleitora deste município, e durante a pesquisa, que diferentes sujeitos se mantinham em cargos estratégicos da política pública, mesmo tendo feito parte do governo ditatorial. Como poderemos observar mais adiante, por eles terem participado da política local daquele período, ainda estão relacionados com o atual contexto político e econômico da cidade de Guaíra.

A DITADURA NAS REGIÕES INTERIORANAS

O texto a seguir conta uma parte da história guairense, que apresenta indícios que possibilitam também a compreensão da história do período ditatorial brasileiro no município de Guaíra. Pode parecer desnecessário o estudo e/ou análise de um pequeno município localizado na região do extremo Oeste paranaense. Porém, o que se pretende não é um deslocamento das questões da historiografia, mas um avanço na apreensão do que ocorreu nas regiões interioranas durante o período ditatorial brasileiro.

Para além do estudo de uma cidade interiorana, o que se pretende é a análise desta durante o período ditatorial brasileiro, buscando promover um desdobramento das análises realizadas até agora sobre este período, dando um passo para além da leitura de algo ocorrido, ou com impacto, apenas nos grandes centros urbanos, entendendo assim, que a Ditadura Civil-Militar ocorreu de forma abrangente, tendo suas influências em todo o território nacional e, mesmo, internacional⁵. Analisar este período da história brasileira como algo ocorrido apenas nos grandes centros não permite compreender toda a complexidade de um país extenso e diverso como o Brasil.

De forma mais objetiva, este trabalho se pretende como forma de compreender as dinâmicas e mudanças ocorridas a partir da instauração do Golpe Civil-Militar brasileiro de

⁵ Falamos em nível internacional, pois uma das características da ditadura brasileira foi a interferência e alianças internacionais, por exemplo, os cursos dados pela Escola Superior de Guerra e casos como a Operação Condor.

1964, bem como compreender este novo contexto nacional que alterou e influenciou a dinâmica das políticas municipais, mesmo de regiões muito interioranas.

Deste modo, uma das questões que se apresentam para serem analisadas neste trabalho é a das disputas pelo poder local, e o fato de a prática política municipal estar intrinsecamente relacionada às práticas políticas nacionais, do governo ditatorial: por muitas vezes a elite municipal guairense pôde usufruir da influência política nacional, por meio dos órgãos públicos, para direcionar os caminhos a seguir, e para se beneficiar (seguindo seus interesses particulares).

Há ainda, além desta questão, uma problemática adicional. Quando nos referenciamos a existência de

documentos históricos encarcerados, em todos os níveis, quer públicos ou privados, a imensa maioria já foi destruída. Este autor presenciou no passado muitos acervos contendo livros, fotos, documentos que eram jogados nas calçadas para quem quisesse levar e, sempre a desculpa para esse “despejo” era a mesma: arrumar espaço, ter espaço e destruir a história e muitas das vezes o direito de muitas pessoas. E, até hoje é assim, muitos se referem ao arquivo histórico, e isso na maioria das instituições públicas e privadas, como “arquivo morto”, bem pejorativo, porém o maior crime é que esses arquivos históricos vem mesmo sendo “assassinados”, quanta cultura e verdade...⁶

Ao ponderar sobre esta questão não foi preciso ir muito longe, e posso me referir à presente pesquisa para a dissertação de mestrado. Desde o início, passei por diversas dificuldades com as fontes: entrevistas negadas, ainda que previamente agendadas; algumas que já tinham sido realizadas, ou iniciadas em conversas informais anteriores, foram recusadas com argumentos como: “Não é bem assim! Este tipo de conversa não pode ser feita dessa forma...”; e, ainda, requerimentos de acesso a arquivos foram negados sem justificativa.

Sobre estes, posso citar os pedidos de acesso aos arquivos do 34º Batalhão de Infantaria Motorizado, localizado em Foz do Iguaçu – PR; da 15ª Companhia de Infantaria Motorizada localizada na cidade de Guaíra; da Delegacia Fluvial de Guaíra, entre outros. Todos foram rejeitados! Um que recebeu breve resposta, foi o pedido de acesso feito à 15ª Companhia de Infantaria Motorizada: se a presente pesquisadora ainda tivesse interesse em ter acesso aos seus arquivos, deveria encaminhar outro requerimento ao Gabinete do

⁶ ALEKSIEJUK, Omar Fedato. **Esta terra tem dono** – Guayrá. 100 anos de Guaíra edição comemorativa (06.05.1908-06.05.2008). Curitiba: Editora Copi Batel, 2008, p.8.

Comandante do Exército em Brasília, sob comando do Exc. Senhor General de Exército Enzo Martins Peri. Como direcionado pela resposta recebida, o requerimento foi enviado, e, até a atual data não foi, sequer, respondido.

Dentro dessas condições, este trabalho é parte de uma série de outras pesquisas que se voltam a análise da questão ditatorial fora do eixo dos grandes centros urbanos, que assim como outros “vários trabalhos acadêmicos tem dedicado maior atenção a fatos ocorridos no interior do país, que relacionam a questão nacional com a regional”⁷. De forma geral, esta pesquisa se mantém na mesma perspectiva que a dos professores Reginaldo Benedito Dias e José Henrique Rollo Gonçalves em sua pesquisa sobre a cidade de Maringá, quando comentaram sobre as novas pesquisas que vem surgindo sobre a história regional:

elas refletem a crescente preocupação com o estudo de temas regionais que toma conta das instituições universitárias brasileiras, o que assegura que suas motivações não decorrem de regionalismos míopes ou de bairrismos que se esgotam em suas próprias intenções. Resultam, isto sim, da valorização acadêmica de enfoques que superam conscientemente as generalizações apressadas e as análises concentradas nas grandes cidades e nos centros político-administrativos hegemônicos⁸.

Neste sentido, o que se segue não é um texto memorialista ou de “comemoração”; muito menos um estudo de caso bairrista, ou mero regionalismo; mas uma análise da conjuntura da cidade de Guaíra no contexto Ditadura de Segurança Nacional brasileira, e, ainda, uma apresentação de como este contexto se entrelaça com as políticas municipais e com os interesses das elites locais na disputa pelo poder.

Parte-se da análise das marcas deixadas pelo período ditatorial brasileiro na cidade de Guaíra, buscando ponderar sobre as questões que podem ser compreendidas como continuidades da Ditadura Civil-Militar: se foram aplicadas diferentes formas de controle social, e nesta premissa, quais são as diferentes formas de dominação utilizadas; e se estas se mantêm no cotidiano da população guairense.

UMA QUESTÃO DE MEMÓRIA

⁷ GUILHERME, Cássio Augusto Samogin Almeida. **A Ditadura Civil-Militar e A “Política Interioriana”**: O caso Halim Maaraoui em Nova Londrina-Pr (1969). Curitiba: Editora CRV, 2012, p.13.

⁸ DIAS E GONÇALVES, 1999, p. 02. Apud.: GUILHERME, Cassio Augusto Samogin Almeida, Op. Cit., p.13.

Uma das formas de compreender esse contexto histórico-político é por meio das entrevistas. A dificuldade ao se trabalhar com esta temática é constante, devido ao fato de o entrevistado lidar com acontecimentos muito próximos temporalmente, e ainda, muito pessoais. Os agentes dos relatos ainda estão vivos, e presentes no cotidiano da cidade de Guaíra, e, em sua maioria, ainda mantêm cargos de poder social (apenas em *status*, ou em setores públicos).

Para trabalhar com este contexto histórico guairense, é preciso lançar um olhar para além dos marcos que constituem uma “memória oficial” desta cidade. Portanto, lançar um olhar para além do meu apego à História oficial da cidade; assim, um olhar atento às entrevistas realizadas durante a elaboração desta pesquisa, e mais, um olhar crítico às mesmas. Esse apego existe como uma problemática nessa pesquisa, e como já foi analisado por Prado, a “história oficial” guairense não condiz com o que se tem de relatado pelos moradores da cidade:

‘em Guaíra, tanto o memorialismo oficial, como um conjunto significativo de trabalhos acadêmicos assumem os marcos hegemônicos construídos no processo de ‘refundação’ da cidade a partir da submersão de Sete Quedas com as águas do Lago de Itaipu, em 1982’ e deixam vários ‘espaços em branco’ que compreendem períodos e trajetórias de outros sujeitos que não deveriam estar ausentes⁹.

Deste modo, o motivo que me leva a esta pesquisa está na ausência significativa de trabalhos que retratem os fatos ocorridos na região guairense durante os anos de 1964 e 1985. Quando é realizado algum estudo, este se volta para a inundação das Sete Quedas e/ou ao período posterior a este ocorrido. Além disso, na História “oficial” da cidade de Guaíra, observa-se que os anos anteriores a 1982 são tratados como se não tivessem ocorrido. Assim, o ponto central deste trabalho é analisar justamente estes anos anteriores, que levaram e influenciaram as decisões locais nos anos posteriores.

Parto assim da percepção de que a Ditadura Civil-Militar implantada durante os anos de 1964 a 1985 no Brasil seguia a ideologia de Segurança Nacional e do Terror de Estado, implantados pelas Forças Armadas com apoio de setores da sociedade civil que se beneficiaram com este ocorrido. Para Maciel este momento pode ser caracterizado como:

⁹ PRADO, Diego A. do. **Guaíra e a emergência da memória nostálgica**: narrativas e tensões vividas (1960-2008), Marechal Cândido Rondon, 2008. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso), Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, p. 4.

de consolidação desse novo momento da dominação burguesa, como resposta do bloco no poder a uma situação de crise de hegemonia. O movimento político e social das classes subalternas, ao trabalhar a partir da perspectiva de ruptura com as velhas formas de dominação, colocava-as em crise, exigindo o gerenciamento militar daquela conjuntura para reprimir os subalternos e impedir que as contradições interburguesas ameaçassem organicamente sua unidade. Nessa perspectiva, a Doutrina de Segurança Nacional garantia a fidelidade dos aparelhos de hegemonia burgueses e a exclusão, da arena política formal, dos aparelhos vinculados às classes subalternas e orientados por uma perspectiva que projetava a possibilidade de uma nova hegemonia.¹⁰

Este contexto não é encontrado somente no caso brasileiro. Analisando o Cone Sul, a partir dos anos de 1960 e 1970, é possível identificar uma série de golpes militares ditatoriais que se utilizaram de aspectos da Doutrina de Segurança Nacional e do Terror de Estado.

Por mais que o estudo trate da análise da conjuntura política e social de uma cidade localizada ao extremo Oeste paranaense, não se perderá de vista o contexto nacional de Ditadura de Segurança Nacional, em especial o distanciamento da população das questões políticas; ou o fato de a estrutura política da Ditadura Civil-Militar ser utilizada pelas elites locais para a manutenção de seu status e poder.

Outra questão que também será analisada em maiores detalhes posteriormente é a manutenção do poder executivo, já que um dos prefeitos do município, o Sr. Kurt Walter Hasper, nomeado pelo governador do Estado como regia a política ditatorial, é mantido no governo por muito tempo, mais de vinte anos.

Para o pesquisador de História, a pesquisa deve ser analisada considerando sempre os pequenos gestos inconscientes; os detalhes, muitas vezes, deixados de lado, e os sujeitos, por vezes, abandonados. E, por este motivo, é que uma das fontes de análise para a elaboração desta pesquisa foi a entrevista oral, além do levantamento bibliográfico e dos retratos desenvolvidos em estudos realizados no campo acadêmico.

São os pequenos gestos inconscientes obtidos em uma entrevista que revelam, mais do que qualquer atitude formal, cuidadosamente preparada, o caráter do questionado. Assim, com a entrevista oral, o pesquisador segue centrando sobre os resíduos, sobre os dados marginais,

¹⁰ MACIEL, David. **A argamassa da ordem**: da ditadura militar à Nova República (1974-1985). São Paulo: Xamã, 2004, p.16.

considerados reveladores¹¹.

É neste sentido, que se buscou trazer a história oral¹² como método de trabalho, empregando-a durante o desenvolvimento da pesquisa. A história oral aparece como um meio de ampliar os conhecimentos sobre o passado, sem tomar este relato oral como o passado reencarnado, e, sim, como versão a ser analisada em busca dos indícios que permitam elucidar as problemáticas¹³.

Pretende-se trabalhar da mesma forma que Ecléa Bosi ao utilizar os relatos orais em sua obra **Memória e sociedade** – lembranças de velhos¹⁴: sem se prender a tentativas de “resgatar a memória do passado”. A autora considera que

na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho. Se assim é, deve-se duvidar da sobrevivência do passado, "tal como foi", e que se daria no inconsciente de cada sujeito. A lembrança é uma imagem construída pelo materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual¹⁵.

Ao lançar o olhar para marcos que constituem uma dada memória da cidade, percebemos vários “espaços em branco”, que compreendem períodos e trajetórias de sujeitos que não deveriam, ou mesmo, não gostariam, de estar ausentes dessa memória construída¹⁶.

Segundo Alessandro Portelli, o pesquisador tem, com a História Oral, uma possibilidade de ver aquilo que, até então, seria imperceptível. Todas as narrativas estão, deste modo, carregadas de uma linguagem própria com sentidos e significados próprios, e que em alguns momentos, não se expressam através das falas, mas, sim, pelos gestos, por momentos de silêncio, na forma como se expressam os entrevistados durante a narração de suas memórias¹⁷.

¹¹ GINZBURG, Carlos. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

¹² FERREIRA, Marieta de Moraes. **História Oral**: desafios para o século XXI. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000.

¹³ ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. São Paulo: Editora FGV, 2005.

¹⁴ BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**. Lembranças de velhos. 3 ed. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

¹⁵ Ibidem, p. 55.

¹⁶ POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Revista Estudos Históricos**, nº 3, 1989, p. 3-15. Editora Revista dos Tribunais.

¹⁷ PORTELLI, Alessandro. **O massacre de Civitella Vai di Chiana**. Disponível em: <<http://www.cholonautas.edu.pe/memoria/portelli1.pdf>>. Acesso em: 25 novembro 2012.

Na presente pesquisa, para constituir o trabalho com as fontes orais, foram consultados moradores que viveram na cidade de Guaíra no período compreendido entre 1960 e 1980, e que residem até os dias de hoje nesta cidade. Além disso, os entrevistados foram escolhidos por afinidade e interesse no objeto dessa dissertação.

Ao longo da pesquisa bibliográfica, algumas questões chamaram a atenção quanto à história da cidade, pois não foi possível encontrar maiores explicações das mesmas nos registros investigados. Estas dúvidas foram pontuadas nas entrevistas, no intuito de esclarecer, a partir do relato desses sujeitos, seus pensamentos sobre, e como vivenciaram tais questões.

Sendo assim, foram realizadas quatro entrevistas com os seguintes moradores de Guaíra:

- 1- Soemi Eloy Foletto, moradora de Guaíra desde 1973, quando, a convite do prefeito da época, o Sr. Kurt Walter Hasper, assumiu a coordenação do núcleo regional de educação. É importante ter em mente que a Sr^a Soemi é, além de proprietária do Jornal Ilha Grande, um periódico que circula pela cidade de Guaíra desde 12 de abril de 1980, coordenadora do curso de Pedagogia da Universidade Paranaense – UNIPAR. Ela foi vereadora por dois mandatos e trabalhou também na defesa civil e na ação social no município de Guaíra¹⁸.
- 2- Luiz Francisco de Arruda, morador de Guaíra desde os anos de 1960, quando se mudou para a cidade para conhecer a região. Ele veio da cidade de Vertente Taquaritinga, em Pernambuco, e se mudou para Guaíra com a sua esposa para trabalhar nas lavouras deste município. Atualmente com 86 anos, é aposentado, e passou a maior parte de sua vida em Guaíra, cidade que, em suas palavras, quando chegou: “não era nada, não tinha nada, só roça”¹⁹.
- 3- Manoel Pereira, morador de Guaíra desde 1973, quando foi transferido para a junta militar de fronteira no intuito de se estabilizar para aposentar. Assim, é militar aposentado com o grau de terceiro sargento. Atualmente tem 68 anos, e mora em

¹⁸ Entrevista realizada em 27 de julho de 2013.

¹⁹ Entrevista realizada em 06 de agosto de 2013.

Guaíra com sua esposa. Nasceu em Pernambuco, mas se alistou no exército em 1964 em Ponta Grossa - PR²⁰.

- 4- Maurino de Oliveira, morador de Guaíra desde sua tenra idade. Atualmente é aposentado, mas foi funcionário da Cia. Mate Laranjeira; telegrafo do aeroporto por um ano; além de servir na 5ª Cia de Fron. durante os anos de 1963 e 1964. Após sua baixa seguiu como funcionário do Grupo Lex S.A., um conjunto empresarial pertencente à família do atual prefeito de Guaíra. Muito conhecido na cidade por esse serviço ao Grupo Lex S.A., foi convidado a participar do Rotary Club de Guaíra, tendo contato com toda a elite guairense²¹.

Quando um trabalho de análise de entrevistas é realizado, surgem diversos contratempos durante o processo, desde a disposição das agendas para que a entrevista seja efetuada; até o momento da análise em si, no qual o pesquisador precisa decidir sobre qual fator e/ou qual momento da entrevista se deterá com maior atenção.

Apesar de todos os percalços, as entrevistas ajudaram a visualizar aspectos úteis para a análise do período histórico em questão, fornecendo indícios de quais são os pontos em comum destes sujeitos tão distintos entre si, e em que momentos de suas narrativas aparece o discurso da ideologia da DSN – Doutrina de Segurança Nacional, como podemos observar nas páginas seguintes.

Um ponto interessante em todas as entrevistas é com relação à cidade de Guaíra. Todos os entrevistados, quando perguntados, se referem à cidade com muito carinho e, até, com certo saudosismo da “Guaíra daquele tempo”. Outro aspecto da cidade em comum nas entrevistas é o fato de Guaíra ser um município pequeno, rural, em formação ainda, o que aparece na fala de Luiz, logo no início de sua narrativa:

Isso aqui tudo era roça, não tinha Guaíra era só um pedacinho, sabe onde é o “Piu”²², o “Piu” ali em Guaíra, o mercado, Guaíra era só dali pra lá, naquele trequinho só, pra lá, e pra cá era tudo terra, não tinha nada, o campo de avião ali, o “Piu” e pronto acabou, não tinha rodoviária, não tinha nada, nada. Mas

²⁰ Entrevista realizada em 21 de setembro de 2013.

²¹ Entrevista realizada em 09 de abril de 2015.

²² Quando o seu Luiz se refere ao PIU, ele está falando da mercearia que fazia o comércio do período, localizada onde hoje se situa a Vila Velha.

hoje como é que tá... (...) cheguei pra qui não tinha nada, aqui nem Guaíra mesmo, era só o nome, tava com trezentos anos, falaram que tava com trezentos anos que tinha o nome de Guaíra, mas só...²³

Também podemos observar a caracterização de Guaíra como uma cidade interiorana, de porte pequeno na escrita de Hortência Zeballos Muntoreanu, que aborda em seu livro, **Folhas Soltas**, Guaíra como uma “cidade de sapos”, dos animais em geral, das antas, das capivaras, dos “macacos em cima das árvores, fazendo suas micagens”²⁴.

Os animais também aparecem na fala de Manuel e, principalmente, na de Luiz, que viveu seus dias trabalhando na roça. Ele menciona a alegria das caçadas e os festejos dos macacos, além de mencionar o mini-zoológico criado por um sargento do exército para visita pública.

A escolha dos entrevistados e de quais questões farão parte da pesquisa direcionam os rumos que se tomará. Neste trabalho, o que se pretende com a utilização de entrevistas é compreender a realidade vivida, e buscar esclarecer como a elite local e, conseqüentemente, os agentes ditatoriais atuavam na cidade de Guaíra. Porém, é necessário esclarecer que compreender a realidade, é diferente de transformá-la. Desta forma, compreender como as elites se organizam é diferente de transformar esta organização. Por isto a utilização da história oral e da própria história é só o começo de um longo trajeto.

A CÂMARA MUNICIPAL DE GUAÍRA

Neste trabalho será analisada uma pequena parte da produção documental criada durante o período ditatorial em Guaíra, mais especificamente, analisar parte da documentação encontrada na Câmara Municipal de Guaíra.

Por se tratar de um evento histórico relativamente recente (o abordado aqui), existe um arsenal de fontes a serem pesquisadas. As possibilidades são inúmeras. Assim, muitas das fontes ainda não foram analisadas, o que permite uma abordagem da análise histórica diferente de tudo o que já foi produzido até então.

Ao mesmo tempo em que o número de fontes permite uma gama de possibilidades de análise, também existem algumas restrições relativas ao acesso a algumas destas fontes. Ou seja, as primeiras tentativas de análise deste período se concluíram com diversas lacunas

²³ Entrevista realizada com o Sr. Luiz.

²⁴ MUNTOREANU, Hortência Z.. **Folhas Soltas**. São Paulo: KMK Editora, 1987.

resultantes de “proibições oficiais” e “silêncios cúmplices” dos governos posteriores à Ditadura²⁵; e ainda com arquivos oficiais interditados ou excluídos/ removidos.

Apesar da Lei de acesso à informação (nº 12.527) sancionada em novembro de 2011, e dos diversos arquivos abertos ao público, como o Arquivo Memórias Reveladas, ainda existe uma diversidade de materiais inacessíveis. A dificuldade de acesso à documentação oficial pode ser “driblada” pela possibilidade de estudos feitos a partir dos depoimentos. Ainda assim, há uma lacuna muito grande que deve ser preenchida na História das ditaduras, pois, por mais que os depoimentos sejam fundamentais, estão carregados das experiências traumáticas do cárcere, de torturas e sofrimentos, o que pode levar a problemas para a interpretação do historiador²⁶.

Neste sentido, fica clara a necessidade de se ter uma maior acessibilidade às fontes oficiais. Não que a única forma de se compreender a História seja por meio da abertura dos arquivos oficiais, mas para que esta lacuna seja preenchida e não se tenha mais a incógnita dos eventos ocorridos.

O “tempo” é um dos principais fatores da abertura, ou da não abertura, dos arquivos oficiais, já que para que certos sujeitos se pronunciem é necessário que se sintam seguros e a salvo de qualquer represália. O mesmo ocorre com as vítimas que, além de se manterem cautelosas em relação às feridas a serem enfrentadas, correm o risco de revelarem fatos ainda não investigados (possibilidades de delações de companheiros, etc.). Esses são documentos considerados “sensíveis”.

Neste sentido, a escolha por incluir como fonte nesta dissertação a documentação arquivada no referido órgão público (Câmara Municipal de Guaíra) foi feita como uma alternativa às diversas recusas de outros setores e órgãos Municipais e Militares. Dentre as primeiras instituições requeridas para a análise estavam a 5ª Cia. De Fronteira de Guaíra, que me respondeu de forma negativa, como mencionado acima.

Parece-me que o estudo do período ditatorial em Guaíra ainda é um tema muito “sensível” às instituições guairenses. Apesar das dificuldades encontradas, foi preciso achar uma forma de realizar a tarefa. Foi preciso encontrar novos caminhos para prosseguir com

²⁵ PADRÓS, Enrique Serra. História do Tempo Presente, Ditaduras de Segurança Nacional e arquivos repressivos. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, 2009, p.31.

²⁶ BAUER, Caroline Silveira. “O acervo da luta contra a ditadura e os arquivos da repressão da ditadura da Segurança Nacional Brasileira”. PRIMER SEMINARIO INTERNACIONAL POLITICAS DE LA MEMORIA – CCMHC, 2007.

a pesquisa. Assim, uma das formas encontradas foi a análise da documentação encontrada nos arquivos da Câmara.

É importante mencionar que quando me refiro ao “arquivo” da Câmara Municipal de Guaíra, me refiro apenas ao nome dado ao local onde são armazenados os documentos pesquisados, já que esta sala é utilizada como depósito, não existindo efetivamente um ambiente arquivístico.

Os documentos estão empilhados em conjunto com produtos de limpeza e objetos inutilizados da Câmara. De modo que, o primeiro mês da pesquisa foi gasto para limpar e separar o que foi possível, do restante dos objetos e lixos encontrados no “arquivo”. Destes, o primeiro dia foi gasto em abrir espaço para caminhar entre as caixas jogadas ao chão.

O que fica evidente é o descaso das autoridades locais com a documentação. Talvez, para elas, uma vez que a historiografia oficial de uma cidade “harmoniosa e pacífica” como Guaíra, já foi criada e é contada, não há espaço para contestações.

Esta história é propagada em livros encomendados pela Prefeitura e pela 5ª Cia. De Fronteira de Guaíra – PR, organizados de forma a idealizarem o período ditatorial, como no livro “Guaíra, um mundo de águas e histórias²⁷”, lançado em 2008 a pedido da Prefeitura de Guaíra; ou o livro produzido pelo cabo Edycleber de Oliveira Silva, “Desbravadores de Guaíra: a História da 5ª Companhia de Fronteira²⁸”, a pedido da 5ª Cia. De Fronteira em 2011.

Daremos mais atenção a tais produções durante os capítulos desta dissertação, mas já fica a indicação para um estudo mais aprofundado do tema.

REFERENCIAL TEÓRICO - PENSANDO SOBRE O ESTADO

Neste ponto é preciso um tópico para refletir sobre o que seria o Estado e qual a importância dele para a manutenção da hegemonia, uma vez que é possível ser hegemônico sem ser dirigente, mas não é possível ser dirigente sem manter a hegemonia²⁹.

²⁷ GREGORY, Valdir. **Guaíra, um mundo de águas e histórias**. Ed. Germânica, 2008.

²⁸ SILVA, Edycleber de Oliveira. **Desbravadores de Guaíra: a História da 5ª Companhia de Fronteira**. Guaíra, 2011.

²⁹ A hegemonia não de forma única, ou seja, é preciso manter a dominação (dentro do próprio grupo e sobre os outros grupos sociais) e ao mesmo tempo manter a direção intelectual e moral. Nesta lógica, “um grupo social pode e mesmo deve ser dirigente antes de conquistar o poder governamental e, ao conquistá-lo, procura estabelecer controle sobre todos aqueles que contestam a ordem estabelecida – o governo dirigente”. In: MALERBA, Jurandir; SILVA, Ans Lúcia da. Estado brasileiro pós-1964: da democracia à liberdade vigiada. In **TEMPOS HISTÓRICOS**. Volume 3, n. 1. EDUNIOESTE, Cascavel, 2011, p. 126.

Primeiramente, é preciso repensar e desmitificar o Estado como “engrenagem institucional” que “paira acima da Sociedade”, ou mesmo, chegar a atribuir ao “Estado brasileiro papel axial na formação histórica do país, responsável pela moldagem ou pela própria produção de nossa sociedade, haja vista, a forte carga genética ibérica por ele herdada”³⁰.

Esta definição identifica o Estado como uma instituição separada da sociedade civil, como uma agencia burocrática e/ ou pertencente a figuras da administração pública, mas para Gramsci, o Estado:

não é Sujeito nem Objeto, podendo ser percebido como uma Relação Social, nas palavras de Nicos Poulantzas (1985). Como condensação das relações sociais presentes numa dada formação histórica, o Estado é atravessado pelo conjunto das relações sociais nela existentes, incorporando em si mesmo, em sua própria materialidade, os conflitos vigentes na sociedade³¹.

E é segundo esta lógica, que este texto analisa o Estado e sua atuação na cidade de Guaíra, ou seja, um Estado integrado à sociedade civil e, acima de tudo, composto pelos mesmos sujeitos, na conjuntura de um Estado Ampliado. Conforme é muito bem explicado por Sônia Regina de Mendonça:

Gramsci recupera os conceitos de Sociedade Civil e Sociedade Política e, ao redefini-los no contexto histórico de seu tempo, recria o Estado Ampliado. A compreensão do Estado como relação parte, por sua vez, de um registro triádico, existindo, em Gramsci, três níveis de percepção da sociedade e do Estado: a) a infra-estrutura-espaco das relações sociais de produção; b) a sociedade civil-espaco dos indivíduos organizados junto aos chamados Aparelhos Privados de Hegemonia e cerne da ação política transformadora organizada em torno a projetos hegemônicos e contra-hegemônicos; c) a sociedade política - ou Estado restrito, identificado ao que mais comumente se designa como Estado, i.e., o conjunto de aparelhos e agencias do poder estatal propriamente ditas. O peculiar da visão de Estado ampliado do pensador sardo é e este, enquanto relação social engloba tanto a Sociedade Civil, quanto a Sociedade Política, em permanente interação³².

³⁰ MENDONÇA. A pesquisa sobre Estado e Poder: balanço historiográfico. SILVA, Carla Luciana (org.); CALIL, Gilberto Grassi; KOLING, Paulo. **Estado E Poder**: questões teóricas e estudos históricos. Cascavel: EDUNIOESTE, 2011, p. 13,14.

³¹ Ibidem, p. 19.

³² Idem, Ibidem.

Diante da ideia de Estado Ampliado, é impossível resumir hegemonia à mera coerção e violência. Fica clara a necessidade de ampliar, para outros fatores, a manutenção do Golpe de 1964 por tantos anos (incluindo os dias atuais), e a existência de apoiadores do mesmo ainda hoje.

E da mesma forma, é possível compreender como foi concretizada a Ditadura Civil-Militar nas regiões interioranas do Brasil, em cidades como Guaíra, que ainda guardam relatos de que “a ditadura não chegou até aqui”, ou mesmo discursos de sujeitos que apoiam o retorno da Ditadura Civil-Militar, em pleno ano de 2016. São esses fatos que marcam e caracterizam o Estado contemporâneo.

O fato de guardar, de forma igualitária, espaço de

consenso e não puramente de violência ‘legítima’, sendo este consentimento/convencimento obtido a partir da organicidade dos aparelhos privados de hegemonia e também de determinadas ações do Estado restrito que igualmente promove e generaliza os projetos das frações de classe hegemônicas³³.

Fica mais fácil compreender como a Ditadura Civil-Militar atuou fora do eixo Rio-São Paulo, alcançando as regiões mais distantes no interior do país e, entre elas, a cidade de Guaíra.

A Doutrina de Segurança Nacional – DSN existiu no país pelo período em que o Brasil esteve sob o sistema de Estado Militarizado. Partimos, assim, da concepção de que a “História é a ciência dos homens, mas dos homens no tempo”, como podemos compreender a partir do historiador Marc Bloch. Lidar com a História apenas como “Ciência dos homens” seria muito vago. Temos de acrescentar: “dos homens no tempo”, pois o historiador não pensa apenas o humano, já que, a atmosfera em que seu pensamento respira, e age, naturalmente, é na categoria da duração³⁴.

Assim, este trabalho buscará analisar como as ações dos sujeitos que militarizaram o Estado, representado pela DSN, repercutiram nesta cidade do extremo Oeste paranaense, e como os diversos sujeitos, habitantes da cidade de Guaíra, estão inseridos no contexto desenvolvido na América Latina, e que teve seus antecedentes na contra-insurgência dos Estados Unidos da América - EUA ao inimigo interno, ou seja, com a Doutrina de Segurança

³³ MENDONÇA, Op. Cit., p. 20.

³⁴ BLOCH, MARC. **A apologia da história**: ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p.29.

Nacional. Além disso, iremos apresentar como os aspectos básicos da DSN e a geopolítica alteraram os quadros sociais que repercutem até os dias atuais³⁵.

Manteremos como parâmetro o fato de que durante os anos de militarização do Estado brasileiro, situação ocorrida também em diversos países da América Latina, a utilização da imprensa como aparelho formador do consenso nacional foi fundamental, principalmente quanto à afirmação da Doutrina de Segurança Nacional enquanto justificativa para os projetos políticos dos militares³⁶.

Foi durante o regime militar do Brasil que a cidade de Guáira foi considerada área de interesse e de segurança nacional, ideologia implantada na população com o objetivo de assegurar e cientificar as políticas desenvolvimentistas implantadas segundo os discursos e planos das Forças Armadas para potencializar a nação brasileira³⁷.

Pela DSN, conjugada com a geopolítica, as fronteiras se tornaram de extrema importância, pois seriam, segundo a ideologia da Doutrina, por essas vias fronteiriças que os ditos inimigos externos poderiam se infiltrar, e também como os inimigos internos poderiam fugir³⁸.

OS CAPÍTULOS

O capítulo inicial é um levantamento historiográfico das características da sociedade guairense, e foi pensado para servir como base para compreensão das transformações que ocorreram diante do contexto ditatorial estudado, analisado a partir dos capítulos seguintes.

O segundo capítulo tem seu enfoque, principalmente, nas questões político-sociais desenvolvidas em Guáira a partir da instalação da Ditadura Civil-Militar brasileira no início dos anos de 1960. Para compor tal análise, foram utilizadas referências da historiografia, e dos documentos oficiais encontrados na Câmara Municipal, além dos relatos obtidos nas entrevistas.

Este segundo momento não está desvinculado do capítulo anterior. Nele, serão abordadas as questões das elites locais e sua disputa pelo poder em Guáira. Assim,

³⁵ COMBLIN, P. Joseph. **A ideologia da Segurança Nacional** - o poder militar na América Latina. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1980.

³⁶ PADRÓS, Enrique Serra. América Latina: Ditaduras, Segurança Nacional e Terror de Estado. **Revista História & Luta de Classes**, Marechal Cândido Rondon, número 04, pgs. 43,49, julho, 2004.

³⁷ GREGORY, Valdir. Op. Cit., p. 266.

³⁸ COSTA, Wanderley M. **O Estado e as Políticas Territoriais no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Contexto, 2000.

analisaremos como a instalação da Ditadura Civil-Militar se alinha com as transformações ocorridas no município, a partir da alteração do contexto nacional.

O terceiro capítulo corresponde à análise dos contextos desenvolvidos nos anos de 1970 e o processo de contestação que passa a existir no cotidiano guairense. Este período é o de maiores conflitos internos na cidade de Guaira: há o aparecimento de diferentes formas de contestação social e ocorre uma intensificação no discurso moralizador da população.

O capítulo conterà uma análise dos anos finais do mandato do Prefeito Kurt Walter Hasper, que passa a ser questionado desde o início dos anos 1970. Nessa época, mais especificamente em 1982, também é realizada a inundação das Sete Quedas com o fechamento das comportas da Hidrelétrica de Itaipu, o que gera uma série de alterações no cotidiano guairense.

Neste capítulo não se focará apenas na questão da inundação das Sete Quedas, que afetou diretamente a organização geológica ou social da cidade, mas se voltará às análises das políticas públicas que envolveram este evento, e como os interesses pessoais estavam diretamente ligados às decisões tomadas pela elite no poder.

Para este capítulo foram utilizadas como fontes de pesquisa as entrevistas e documentos “oficiais”, como os encontrados no arquivo da Câmara Municipal de Guaira e da pasta da DEOPS do Paraná (disponibilizados pelo Arquivo Público); e também foram analisados alguns artigos e reportagens do jornal Ilha Grande, que são utilizados como base para compreender e identificar as nuances da ideologia dominante.

Também são analisados documentos de acervo pessoal dos entrevistados, e outros encontrados em arquivo durante a pesquisa, como os de Ernest Mann³⁹, morador de Guaira, durante os anos analisados na dissertação, até a data de seu falecimento. Ele nos relata que com o término do mandato de Hasper se está “dando término a uma época de arbítrio registrado durante o regime militar”⁴⁰. Este relato de Ernest Mann aponta que a população estava ciente da relação intrínseca entre a prolongação do mandato do prefeito Hasper e o regime militarizado do Estado brasileiro. E diz mais ao se referir às primeiras eleições pós-regime militar: “Com esta eleição acabou também a ‘Área de Segurança’ na nossa região, que complicou muito o desenvolvimento da região e esperamos, que implantado a democracia,

³⁹ Registros de Ernst Mann doados por sua esposa em 1992, após a sua morte, ao Cepedal – Centro de Pesquisa e Documentação da América Latina da Unioeste/Facimar, de Marechal Cândido Rondon (hoje UNIOESTE, campus de Marechal Cândido Rondon).

⁴⁰ Mann, Ernst. Retirado dos arquivos pessoais em pesquisa realizada ao CEPEDAL, na data do dia 25 de Outubro de 2012.

esta situação nunca mais se repita”⁴¹.

Estando, neste momento, se referindo à situação econômica da cidade, o sr. Mann nos apresenta um relato em seus escritos que é diferente daquilo que é usualmente apresentado nos discursos oficiais, e que foi questionado no trabalho de conclusão de curso de Diego A. do Prado, que faz uma análise dos chamados “anos de glória” que se mantêm na memória dos guaiirenses, e que podem ser claramente questionados em análises mais específicas sobre o tema⁴².

⁴¹ Mann, Ernst. Retirado dos arquivos pessoais em pesquisa realizada ao CEPEDAL, na data do dia 25 de Outubro de 2012.

⁴² PRADO, Diego A. do. Guaíra e a emergência da memória nostálgica: narrativas e tensões vividas (1960-2008), Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso), UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, campus de Marechal Cândido Rondon, 2008.p. 3.

CAPITULO 1- A ESTRUTURAÇÃO DE UMA CIDADE

Este capítulo busca relatar como as estruturas sociais, econômicas e políticas se estabeleceram no município de Guaíra, e deram bases para que a Ditadura Civil-Militar brasileira se estabelecesse nos moldes pretendidos pelas forças militares. O período ditatorial é analisado nos capítulos seguintes, mas é fundamental conhecer o processo de estruturação da cidade para visualizar as raízes do problema. Pois,

não é possível compreender o sentido histórico do Golpe de 1964 sem tomar como ponto de partida uma avaliação crítica dos processos em curso no período anterior e dos impasses e contradições que proporcionaram as condições necessárias à deflagração do golpe⁴³.

A citação acima, feita por Gilberto Grassi Calil, nos diz que é preciso compreender o processo histórico que se passa no Brasil nos anos anteriores, para entender como se deu, e qual o sentido que o Golpe Civil-Militar, ocorrido em 1964, adquiriu durante os anos posteriores. Da mesma forma, é preciso entender o processo histórico que se passa na cidade de Guaíra antes dos anos 1960 para compreender as mudanças estruturais, sociais e políticas ocorridas a partir da instalação da Ditadura Civil-Militar.

1.1. O TERRITÓRIO

Como primeiras informações, é preciso se ater ao fato de que Guaíra é um município localizado na região Oeste do Estado do Paraná (extremo Oeste, como é conhecida), é situada à margem esquerda do Rio Paraná, e compreende, atualmente, uma área territorial de aproximadamente 560 Km², perfazendo suas divisas com cidades do Estado do Mato Grosso do Sul - MS, ao Norte; com o município de Mercedes (PR), ao Sul; ao Leste, com o município de Terra Roxa (PR); e a Oeste, faz divisa com a República do Paraguai, separada de Guaíra pelo leito do rio Paraná⁴⁴.

⁴³ CALIL, Gilberto Grassi. O Sentido Histórico Do Golpe De 1964 E Da Ditadura E Suas Interpretações. In: MATTOS, Marcelo Badaró (org.); VEJA, Rubén. **Trabalhadores e Ditaduras: Brasil, Espanha e Portugal**. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2014, p. 14.

⁴⁴ Disponível em: <www.guaira.pr.gov.br>. Acesso em: 18 de abril de 2013.

Sobre a cidade de Guaíra, relata-se que é uma cidade

de relevo regular, onde praticamente não se encontra grandes elevações. Quando à vegetação, predomina a mata subtropical, de clima agradável, apesar de bastante quente no verão. Rica em recursos hídricos, a Cidade, além do rio Paraná, serve-se de riachos e córregos que a recortam⁴⁵.

É possível identificar a localização geográfica de Guaíra por meio do mapa a seguir:

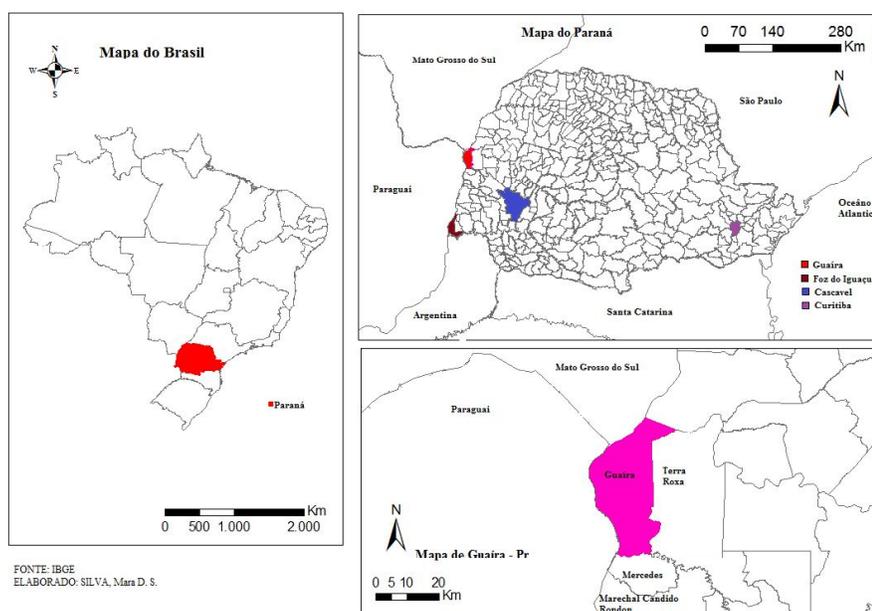


FIGURA 2. Mapa de localização do estado do Paraná com a localização da cidade de Guaíra.

Fonte: molde retirado do site do IBGE, alterado e produzido por SILVA, Mara Dhulle S.

Na imagem há três mapas, sendo que o primeiro representa o Estado do Paraná no território brasileiro; o segundo localiza Guaíra dentro do território paranaense; e o terceiro mapa apresenta a localização do município de Guaíra em meio a seus arredores.

⁴⁵ SILVA, Edycleber de Oliveira. **Companhia de Fronteira**. Guaíra: Gráfica Lex Ltda, 2011, p.30.

O nome “Guaíra” pode ter diversas explicações, e todas remetem sua origem a uma palavra indígena. Algumas interpretações remetem ao Tupi (*‘Wai ‘ra*), ao nome de um Cacique; ou ao Guarani (*Kwa y Ra*), com o significado “passar não há”⁴⁶, o que pode ser arrolado ao intransitável, intransponível. A explicação mais comum para o topônimo “Guaíra” está diretamente

relacionado pela historiografia a três possíveis origens. Uma primeira versão, apontada por Antônio Ruiz de Montoya, vincula-se ao nome de um famoso cacique Guarani chamado Guayrá, que teria exercido influência na grande área localizada entre os rios Paranapanema e Iguazu, chamada casa de Guairá. Na mesma direção, há registros documentais do final do século XVI que associam a etimologia da palavra Guairá ao cacique Guayracay, que teria se tornado notório pela sua resistência às expedições de conquista e de exploração do território por ele controlado. Existem, também, os estudiosos que referem a designação de Guairá à área convergente ao Salto do Guairá, que, na linguagem dos guaranis, significa intransponível⁴⁷.

A primeira vez em que o nome “Guaíra”, remetendo ao município em questão, apareceu no mapa oficial do Estado do Paraná foi no ano de 1909, com a citação “Porto Guaíra”. Porém, em 1872, já se observa referência à região pelo nome “Sete Quedas”, escrito no Tratado de Limites do pós-guerra, assinado por Brasil e Paraguai. Mesmo assim, a região de Guaíra aparece nos registros oficiais como desabitada, sendo conhecida por ser visitada apenas por aventureiros⁴⁸.

O mito do vazio demográfico⁴⁹ nessa região (Oeste paranaense) permaneceu em voga por muito tempo, até que em 1921, o nome “Guaíra”, remetendo à localidade, aparece no mapa do Estado do Paraná. Somente em 1953 o primeiro mapa oficial de Guaíra é cartografado, com informações mais específicas sobre as dimensões do município, conforme pode ser observado na imagem a seguir:

⁴⁶ ALEKSIEJUK, Omar Fedato. Op. Cit., p. 98.

⁴⁷ GREGORY, Valdir; SCHALLENBERGER, Erneldo. Op. Cit., p.70, 71.

⁴⁸ ALEKSIEJUK, Omar Fedato, Op. Cit, p.25.

⁴⁹ “O período que sucede o desmantelamento dos povoados missioneiros do Guairá é caracterizado pela historiografia como sendo de um vazio demográfico de longa duração”. In: GREGORY, Valdir; SCHALLENBERGER, Erneldo, Op. Cit., p.92.



FIGURA 3. Mapa De Guaíra em 1953.

Fonte: ALEKSIEJUK, Omar Fedato., Op. Cit., p. 156⁵⁰.

Após estas primeiras informações sobre Guaíra, é importante se ater ao fato de que a cidade não é “jovem”: sua origem se dá na época das primeiras expedições espanholas, sendo deste período, também, os primeiros conflitos por terra na região, uma vez que, com a chegada das primeiras expedições jesuítas, se iniciaram as tomadas de posse das terras dos indígenas que residiam nesta região.

Os primeiros conflitos se iniciaram com a expulsão de parte da tribo local, e a catequização daqueles que restaram. De forma extremamente violenta a terra foi invadida e tomada dos nativos. Com as expedições portuguesas, se acirraram ainda mais essas disputas, tornando-se um conflito entre duas coroas (Espanhola e Portuguesa): ambas utilizavam os nativos para suas disputas.

Atualmente, a questão indígena não pode ser dada como concluída, sendo uma temática que merece um estudo a parte, mas que não pode deixar de ser mencionada. Fica

⁵⁰ ALEKSIEJUK, Omar Fedato, Op. Cit., p. 156.

como indicação para o futuro. Aqui, buscarei maiores citações, pois está ainda é uma das questões mal resolvidas que pairam sobre o município de Guaíra, tanto no que se refere a conquista estrutural da arquitetura da cidade (alguns sujeitos estão em disputa legal pela posse das terras e conseqüente deslocamento das tribos); quanto ao próprio contexto social, uma vez que, as tribos indígenas não são aceitas como parte da sociedade, assim como em boa parte do território nacional.

1.2 DE QUEM É A TERRA: AS PRIMEIRAS EXPEDIÇÕES

Como mencionado, a história da cidade de Guaíra é bem anterior a 1953, data oficial de sua municipalização, uma vez que os primeiros registros sobre a região do *Guayrá* remetem às primeiras expedições espanholas que passaram pela região:

os espanhóis que, ao perceberem a importância estratégica da região, empreenderam, a partir de 1533, intensa atividade colonizadora às margens do rio Paraná, fundando vários núcleos de povoamento, como: Ontiveros, entre a foz do rio Iguazu e o rio Piquiri, próximo as Sete Quedas, ano de 1554; Ciudad Real do Guairá, confluência do rio Piquiri com o Paraná, a alguns quilômetros de Guaíra, ano de 1557; e Vila Rica do Espírito Santo, confluência dos rios Ivaí e Corumbataí, em 1576. A dominação espanhola prosseguiu no século seguinte e com a ajuda dos jesuítas e suas Missões, conseguiu controlar boa parte das nações indígenas que povoavam o oeste paranaense congregando-os num amplo território sob seu domínio. Essa possessão em território brasileiro foi denominada de Província do Guairá⁵¹.

Com a chegada dos espanhóis, começam os primeiros conflitos entre nativos e colonizadores. Ao se pesquisar sobre os primeiros povoados no território paranaense se encontram, inicialmente, referências aos grupos de silvícolas guaranis. Com o mito do vazio demográfico da região, passa-se a iniciar a colonização espanhola, de forma que, em 1551, o registro de que “Domingos Martinez Iralla mandou fundar um porto, bem para cima, na direção do Brasil, provavelmente na margem direita do Rio Paraná a altura de Porto Mendes”⁵² é registrada nos autos oficiais.

Após o estabelecimento do primeiro Porto, uma série de outras instalações são

⁵¹ SILVA, Edycleber de Oliveira, Op. Cit, p.17.

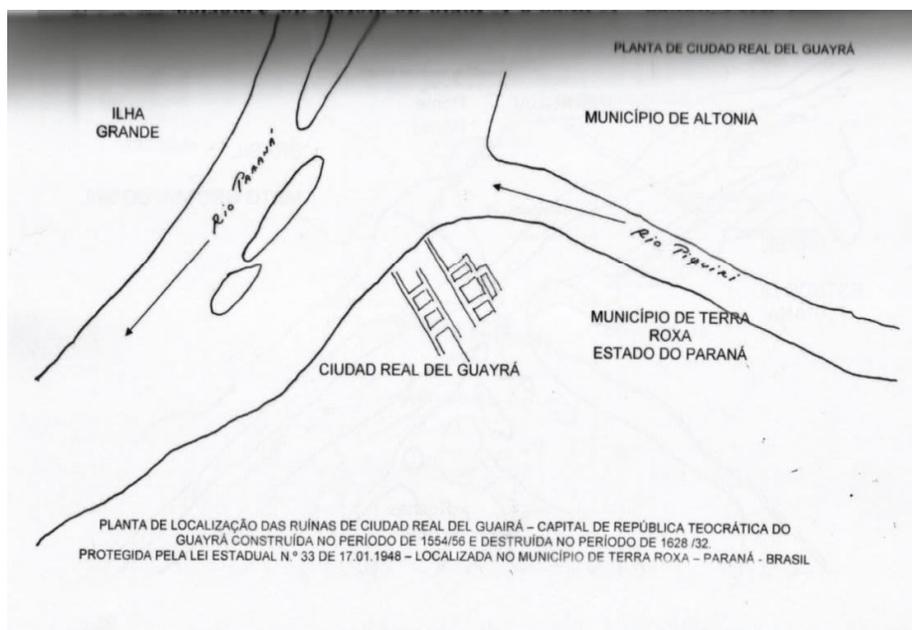
⁵² ALEKSIEJUK, Omar Fedato, Op. Cit., p.18.

fundadas nessa região. Em 1552, outros estabelecimentos também surgem à margem do Rio Paraná. Dois anos depois, em 1554, os espanhóis, procurando garantir seus domínios contra portugueses e nativos, “fundam a Fortificação de Ciudad Real del Guairá e transferem parte do contingente de Ontiveiros para a foz do rio Piquiri no rio Paraná”⁵³.

Todo o sistema de ocupação da região esteve marcado por esses pequenos núcleos urbanos, que se mantinham com o objetivo de servir de apoio para a colonização. Assim ocorreu com a constituição de Assunção em 1537, e “20 anos depois, com a Cidade Real do Guairá e, mais tarde, com Vila Rica do Espírito Santo. A Cidade Real do Guairá figura entre os primeiros núcleos urbanos fundados pelos espanhóis na bacia platina”⁵⁴.

FIGURA 4. PLANTA DA LOCALIZAÇÃO DAS RUÍNAS DA CIDADE REAL DEL GUAYRÁ

Fonte: ALEKSIEJUK, Omar Fedato, Op. Cit., p. 15.⁵⁵



⁵³ ALEKSIEJUK, Omar Fedato, Op. Cit., p. 18-19. É importante ressaltar os problemas de “elasticidades” das fronteiras. Nota-se a célebre divergência cartográfica do Mapa de Cantino de 1502, com o de Diogo Ribeiro de 1529. Veremos que um coloca a linha de 370 léguas a 42°30’ de longitude, isto é, não muito distante de onde está a cidade de Terezina, enquanto o segundo o faz a 49° 40’, mais ou menos ao centro da Ilha de Marajó. A distância entre os dois meridianos é superior a 800 Km. Por estes mapas a Bacia do Rio Paraná parece totalmente reta ao meridiano, quando a situação é totalmente diferente: há uma elasticidade destes limites.

⁵⁴ GREGORY, Valdir; SCHALLENBERGER, Erneldo. Op. Cit., p. 20.

⁵⁵ ALEKSIEJUK, Omar Fedato, Op. Cit., p. 15.

Pode se observar pela análise da planta baixa da cidade que a sua localização, ou seja, a construção da Cidade Real do Guaíra, seguiu a lógica da colonização espanhola: em posicionamento estratégico para dar suporte aos colonizadores da região do Guairá. Assim como esta cidade, foram fundadas diversas Vilas; a primeira, denominada de Ontiveros em 1554, é localizada na foz do rio São Francisco, com o Rio Paraná, mais especificamente a poucos quilômetros abaixo dos saltos das Sete Quedas, nas terras dos índios Canideyú. Porém,

este assentamento espanhol sofreu resistência das populações nativas e, não tardou, foi transferido, em 1557, por determinação do capitão Ruy Diaz de Melgarejo, para o sítio localizado na margem esquerda da foz do rio Piquiri, com a denominação de Cidade Real do Guairá. De acordo com as descrições do roteiro do caminho do Peaberu, a cidade foi fixada no ponto de passagem desse caminho para a margem oriental do rio Paraná, de onde seguia pelo curso do rio Iguatemi na direção do Peru⁵⁶.

Como pode ser observado no trecho citado, as disputas territoriais são travadas desde as primeiras tentativas de instalação espanholas, uma vez que, estes invadem as terras dos índios Canideyú e tomam conta de suas rotas de passagem. Apesar da resistência das populações nativas, a Ciudad Real del Guairá é instalada às margens do rio Paraná, podendo ser vislumbrada na imagem que se segue:

⁵⁶ GREGORY, Valdir; SCHALLENBERGER, Erneldo, Op. cit., p.63.



FIGURA 5. PLANTA BAIXA A PARTIR DE VISTA AÉREA DA CIDADE REAL DO GUAIRÁ.

Fonte: GREGORY, Valdir. Op. Cit., p. 63.⁵⁷

Nesta imagem é possível identificar o Rio Paraná e o Rio Piquiri, estratégicos para a navegação regional, seja ela comercial ou de locomoção. E também é possível observar a distribuição da Ciudad Real de Guairá e sua posição às margens dos dois rios.

Neste período, Guairá era apenas uma Vila, constituída basicamente de jesuítas e pelos indígenas que restaram, localizada no amplo território delimitado pelos rios Paranapanema, Iguaçu e Paraná. Foi somente ao longo do século XVII, entre os anos de 1610 e 1630, que Guairá passa a se constituir como ponto de confluência colonial, tanto para a Espanha quanto para Portugal:

a união das coroas ibéricas (Espanha e Portugal) que consentiu aos habitantes da vila de São Vicente e regiões circunvizinhas, organizar expedições e violar os limites do Tratado de Tordesilhas, em busca de metais preciosos, drogas do sertão e, principalmente, índios para serem vendidos como escravos. Assim, dirigiram-se à Província do Guairá, onde destruíram as missões e os povoados espanhóis, aprisionaram milhares de índios e forçaram os remanescentes a migrarem para outras regiões⁵⁸.

⁵⁷ Ibidem, p. 329.

⁵⁸ SILVA, Edycleber de Oliveira. Op.Cit., p.19.

Assim, Guaíra não tem sido uma região de convivência pacífica. Pelo contrário, tem sido uma região de conflitos desde sua fundação enquanto Villa espanhola. Essas disputas pelo território guairense vem perpassando sua história, e tem destaque em dois momentos históricos: o primeiro na disputa entre Brasil e Paraguai, na Guerra do Paraguai; e durante o período recente da história nacional, desde a construção da Usina de Itaipu (o que será discutido posteriormente), momento em que as margens do Rio Paraná passam a estar em disputa judicial, pelos dos ribeirinhos alagados e pelos nativos indígenas que reivindicam o retorno do que seriam suas terras. Muitas destas disputas seguem até os dias atuais.

Como dito anteriormente, infelizmente, não será possível aprofundar essas questões, principalmente a indígena, pois para isto é necessária uma outra pesquisa que se dedique ao tema. Porém, podem-se observar a partir dos primeiros rompimentos do Tratado de Tordesilhas as primeiras disputas pelas terras às margens do rio Paraná, que incluíam a região onde hoje se localiza a cidade de Guaíra, demonstrando que, ao contrário do que é dito pela historiografia oficial, este território nunca foi um “mar de passividade”, e que a tranquilidade “passou pelas águas do rio Paraná e desapareceu”, assim como os nativos desta região.

Aqueles que ficaram tiveram que entrar em outras disputas, como as Bandeiras portuguesas, que conseguiram impedir os avanços espanhóis em território de seu interesse, possibilitando ao governo português reajustar seus limites fronteiriços, o que, mais uma vez, levou ao conflito com as tribos nativas.

As ações de controle da fronteira foram contínuas na região guairense, e passaram a ser denominadas “ações de segurança de área de interesse nacional”. Seus objetivos principais eram, basicamente, os mesmos: definir os limites fronteiriços. Para visualizar, segue um mapa da região durante as incursões das bandeiras paulistas que passam por toda a região ribeirinha:

1.3. DE GUAYRA PARA GUAÍRA

Guaíra se manteve por muito tempo apenas como uma pequena vila, como se pode observar no Censo realizado em 1890, que contabilizou uma população de 115 pessoas residentes no município; ou no Censo de 1900, no qual foi observado que “somente tribos nômades (os gés) vagueiam pelas terras abandonadas, [...] Guaíra possuía uma população residente de 365 pessoas”⁶⁰.

Foi a partir do estabelecimento da extração de erva-mate que houve um novo contexto de colonização na região. Com a instalação, a partir de 1902, da filial da Empresa Mate Laranjeira em Guaíra, inicia-se um novo formato de colonização e de comércio realizado na cidade: passa a funcionar ali o Porto Mojoli, adquirido pela empresa de um argentino de mesmo nome (atual porto Paragem)⁶¹.

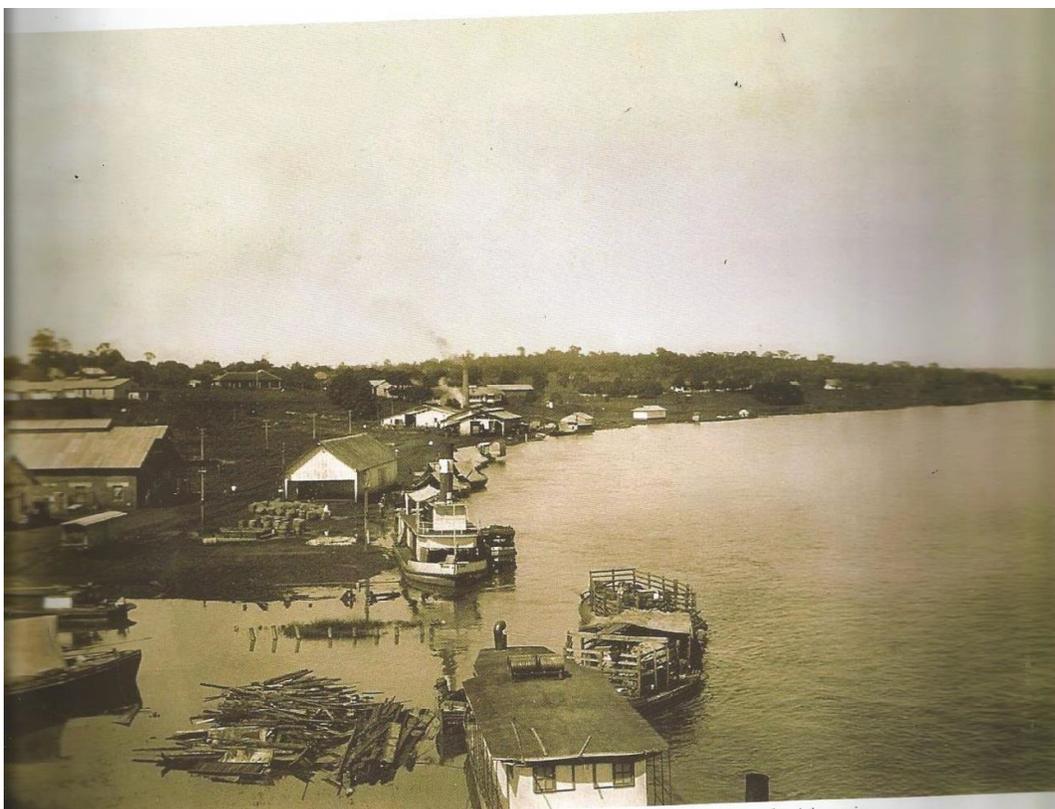


FIGURA 7. PORTO MOJOLI/GUAÍRA

⁶⁰ ALEKSIEJUK, Omar Fedato., Op.Cit., p.39.

⁶¹ Idem.

Fonte: Retrato de Guáira/Porto Monjoli. Foto de Alberto Braud, 1930. In: MAGALHÃES, Luiz Alfredo Marques. **Retratos de uma época** – os Mendes Gonçalves & a Cia. Matte Larangeira. Ponta Porã, Mato Grosso do Sul: Ed. do autor, 2013, p. 67⁶².

A partir da instalação do porto e da Empresa Mate Laranjeira é construída, às margens do Rio Paraná, uma infraestrutura que, para a região era considerada muito avançada. Ainda assim, alguns dos problemas relativos à posse da terra não deixam de existir: a população indígena residente na região é expulsa pelas as instalações dos prédios da Companhia e para a construção da vila dos operários. Assim como em outras cidades ribeirinhas, o acesso terrestre era muito difícil, e quase todo o transporte era realizado por via fluvial.

A empresa Mate Laranjeira produzia e exportava erva-mate desde o início do século XX, a partir de 1909, aproximadamente, explorando e povoando, inicialmente, terras entre os Rios Amambai e Rio Verde, no Estado do Mato Grosso (atual Mato Grosso do Sul) estendendo-se, posteriormente, para terras paranaenses⁶³.

Com a instalação em terras paranaenses, em fins dos anos 1900, a empresa passou a adquirir fazendas, também na República do Paraguai, ambos “locais onde [se] extraía madeira e criava bois, além da tradicional exploração de erva-mate⁶⁴”. Estas terras eram, basicamente, cedidas pela União, sendo poucas delas desocupadas, a maioria era ocupada por povos nativos ou por paraguaios, que se mantinham pela produção de subsistência.

⁶² MAGALHÃES, Luiz Alfredo Marques. **Retratos de uma época** – os Mendes Gonçalves & a Cia. Matte Larangeira. Ponta Porã, Mato Grosso do Sul, 2013, p. 67.

⁶³ LIMA, Vilma Fiorotti. **Guáira nos tempos de Ernest Mann**. Marechal Cândido Rondon, 1994. Folhas. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso), Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, p. 23.

⁶⁴MAGALHÃES, Luis Alfredo Marques, Op.Cit., p.62.



FIGURA 08. O PORTO E A PASTAGEM

Fonte: Foto de Alberto Braud de Guaíra/ Porto Monjoli em 1930. In: MAGALHÃES, Luiz Alfredo Marques. **Retratos de uma época** – os Mendes Gonçalves & a Cia. Matte Laranjeira. Ponta Porã, Mato Grosso do Sul, 2013⁶⁵.

Acima, está a segunda parte do retrato de Guaíra/Porto Monjoli de Alberto Braud (verificar Figura 6), realizado em 1930. Em primeiro plano, há uma oficina mecânica exclusiva para locomotivas, seguida de uma fundição e de um barracão.

É possível ver também em primeiro plano as estruturas do galpão que funcionava como mecânica para o Porto Monjoli, e ao fundo algumas residências, do que seria a vila dos trabalhadores da Cia. Mate Laranjeira; à esquerda, é possível identificar as pastagens para criação de gado, outra fonte de renda da Companhia.

A Companhia Mate Laranjeira foi fundada em 25 de julho de 1883, a partir da associação de Thomaz Laranjeira e dos banqueiros Joaquim Duarte Murtinho e Francisco Murtinho. Sua produção era constituída, basicamente, da extração e da exportação da erva-mate produzida no Mato Grosso. O que era produzido pela Companhia era comercializado com exclusividade para a “Sociedade Comercial Francisco Mendes e Compañía, de Buenos Aires, que se ocupava da colocação da erva no mercado argentino”⁶⁶. Assim, a passagem

⁶⁵ Ibidem, p. 68.

⁶⁶ ALEKSIEJUK, Omar Fedato., Op.Cit, p.39-40.

dessa produção por Guaíra era fundamental, uma vez que se dirigiam à Bacia do Prata, sendo os caminhos fluviais os mais baratos e seguros.

Com a instalação da filial da Companhia Mate Laranjeira nas margens do Rio Paraná, na cidade de Guaíra, é garantida uma posição estratégica para o transporte da carga e para a locomoção dos trabalhadores. Visando melhorar o acesso e viabilizar o escoamento da produção, também são feitas diversas construções, depósitos e armazéns de erva mate, além de “iluminação elétrica a vapor, limpeza pública, capela, biblioteca, escola, posto pluviométrico, fluviométrico, hospital, laboratório, serviço telefônico, metalúrgica, policiamento, etc”⁶⁷. Assim, nos registros do “Censo de 1920 [consta] que Guaíra possuía uma população residente de 2.355 pessoas”⁶⁸.

Com a instalação da sede da filial da companhia Mate Laranjeira pode-se considerar que Guaíra passou por uma nova fundação. E para comercializar seus produtos, a companhia criou uma infraestrutura na região: pontos estratégicos de produção, armazenamento e transporte de erva-mate, madeira e outros produtos. Para tal tarefa criou-se, então, uma fazenda, tida como modelo, às margens do Rio Paraná, onde, atualmente, está localizado o bairro Vila Velha da cidade de Guaíra.

A empresa Cia. Mate Laranjeira, sendo “uma multinacional, explorou por cerca de cinco décadas a cultura da erva-mate entre os estados do Mato Grosso do Sul e do Paraná, exportando-o para a Argentina”⁶⁹. Durante esses anos de comercialização da erva-mate, a Cia. Mate Laranjeira tomou posse da passagem pelos rios e dos portos, e também construiu cerca de quinze quilômetros de estradas que perfaziam o trajeto entre o alto e baixo Paraná⁷⁰. “A erva -mate saía de Porto Mojoli em carros-de-bois, cumprindo um trajeto pelas matas paranaenses adjacentes ao rio Paraná, circundando as Sete Quedas e chegando até Salto Carapan”⁷¹.

Além de controlar as margens do rio Paraná, a Cia. mate Laranjeira também passou a controlar uma estrada de ferro, a ser construída a partir de 1889. Isso se deu por meio do Decreto Imperial nº 10.432 de 09/11/1889, que concedia a construção de “uma estrada de ferro da Cia. Do Engº João Teixeira Soares, pro privilégio de 90 anos, ligando São Paulo ao

⁶⁷ Ibidem, p.29.

⁶⁸ Ibidem, p.41.

⁶⁹ SILVA, Edycleber De Oliveira, Op.Cit., p.39.

⁷⁰ O alto e o baixo Paraná são medidas geográficas de análise e referência ao curso do Rio Paraná. Existem diversos estudos na área da geografia que analisam a bacia hidrográfica do rio Paraná, como a dissertação de mestrado defendida no programa de pós-graduação em geografia da UNIOESTE.

⁷¹ MAGALHÃES, Luis Alfredo Marques, Op.Cit., p.67.

Rio Grande do Sul de uma linha principal vindo de Guaíra até Porto Mendes”⁷². A ferrovia ligou o alto do rio Paraná com o baixo onde havia interrupção do transporte fluvial devido ao Salto Sete Quedas. Passando a produção do Porto Monjoli ao Porto Mendes.

Os trilhos da primeira estrada de ferro que passa por Guaíra são conhecidos:

por *decauville*, a *scargas* transitavam a princípio em vagonetes puxados por burros; só a partir de 1917 a estrada teve condições para suportar o tráfego de pequenas locomotivas. Uma delas encontra-se até hoje na praça em frente do Museu Municipal de Guaíra, na casa onde funcionou o escritório da Laranjeira, Mendes & Cia, a partir de 1912. A via férrea foi montada com material rodante de segunda mão, adquiridos a ferrovias argentinas, ao passo que os trilhos vieram da Alemanha ⁷³.



⁷² ALEKSIEJUK, Omar Fedato., Op.Cit., pg. 120. Um detalhe interessante do Decreto Imperial é que somente 15% da população local (fronteira do Brasil com o Paraguai) poderia ser brasileira, portanto 85% da população deveria ser de imigrantes europeus ou das possessões portuguesas e espanholas, nota-se que o decreto data de seis dias antes da Proclamação da República.

⁷³ MAGALHÃES, Luis Alfredo Marques, Op.Cit., p.74.

FIGURA 9. A LOCOMOTIVA - RETRATOS DA LOCOMOTIVA QUE CIRCULAVAM PELO PORTO MOJOLI

Fonte: MAGALHÃES, Luiz Alfredo Marques, op. cit., p.75⁷⁴.

A primeira imagem retrata a estação de Porto Mojoli, que se localizava a 300 metros do rio, onde hoje se localiza a estação da COPEL – Cia. Paranaense de Energia, em frente à Praça Eurico Gaspar Dutra. A segunda fotografia retrata a gare das locomotivas. A terceira imagem retrata a saída da locomotiva do setor de armazéns carregada de erva-mate, indo em direção à cidade de Porto Mendes. Já a quarta imagem retrata um trecho da ferrovia de, aproximadamente, 60 quilômetros construída sob a supervisão do engenheiro Wilson Schwell⁷⁵.

Atualmente a Locomotiva nº 4 de marca Koppel – potência 40 MP Alemão, que circulava em Guaíra primeiramente pela Cia. Mate Laranjeira e, posteriormente, encaminhada para S.N.B.P. (Serviço de Navegação Bacia do Prata) em 10 de novembro de 1944, está instalada na Praça Presidente Dutra, na Vila Velha em Guaíra, como um monumento histórico da cidade, mas completamente abandonada e depredada. Como pode ser visto na imagem a seguir:

⁷⁴ MAGALHÃES, Luiz Alfredo Marques, op. cit., p.75.

⁷⁵ MAGALHÃES, Luis Alfredo Marques., Op. Cit., p.75.



FIGURA 10. LOCOMOTIVA NUMERO 04

Fonte: Acervo pessoal, fotografia de 10 de setembro de 2015.

Na imagem está a Locomotiva nº 4 de marca Koppel, de procedência Inglesa. Foi adquirida no ano de 1913, pela Cia. Mate Laranjeira, comprada de Isnardi Alves & Cia Ltda.. Era usada na exportação de madeira e erva mate para a Bacia do Prata e, de lá, para a Inglaterra. Fazia o trajeto Porto Novo (Fazenda Mate Guaíra) e era usada para manobras dos comboios no pátio. Foi desativada no ano de 1961⁷⁶.

O transporte era realizado a partir de do Porto Monjoli e se dirigia a Argentina pelo rio Paraná, passando pelas cidades ribeirinhas como Marechal Cândido Rondon em direção a Foz do Iguaçu.

⁷⁶ Fotografia retirada por SILVA, Mara D. S. em 10 de setembro de 2015.

1.4. A EMANCIPAÇÃO POLÍTICA

Apesar de todo processo de desenvolvimento e urbanização que a cidade de Guaíra passou, desde a chegada dos primeiros espanhóis e jesuítas, com a vinda da Companhia Matte Laranjeira S.A.⁷⁷, ocorreu um período de estagnação com o fim das atividades extrativistas e a decadência das *obrages*, bem como com a promulgação das leis de nacionalização do capital e da mão de obra (predominantemente paraguaia). Guaíra constituiu-se como município⁷⁸, em 06 de maio de 1908, pela Lei nº 815. O Congresso Legislativo do Paraná decreta a criação da cidade de “Guayra” à margem esquerda do rio Paraná. Como pode ser visto no documento a seguir:

⁷⁷ PRADO, Diego A. do. **Guaíra e a emergência da memória nostálgica**: narrativas e tensões vividas (1960-2008), Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso), UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, campus de Marechal Cândido Rondon, 2008., p.4.

⁷⁸ SILVA, Edycleber De Oliveira, Op.Cit, p. 30.

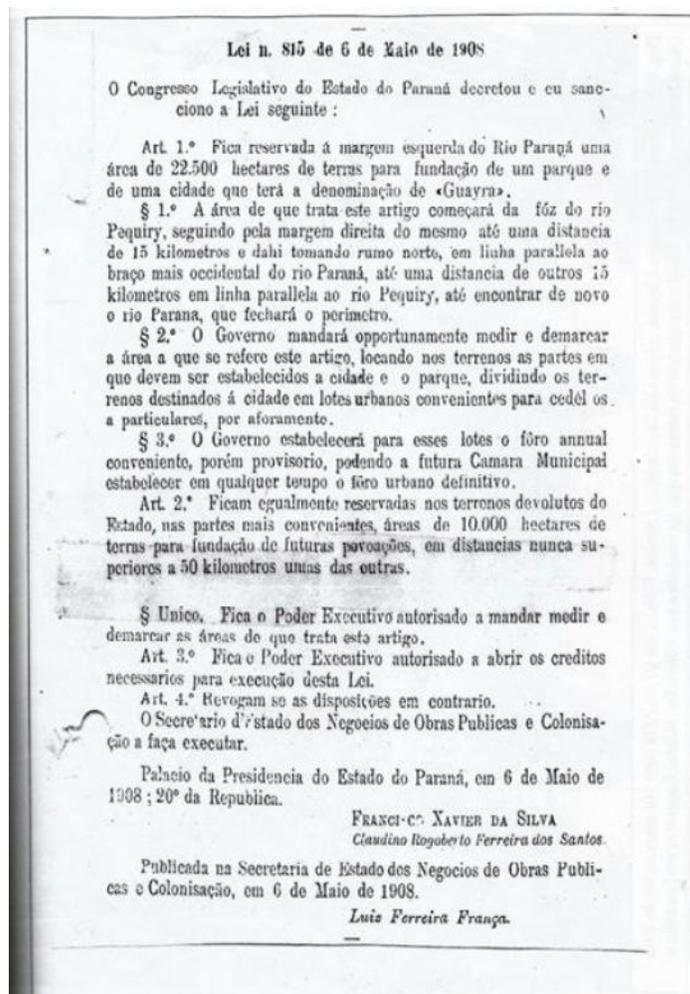


FIGURA 11. DOCUMENTO DE CRIAÇÃO LEGAL DO MUNICÍPIO DE GUAÍRA

Fonte: ALEKSIEJUK, Omar Fedato., Op.Cit., p.157.⁷⁹

Guaíra só segue como um município até 1938, quando pelo Decreto-Lei Estadual nº 7.573 de 20 de outubro de 1938, o Distrito Judiciário de Guaíra é extinto, sendo incluído ao Distrito de Foz do Iguaçu. A partir de então, Guaíra passa a fazer parte do município de Foz do Iguaçu – PR, que possuía então uma área dez vezes maior que a atual⁸⁰.

Neste período, Foz do Iguaçu passa a ser distrito da federação pelo decreto Federal n. 1.035, que institui o Parque Nacional do Iguaçu. Esta região, assim, passa a fazer parte do Território Federal do Iguaçu, tendo como capital Laranjeiras do Sul, e como Governador o Sr.

⁷⁹ ALEKSIEJUK, Omar Fedato., Op.Cit., p.157.

⁸⁰ Ibidem, p.43.

Major Frederico Trotta. A região passa a ser pertencente ao Brasil, e não a um Estado em particular.

A cidade de Guaíra só passa a ser municipalizada de novo em 1951, com a emancipação do município que ocorreu com a Lei Estadual n° 790, datada de 14 de novembro de 1951, com a entrega das terras da Cia. Matte Larangeira ao Estado para liquidação. A emancipação só foi possível a partir do grande fluxo populacional, que entre os anos de 1830 até 1965 começou a dirigir-se para essa região, formando, assim, novos municípios e alterando a composição geográfica da região Oeste do Estado do Paraná.

Após, aproximadamente, um ano de emancipação, decidiu-se pela autorização da primeira eleição municipal, ocorrida em 14 de novembro de 1952, na qual foi eleito o prefeito Gabriel Fialho Gurgel pela legenda do P.T.B.- Partido Trabalhista Brasileiro, com 121 votos dos 318 eleitores registrados no município. No mesmo dia, foi instalada a Câmara Municipal de Guaíra, sob a presidência do vereador Vicente Augusto Brillante, momento em que também tomaram posse os vereadores eleitos: Alexandre José da Silva, João C. Lopes e Otacílio Amaral dos Santos pela legenda do PR – Partido Republicano; e pela legenda do PTB os vereadores: Arnaldo Bachi, Osires Soley, Gody Werner, Fernando Maciel Foster, Joaquim Vargas Dornelles e Vicente Augusto Brillante.

A segunda eleição de Guaíra ocorreu em 14 de dezembro de 1956, na qual Celino da Rocha Araújo toma posse como segundo Prefeito de Guaíra, com 730 votos, pela legenda do PSD – Partido Social Democrático. Nessa mesma época, por intermédio de Matsuyama, corretor de imóveis da Cia. Mate Laranjeira, inúmeras famílias de descendência japonesa oriundas do norte do Estado, compraram terras e se instalaram em Guaíra⁸¹.

O terceiro prefeito de Guaíra é eleito em 14 de dezembro de 1960. Vicente Augusto Brillante foi eleito com 2.337 votos pela legenda do PTS- Partido da Transformação Social, utilizando como campanha eleitoral o fato de ser um antigo funcionário da Cia. Mate Laranjeira, e ter trabalhado no Serviço de Navegação da Bacia do Prata.

Quase treze anos depois da primeira eleição, em 06 de dezembro de 1964, foi eleito o quarto prefeito de Guaíra, Kurt Walter Hasper, com 683 votos. Ele concorreu com João Zeballos do PSD, e Ivo Miranda Ramos do PTB, pelo cargo de prefeito do município de Guaíra. A posse de Hasper ocorreu em 14 de dezembro de 1964, e durante sua gestão, Guaíra passou a ser declarada município de área de segurança nacional pela Lei Federal n° 5.449, em

⁸¹ ALEKSIEJUK, Omar Fedato., Op.Cit, p.47.

04 de junho de 1968. Deste modo, Kurt Walter Hasper foi mantido como prefeito, tendo seu mandato prorrogado até o ano de 1985, “segundo a vontade do regime militar instalado no Brasil em março de 1964”⁸². Assim, é possível verificar a importância do poder executivo nesse momento da História: o cargo de Hasper se mantém, seguindo os interesses da política nacional em vigor.

⁸² GREGORY, Valdir; SCHALLENBERGER, Erneldo, Op. Cit, p. 266.

CAPÍTULO 2 – POLÍTICA MUNICIPAL

Atualmente, a cidade de Guaíra tem em sua prefeitura o governo de Fabian Percy Vendrusculo (período de 2013-2016), eleito pela legenda do PT – Partido dos Trabalhadores, em nome da coligação “GUAIRA PARA TODOS”, que une os partidos: PRB – Partido Republicano Brasileiro; PDT - Partido Democrático Trabalhista; PT – Partido dos Trabalhadores; PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro; PSC - Partido Social Cristão; PR - Partido da República; PPS - Partido Popular Socialista; DEM - Democratas; PSB - Partido Socialista Brasileiro; PSD - Partido Social Democrático e PC do B - Partido Comunista do Brasil.

Este é seu segundo mandato. O primeiro vigorou nos anos de 2005 até 2008. Entre seus dois mandatos, Manoel Kuba, assumiu a prefeitura, no período de 2009 a 2012, e esteve no cargo de prefeito da cidade de Guaíra por três mandatos, assumindo a prefeitura em 1997, em 2001 e em 2009, sendo eleito pela coligação UPG - União Progressista Guairense (que é a coligação das legendas: PP- Partido Progressista; PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira; PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro; PSL - Partido Social Liberal; PMN - Partido da Mobilização Nacional; PPS - Partido Popular Socialista; PRB - Partido Republicano Brasileiro e PTB - Partido Trabalhista Brasileiro).

O processo de mandatos prolongados, seja no cargo de prefeito ou de vereador, na cidade de Guaíra são recorrentes. Analisando os quadros políticos do município, é possível identificar sempre os mesmos sujeitos e/ou a mesma família assumindo os cargos. Essa e outras questões atuais do contexto guairense é que me levaram a pesquisar a relação que o período ditatorial brasileiro tem com os quadros político, econômico e social de Guaíra, uma vez, que os nomes dos sujeitos que ocupam esses cargos são recorrentes na História do município.

2.1. A DITADURA CIVIL-MILITAR: O CONTEXTO NACIONAL

O cenário nacional altera as bases sociais que se conhecia até a instauração da Ditadura Civil-Militar no país. E como Maciel define muito bem,

diferentemente da transição à democracia, na institucionalização da Ditadura Militar não havia um projeto claramente definido por algum setor político-social e que, bem ou mal, tivesse orientado todo o processo. Aqui, a institucionalização da Ditadura Militar foi aparecendo como solução para os sucessivos impasses e crises políticas que a ruptura da institucionalidade democrática foi gerando a partir de 1964. Para cada crise política era dado um passo adiante no processo de desmontagem da institucionalidade democrática, instalada em 1946, e de configuração da institucionalidade autoritária.⁸³

Deste modo, o Golpe ocorrido no ano de 1964, mais especificamente no dia 31 de março, deu às Forças Armadas o poder de chefiar o Estado brasileiro com o apoio de setores civis. E este novo cenário nacional provocou uma ruptura que, em conjunto com o novo ambiente institucional do país, se entrelaçou com “as dinâmicas das eleições regionais e com as disputas pela conquista ou preservação do poder local”⁸⁴.

Mais significativas ainda, são as disputas que se iniciam durante esses processos eleitorais, pois, mesmo com “o tacão de uma ditadura, os detentores do poder procuravam erigir instituições que pudessem alimentar a imagem de que o país se encontrava sob, relativa, normalidade democrática”⁸⁵.

Essa contradição entre a estruturação legal e sua ação prática criou uma tensão progressiva nas relações, o que é explicado por Maciel como uma crise institucional:

A crise institucional advinda do embate entre a esfera da representação burocrática e a esfera da representação política no interior do Estado, nessa conjuntura, foi resolvida com a edição do AI-2. Este fortaleceu a intervenção institucionalizadora do Executivo e abriu uma segunda fase na etapa que estamos analisando, em que a perspectiva moderadora foi progressivamente afastada, empurrando setores do bloco no poder para a oposição burguesa. A edição do segundo ato institucional, em outubro de 1965, foi consequência direta do embate entre as duas formas de representação, expresso pelas eleições estaduais. A recomposição da coesão militar se deu com base numa barganha que pagou a realização das eleições estaduais e a posse dos eleitos, com o cancelamento das eleições diretas para presidente em 1966⁸⁶.

Apesar da afirmação de que parte das ações políticas realizadas nas cidades brasileiras acontecem partindo de interesses particulares desses sujeitos e/ou da elite da cidade, não significa que o município esteja deslocado do contexto ditatorial do Brasil. Muito pelo

⁸³ MACIEL, David. Op. Cit., p.27.

⁸⁴ GUILHERME, Cassio Augusto Samogin Almeida. Op. Cit., p.11.

⁸⁵ Ibidem.

⁸⁶ MACIEL, Op.Cit., p. 47.

contrário, é a partir das premissas ditatoriais que estes sujeitos têm a liberdade e a legalidade de suas ações garantidas.

Como dito por Calil:

Nossa proposição é que o golpe foi o resultado de uma ampla articulação, envolvendo grupos civis e militares, associações da sociedade civil e entidades de classe representativas dos diferentes setores da burguesia brasileira, o que evidencia claramente que o golpe não foi fruto do improviso, mas foi sistemática e metodicamente preparado (...) atendendo a interesses de classe e viabilizando a informação de uma nova fase de desenvolvimento do capitalismo brasileiro⁸⁷.

Neste sentido, para compreender a política municipal é necessário estabelecer a conexão com o contexto nacional.

2.2. É DECRETADA ÁREA DE SEGURANÇA NACIONAL: PROTEGER A FRONTEIRA OU PROTEGER AS PESSOAS?

Quando Guaíra passa a ser, durante a ditadura militar, área de interesse e de segurança nacional, as suas eleições para o executivo local são realizadas de forma indireta, ou seja, por meio de nomeações. Isso fez com que, por mais de vinte anos, o sr. Kurt Walter Hasper tenha mantido seu cargo de prefeito municipal. Neste período de militarização do Estado brasileiro, “as eleições municipais eram feitas somente para a Câmara de Vereadores e não para os cargos de prefeito e vice-prefeito”⁸⁸, e em Guaíra não era diferente.

Para entender estes aspectos da DSN na cidade de Guaíra, é necessário ter sempre em mente a estrutura da sociedade, e o Estado, que pode ser definido como “uma entidade composta por diversas instituições, de caráter político, que comanda um tipo complexo de organização social, e está ligado a uma realidade jurídica”⁸⁹.

Uma das formas pelas quais o Estado pode se manifestar é pela militarização, e um exemplo, são as chamadas ditaduras militares, instauradas como recursos das classes

⁸⁷ CALIL, Gilberto. Op.Cit., p. 13.

⁸⁸ GREGORY, Valdir. Op. Cit., p. 266.

⁸⁹ SILVA, p. 24.

dominantes para impor sua ordem em épocas de crise política, econômica e social⁹⁰. E é justamente esta forma de Estado Militarizado que vigorou no Brasil daquele período, desde os anos de 1964 até 1985. Por meio de um golpe, os militares, apoiados por alguns segmentos da sociedade civil, tomaram o poder do Estado, com a figura principal do General Castello Branco.

Esta política de militarização do Estado se desenvolveu durante os anos 1960 e 1970, e foi realidade para boa parte da América Latina, provocando transformações sociais, políticas e econômicas. Ainda em contexto internacional, neste período, se dava o auge da Guerra Fria, um momento de tensões políticas e ideológicas. Porém, nos deteremos, apenas, no caso brasileiro, como macro-história⁹¹, para podermos analisar a história da cidade de Guaíra, no âmbito da micro-história.

Com o golpe militar de 1964, pretende-se impor ao Brasil, uma nova estrutura social e uma nova ideologia. Não mais os planos de um Brasil autônomo, livre, mas um Brasil baseado na aliança com o capital internacional e, para realizar tal efeito, os militares e a burguesia precisaram calar todas as vozes discordantes⁹².

De forma sucinta, podemos nos referir à Ditadura Militar no Brasil, ocorrida durante os anos de 1964 a 1985, compreendendo-a como um momento de profundas transformações sociais, econômicas e políticas, às quais o povo brasileiro foi submetido, assim, gerando alterações em seu modo de pensar e de agir. Tais alterações podem ser creditadas ao papel dos Aparelhos do Estado que atuaram, tanto por meio de uma ação direta, pelos Aparelhos Repressivos do Estado; quanto no campo psicossocial, por meio dos Aparelhos Ideológicos do Estado⁹³.

Podemos observar esta influência de forma direta quando, durante o regime militar, a cidade de Guaíra é considerada área de interesse e de segurança nacional, sendo implantada nela, claramente, a ideologia de segurança nacional, com o objetivo de assegurar e cientificar as políticas desenvolvimentistas inseridas. Para isso, se utilizaram do discurso de potencialização da nação brasileira.

⁹⁰ BARBIAN, Luciano. A Ditadura de Segurança Nacional na América Latina e as especificidades do caso boliviano. **Revista Vestígios do Passado**. 2008., p. 3.

⁹¹ GINZBURG, Carlo. Op. Cit..

⁹² LIMA, Vilma Fiorotti. **Guaíra nos tempos de Ernest Mann**. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso), Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, campus de Marechal Cândido Rondon, 1994.

⁹³ DUARTE, Gerson Constância. **A reprodução ideológica do discurso político na educação**: um atendimento através da fala dos professores universitários no contexto do governo Geisel, 1974 – 1979. Vitória, 2008,135. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, p. 52.

Pela doutrina de segurança nacional, em conjunto com a geopolítica, as fronteiras se tornaram de extrema importância, pois seria por elas que os inimigos externos poderiam se infiltrar, assim como os inimigos internos poderiam fugir⁹⁴.

Na disputa dos setores “nacionalista e progressista” com os setores ditos “populistas”, se aplicou uma “ideologia que ultrapassa as peculiaridades de cada nação. Essa ideologia se chama “Doutrina de Segurança Nacional” e tem suas raízes fora do solo latino-americano”⁹⁵.

“A Doutrina de Segurança Nacional é uma ideologia que foi implantada pelos governos militares para a instalação de um estado forte e autoritário com o objetivo de salvar o país do comunismo internacional”⁹⁶. Esta ideologia tem como prática ser elitista, além de manter as massas populares afastadas das ações do Estado, e de forma coercitiva legitimando essas ações ideologicamente ligadas a Doutrina de Segurança Nacional⁹⁷.

A DSN tem sua influência sobre a cidade de Guaíra em três pontos principais: o primeiro está voltado para a geopolítica (Guaíra sendo uma cidade de fronteira, deveria ser “protegida”); a segunda grande influência também decorre da geopolítica, mas no sentido da presença dos militares na cidade (como esses sujeitos atuavam de forma central no cotidiano da sociedade guaírense); o terceiro, mas não menos importante fator, está relacionado com a memória destes atos ocorridos durante o período em que Guaíra esteve sobre o decreto de área de segurança (como a população em sua maioria procura não mencionar e/ou busca sempre se afastar destas questões).

A DSN legitima suas ações a partir da guerra e da estratégia, sendo fundada no período da Guerra Fria, e desenvolvida a partir do conflito Leste-Oeste. Esta ideologia pode ser entendida como a garantia do Estado para manter sua capacidade de impor seus objetivos a todas as forças componentes da Nação. Sendo que, para impor sua força, a “segurança nacional destrói barreiras: ela é constitucional ou anticonstitucional; se a Constituição a atrapalha, muda-se a Constituição”⁹⁸.

E foi o que ocorreu no Brasil a partir do AI-2 (Ato Institucional nº 2), instaurado mediante a alegação da necessidade de defender a nação contra os “inimigos internos”. Assim, foram editados os atos institucionais para fortalecer o regime militar. No AI-2 foram

⁹⁴ COSTA, Wanderley M. Op. Cit., p. 79.

⁹⁵ BARBIAN, Luciano. Op. cit., p. 1.

⁹⁶ ZAGO, Luciana Grespan. **Fronteira e Segurança Nacional no Extremo Oeste Paranaense**: um estudo do município de Marechal Cândido Rondon. Dissertação (Mestrado), Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo – RS, 2007.p. 17.

⁹⁷ COMBLIN, Joseph. Op. Cit., p.34.

⁹⁸ ZAGO, Luciana Grespan. Op. Cit., p. 18.

extintos os partidos políticos, pelo artigo 18, sendo também criadas legislações que previam medidas de controle e de repressão.

Porém, a fronteira ainda era uma das preocupações da Segurança Nacional, pois a partir dessas áreas fronteiriças que se programavam todas as estratégias do Estado para garantir a segurança contra os “inimigos externos”. Por isso, há uma preocupação da Junta Militar em manter uma divisa territorial e ideológica das áreas estratégicas de fronteira. Esta necessidade das Forças Armadas em delimitar com precisão os limites entre os Estados Nacionais, tem, além do objetivo de guarnecer as fronteiras, também o de legitimar as ações diante do discurso de “afastar os perigos que possam prejudicar o desenvolvimento nacional”⁹⁹.

Com o processo de nacionalização das fronteiras e a sua integração no território nacional, a dinâmica sociocultural e o desenvolvimento de Guaíra toma outro rumo. Se antes representava um ponto de encontro de diferentes povos, um eixo de convergência de mercados com suporte no platino, a partir de então, passa a ser uma fronteira demarcatória de limites territoriais e de segurança nacional, cujos interesses estiveram fortemente vinculados ao poder político central, que aparece na historiografia oficial de Guaíra como um governo “fomentador do modelo de desenvolvimento nacional”¹⁰⁰. Não há qualquer crítica ao sistema ditatorial, há, muito pelo contrário, a apresentação deste modelo como o de um período de “avanços e desenvolvimento” para a cidade.

Em 1965, foram institucionalizados os municípios considerados de área de segurança nacional. Mais uma vez, não há qualquer contestação da historiografia oficial sobre o assunto. A ação é, muitas vezes, apenas citada, não sendo discutidas as suas consequências. Como os prefeitos destes municípios poderiam ser nomeados a partir de indicações de confiança, não eram mais eleitos pelo voto popular.

Apenas em 1967, foram

declarados 68 municípios de interesse de segurança nacional localizados em pontos estratégicos pela ótica do regime militar. Em conjunto a Guaíra estavam: Barracão, Capanema, Foz do Iguaçu, Marechal Cândido Rondon, Medianeira, Planalto, Perola d'Oeste, Santo Antonio do Sudoeste e São Miguel do Iguaçu¹⁰¹.

⁹⁹ ZAGO, Luciana Grespan. Op. Cit, p. 18.

¹⁰⁰ GREGORY, Valdir. Op. Cit., p 21.

¹⁰¹ GREGORY, Valdir. Op. Cit., p. 21.

Desta forma, foram nominadas as cidades do Oeste e do Sudoeste paranaense consideradas como Áreas de Interesse para a Segurança Nacional, por meio da Lei nº 5449, em 04 de junho de 1968. Com isso, nas eleições municipais de 1969, nestes municípios, o voto ocorreu, apenas, para os novos vereadores.

Quando a Junta Militar assume o poder, o Estado brasileiro implanta uma série de leis e decretos que previam medidas de controle e de repressão, o que manteria a permanência das Forças Armadas no poder. Estas leis são conhecidas como Atos Institucionais.

O primeiro presidente pós-golpe de 1964, foi Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, que anunciou que resguardaria a ordem democrática, porém não se furtou em editar um novo ato institucional que extinguiu os partidos políticos existentes e criou outros dois novos: a ARENA, como partido da situação; e o MDB, como partido de oposição. Ademais, editou uma nova constituição, em 1967, que fortaleceu ainda mais o poder executivo em detrimento do poder legislativo¹⁰².

Em Guaíra, a permanência de Kurt Walter Hasper, bem como outros aspectos, são levados em consideração na análise dos pequenos indícios das influências da Doutrina de Segurança Nacional, bem como da Geopolítica, na sociedade guaireense. Assim, serão observados quais foram os impactos que estas políticas do Estado militarizado tiveram sobre o cotidiano da população local.

As análises da presença (influências, mudanças e permanências) da “Doutrina de Segurança Nacional” e da geopolítica na cidade de Guaíra, durante o período de mandato do Prefeito Kurt Walter Hasper, que se iniciou em 14 de dezembro de 1964 e terminou em 05 de junho do ano de 1985, auxiliam a ponderar como a ligação político-militar influenciou a vida da sociedade guaireense.

Segundo nos relata Gregory,

o Conselho de Segurança Nacional, ligado à Presidência da República, poderia definir os municípios considerados de interesse para a segurança nacional. Os prefeitos destes municípios não seriam eleitos pelo povo. Determinava ainda, que os prefeitos destes municípios seriam nomeados pelos governadores dos respectivos Estados, mediante previa aprovação do Presidente da República. O artigo 5º previa que os mandatos em vigor dos prefeitos dos municípios das áreas de Segurança Nacional seriam mantidos. Assim, estes mandatários permaneceram nos cargos momentaneamente. Dentre estes, encontravam-se os municípios que faziam fronteira com as

¹⁰² ZAGO, Luciana Grespan. Op. cit., p. 20.

nações limítrofes e outros”¹⁰³.

O caso guairense acarreta em dois pontos: o primeiro referente à permanência do prefeito Kurt Walter Hasper no mandato durante mais de 20 anos; e o segundo referente a presença constante das Forças Armadas no cotidiano de Guaíra.

Assim, será analisado no sub-tópico a seguir, as influências da DSN na memória dos guairenses, utilizando como base as pesquisas realizadas por mim, bem como a análise de três entrevistas.

2.3. A DITADURA NACIONAL E GUAÍRA

A instauração da ditadura civil-militar em 1964 no Brasil pode ser apontada, entre as muitas características que possui, pela utilização sistematizada do terrorismo praticado pelo próprio Estado, "juntamente com a prática comum e generalizada de sequestros, prisões sem processo em centros clandestinos de detenção, torturas e a liquidação física de seres humanos, com a ocultação de seus cadáveres"¹⁰⁴.

Mantendo uma flexibilidade na definição e/ou, no caso, na indefinição do inimigo interno, as ditaduras de Segurança Nacional puderam instalar as práticas de terror de Estado e torná-las política de Estado, sendo estas políticas terroristas "ampliadas e potencializadas de tal forma que se tornaram características fundamentais da ditadura implementada"¹⁰⁵.

A cidade de Guaíra tem sua história perpassada pela violência, seja ela contra os povos nativos durante as diferentes etapas da colonização da região ou, mesmo, devido ao contrabando que se mantinha às margens do Rio Paraná. Tendo em vista as diferentes formas de violência que ocorriam na cidade, Guaíra passou a ser reconhecida por causa da mesma, sendo, atualmente, considerada umas das cidades mais violentas do Brasil, estando na 9ª colocação no último CENSO de 2015.

Porém, o outro lado da ditadura, que perpassa pela repressão, não se mostra de forma clara, é pautado na legalidade de suas ações e quase não abre espaço para a contestação. Este

¹⁰³ GREGORY, Valdir. Op. Cit., p. 268.

¹⁰⁴ PASCUAL, Alejandra. **Terrorismo de Estado**: a Argentina de 1976 a 1983. Brasília: Unb, 2004, p.20.

¹⁰⁵ PADRÓS, Enrique Serra; VIVAR, Jorge Eduardo, (org.). **Marcas da memória** - Memórias da resistência e da solidariedade: o movimento de Justiça e Direitos Humanos contra as Ditaduras do Cone Sul e sua conexão repressiva. Porto Alegre, ASF, Brasil, Ministério da Justiça, Comissão de Anistia, Marcas da Memória, 2013, p. 83 e 84.

outro lado da Ditadura Civil-Militar brasileira se deu justamente no próprio distanciamento da política do restante da população.

Este contexto não é encontrado somente no caso brasileiro, mas ao se analisar o Cone Sul, a partir dos anos de 1960 e 1970, é possível identificar uma série de golpes militares ditatoriais que se utilizaram de aspectos da Doutrina de Segurança Nacional e do Terror de Estado que, além de buscar convencer a população da existência de um “inimigo” (infiltrado entre a população), distanciaram a política desta população, pois pregavam que a política era uma ferramenta importante demais para estar nas mãos de civis, uma vez que a “democracia era uma fonte geradora de desordens por permitir a atuação dos setores desconformes com a ordem vigente, a qual devia ser defendida através de todos os meios disponíveis”¹⁰⁶.

Ou seja, para que o Golpe de Estado ocorrido em 1964 perdurasse, foi fundamental a criação de um novo ambiente, no qual as instituições nacionais se entrelaçaram com as dinâmicas das elites regionais na disputa pela conquista, ou preservação do poder local, o que incidiu no próprio processo eleitoral dos municípios. Isto, pois, embora o “Brasil vivesse sob o tacho de uma ditadura, os detentores do poder procuraram erigir instituições que pudessem alimentar a imagem de que o país se encontrava sob relativa normalidade democrática”¹⁰⁷.

Com o primeiro Ato Institucional, é realizada a “operação limpeza”, não havendo modificação do sistema partidário e interrupção das eleições municipais de 1964 e do pleito para governo de estado do ano seguinte. Mas para a eleição aos governos estaduais em 1966

foram extintas as antigas legendas e implantado o novo sistema partidário. Houve, então, abolição das eleições diretas para presidente e governadores, mas foram preservadas as eleições para prefeito (com exceção das capitais e dos municípios das chamadas áreas de segurança nacional), vereadores, deputados estaduais e federais e senadores. Nos municípios do interior, malgrado o rígido ambiente institucional, há registros de disputas muito acirrada”.

O historiador José Carlos de Assis analisa a conjuntura nacional brasileira, e estuda como a Ditadura Civil-Militar levou ao distanciamento do Executivo, dando ao Estado autonomia, o que gerou diversas consequências, como por exemplo, a intensa corrupção, o endividamento nacional e o consequente fim do próprio regime ditatorial. Segundo Assis, o regime de 1964 promoveu reformas em todos os níveis de estruturação do estado, inclusive no sistema monetário e de intermediação financeira. Segundo ele,

¹⁰⁶ Ibidem, p.18.

¹⁰⁷ GUILHERME, Cassio Augusto Samogin Almeida, Op. Cit, p. 5.

o regime de 1964 se arrogou completar de forma cabal, na esfera administrativa, o objetivo esboçado pela Revolução de 30 no plano político: avocou constitucionalmente para o estado, sobre as funções clássicas de supridor de Segurança e de Justiça, as de orientador e de principal monitor do desenvolvimento econômico e social¹⁰⁸.

Ou seja, “as reformas do sistema monetário e financeiro tinham caráter inequivocamente liberal”¹⁰⁹. Porém, o aparente desenvolvimento produzido por essas reformas

ainda não tinham produzido os primeiros frutos quando o AI-5 se abateu sobre a sociedade brasileira, em novembro de 1968. A partir daí a Federação seria mutilada politicamente, através da ingerência do Poder central na indicação de governadores – além de prefeitos das capitais e das áreas de “segurança nacional” -, com o que se cancelou uma importante instância de decisão intermediária quanto aos destinos de recursos crescentemente concentrados na União, transformada agora em senhora quase absoluta também da aplicação. Mas o ato ditatorial do regime militar cancelou, sobretudo, a possibilidade de controle político do destino dos fluxos de recursos manipulados pelo Executivo, de origem tributária ou não, pois o Congresso Nacional, posto inicialmente em recesso e submetido a novas cassações, viu-se reduzido a uma função meramente homologatória dos orçamentos e perdeu até mesmo a capacidade de fiscalizar sua execução de forma independente¹¹⁰.

Ou seja, com o AI-5 o Governo buscou se liberar dos entraves legislativos que impediam o desenvolvimento de seus interesses, mas

com o AI-5, o administrador estatal e o agente oficial, recém-liberados da teia burocrática inibidora, viram-se liberados também do controle público e político. Muitos deles se tornaram sátrapas de uma administração retalhada, com o princípio da responsabilidade política perante a opinião pública e o Congresso substituído pelo código mafioso de fidelidade ao *chefe*, único a quem se prestam contas, se acaso ele pedir. A Presidência imperial, ela própria ilegítima, nomeia e demite a seu critério, mas não tem para isso outros canais de informação a não ser seus próprios agentes, membros de uma mesma *patota*, com o que a Administração, em conjunto, constituiu seu próprio padrão de referência inteiramente alheia à Nação¹¹¹.

¹⁰⁸ ASSIS, José Carlos de. **Os Mandarins da República**: anatomia dos escândalos na administração pública, 1968-84. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 13.

¹⁰⁹ Ibidem, p. 13-14.

¹¹⁰ Ibidem, p.14.

¹¹¹ ASSIS, José Carlos de. Op. Cit., p. 16.

Criou-se a lenda de que durante o período ditatorial não houve corrupção, mas conforme analisado por diversos historiadores e como pode ser visto nos documentos oficiais isto não passa nem perto da verdade. Além da corrupção gerada, como consequência da autonomia dada ao setor Executivo, também se torna imprescindível mencionar os privilegiados que se beneficiaram com acordos e enriqueceram durante este período.

O tema fica como dica para análises futuras, já que é fundamental para compreender como a “história oficial” construída em Guaíra sobre a Ditadura Civil-Militar foi constituída por estes sujeitos privilegiados pelo golpe, ou seja, como o memorialismo de determinados sujeitos e o silenciamento de outras situações é realizado. Nas páginas seguintes serão apontados alguns fatos envolvidos neste contexto.

2.4. ENQUANTO ISSO EM GUAÍRA...

A etapa iniciada em 1964, com o golpe militar, e encerrada no início de 1967, com a edição da nova Constituição, foi marcada por uma contradição central no plano político: uma arena de disputa política modelada por uma ordem democrática-liberal, mas em cujo centro havia um governo autoritário¹¹².

Na citação de Maciel fica claro como funcionava o sistema político social do Brasil durante o regime militar. Isto se aplica à cidade de Guaíra, que manteve, desde seus primórdios, uma estruturação política muito divergente do que era apresentado, ou seja, a estruturação legal não era, efetivamente, sua estruturação real, apresentando diversas alterações na sua aplicação efetiva.

Desde sua municipalização¹¹³, a partir da legalização da cidade de Guaíra em 1951, começa um processo de entrega, ao Estado, das terras e prédios da região conhecida atualmente como Vila Velha, anteriormente propriedade da Cia. Matte Laranjeira. Esse processo de liquidação se iniciou a partir do início do processo de falência da Cia., acompanhado de um grande fluxo populacional que, entre os anos de 1830 - 1965, começou a se dirigir para a região Oeste do Paraná, a partir das campanhas governamentais de povoamento das zonas “vazias”.

¹¹² MACIEL, David., Op.Cit., p. 37.

¹¹³ O processo de municipalização se refere a ação de submeter uma localidade, vila, lugarejo ao cargo de município, ou seja, dar um caráter municipal perante à União através de decreto-lei.

Esse movimento de povoamento se deu a partir da crença no vazio demográfico da região Oeste do Paraná. O fato é que esta região não estava sem habitantes; aqueles que ali residiam não eram de interesse do Estado brasileiro por serem indígenas, paraguaios e colonos. Esse movimento de redirecionamento populacional se dá a partir da reorganização política do Estado, levando, conseqüentemente, a uma estruturação política municipal em Guaíra, assim como nas outras cidades que se formam na região no período.

Para compreender como o contexto social guairense se apresentava foram realizadas entrevistas com sujeitos ligados diretamente com alguns dos setores do Estado, sendo que uma das principais entrevistas foi realizada com Maurino de Oliveira, que é morador de Guaíra desde sua tenra idade, atualmente aposentado, mas foi funcionário da Mate Laranjeira durante sua juventude e trabalhou como telégrafo do aeroporto municipal por um ano, além de servir na 5ª Cia de Fronteira durante os anos de 1963 e 1964.

Após sua baixa do Exército, seguiu como funcionário do Grupo Lex S.A., um conjunto empresarial pertencente à família do atual prefeito de Guaíra. Muito conhecido na cidade de Guaíra por seus serviços prestados ao Grupo Lex S.A., foi convidado a participar do Rotary Club de Guaíra, tendo assim contato com toda a elite guairense.

Outra entrevista é realizada com Soemi Eloy Foletto, que se torna moradora de Guaíra em 1973, a convite do então prefeito Kurt Walter Hasper, para assumir a coordenação do núcleo regional de educação. É importante ter em mente que Soemi é proprietária do Jornal Ilha Grande, um periódico que circula pela cidade de Guaíra desde 12 de abril de 1980, além de ter sido coordenadora do curso de Pedagogia da Universidade Paranaense – UNIPAR até 2014. Ela foi vereadora durante o mandato de 1992, e trabalhou também na defesa civil e na ação social no município. Portanto sua fala será analisada como diretamente vinculada ao período ditatorial.

A entrevista com Manoel Pereira se deve ao fato de este ser morador de Guaíra desde 1973, assim como Soemi, quando foi transferido para a junta militar de fronteira no intuito de se estabilizar para sua aposentadoria. Manoel é atualmente militar aposentado com o grau de terceiro sargento, mora em Guaíra com sua esposa, mas se alistou no exército em 1964 em Ponta Grossa – PR, onde teve seu treinamento e serviu durante os primeiros anos de Exército.

As outras entrevistas foram cedidas do arquivo pessoal de Paulo B. Ames, durante o ano de 2005, que as forneceu para o desenvolvimento desta dissertação. As entrevistas foram realizadas com oficiais de diferentes patentes da Polícia Militar que serviram em Guaíra.

Portanto, diretamente ligadas ao período e, como veremos, incorporam a lógica do discurso de “Segurança Nacional”.

Para todas as entrevistas encontradas nesta dissertação: quando perguntado ao entrevistado como o Golpe Civil-Militar de 1964 repercutiu para a população guairense, as respostas eram quase unânimes¹¹⁴. O trecho que se segue da entrevista realizada com Maurino resume muito bem as outras respostas para a mesma pergunta:

No começo foi um impacto, porque a gente não conhecia o que era uma ditadura no país, né. Então, pra nós que estávamos saindo da casca, jovens ainda, nos pegou de surpresa, porque começou o período de repressão. Não se podia falar tudo que queria, não se podia permanecer após as 22 horas na rua, não poderia frequentar certos lugares, tudo que era proibido deveria ser cumprido, aquele que não cumprisse o Exército punia, e punia ... com energia mesmo¹¹⁵.

Nesta fala de Maurino, ex-militar, fica evidente a surpresa com a chegada da ditadura, mas ao mesmo tempo a conformação, ou melhor, a incorporação do discurso ditatorial, que perdura até os dias atuais e acima de tudo silencia a população, uma vez que, a presença das Forças Armadas implantada na cidade e a rigurosidade de suas ações é completamente diferente de qualquer presença policial encontrada, até então, na região.

2.5. O MANDATO DE KURT WALTER HASPER

No ano de 1964, quase treze anos após a primeira eleição em Guaíra, mais especificamente em 06 de dezembro de 1964, foi eleito pelo voto popular, o quarto prefeito do município de Guaíra, Kurt Walter Hasper, com 683 votos pela legenda do Partido Social Progressista – PSP. O candidato enfrentou João Manoel Zeballos que obteve um total de 622 votos pelo Partido Social Democrático – PSD, e Ivo Miranda Ramos do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB¹¹⁶.

¹¹⁴ Poucos se recusavam a falar no assunto, e um disse não conhecer o fato.

¹¹⁵ O sr. Maurino de Oliveira, é morador de Guaíra desde sua tenra idade, atualmente aposentado, mas foi funcionário da Mate Larangeria, telégrafo do aeroporto por um ano, além de servir na 5ª Cia de Fron. durante os anos de 1963 e 1964. Após sua baixa segue como funcionário do Grupo Lex S.A., um conjunto de empresarial pertencente a família do atual prefeito de Guaíra. Muito conhecido na cidade de Guaíra por esse serviço ao Grupo Lex S.A., torna-se convidado a participar do Rotary Club de Guaíra, tendo assim contato com toda a elite guairense. Entrevista realizada em 09 de abril de 2015 por SILVA, Mara D.S.

¹¹⁶ Tribunal Regional Eleitoral – TRE do Estado do Paraná, Relação de eleições ocorridas em 06 de dezembro de 1964.

A posse de Kurt ocorreu em 14 de dezembro de 1964 e, durante sua gestão, Guaíra foi declarada município de área de segurança nacional pela Lei Federal nº 5.449, em 04 de junho de 1968. Deste modo, Kurt Walter Hasper foi mantido como prefeito, tendo seu mandato prorrogado até o ano de 1985, segundo a vontade do regime militar instalado no Brasil em março de 1964¹¹⁷.

Abaixo segue foto oficial do Sr. Kurt Walter Hasper, como ilustração do sujeito mencionado. A foto foi conseguida durante pesquisas realizadas nos arquivos do Jornal Ilha Grande:



FIGURA 12. Foto oficial do prefeito Kurt Walter Hasper.

Fonte: Jornal Ilha Grande (1983, n. 137).

Este período considerado de “glória” pela historiografia oficial guairense, é o momento no qual o município foi decretado área de segurança nacional pela Lei Federal nº

¹¹⁷ GREGORY, Valdir. Op. cit, p. 266.

5.449, publicada em 04 de junho de 1968. A doutrina de Segurança Nacional, aliada à geopolítica¹¹⁸, passa a aplicar de forma expressiva os seus métodos, sendo que este mecanismo buscava dar fundamento científico ao conceito de nação desenvolvido no contexto da bipolaridade da Guerra Fria.

Após a tomada do poder nacional, a Junta Militar emite uma nova Constituição, e não se furta em editar uma nova legislação e emitir atos institucionais, sendo que, o primeiro destes extinguiu os partidos políticos existentes e criou outros dois novos: a ARENA, como partido da situação e o MDB, como partido de oposição. Com o controle do legislativo, o poder executivo tomado pela ditadura, é ainda mais fortalecido¹¹⁹.

De forma que,

A extinção dos partidos também foi decisiva na quebra da institucionalidade anterior e na construção da institucionalidade autoritária. Sabe-se que os partidos nascidos em 1945, com a crise do Estado Novo, possuíam uma forte ligação com o Estado, alguns deles nascendo da própria estrutura burocrática estatal (PSD) ou da burocracia sindical tutelada pelo Estado (PTB). Isso sem falar na debilidade estrutural dos partidos no Brasil, muito mais dependentes da ocupação de nichos de poder no interior do Estado do que da mobilização da sociedade civil¹²⁰.

Assim,

A extinção dos partidos significou uma intervenção brutal do governo militar sobre a organização autônoma da sociedade civil, atingindo especialmente os segmentos ligados à mobilização popular. Nas mesmas tabelas que medem a tendência de queda do voto conservador, prolongando-a até 1982, aparece um “solução” em 1966 (e também 1970), com uma subida conjuntural em função da vitória acachapante da Aliança Renovadora Nacional (ARENA). Portanto, a extinção dos partidos constituiu mais um episódio no processo de desmonte da institucionalidade anterior, modelando a arena da disputa política pela nova institucionalidade autoritária. Os Atos Complementares no. 4 (novembro de 1965) e institucional de no. 3 (fevereiro de 1966) estabeleceram as regras para a criação de novos partidos, o que praticamente limitou-os a dois: a Arena, governista, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), de oposição. Aproveitando as duras condições para o registro dos partidos, criadas pela lei orgânica dos partidos e pelo código eleitoral, ambos de julho de 1965, os atos complementares e institucional aumentaram as exigências: no mínimo, 120 deputados federais e 20 senadores no Congresso¹²¹.

¹¹⁸ MIYAMOTO, Shiguenoli. **Geopolítica e Poder no Brasil**. São Paulo: Ed. Papirus, 1995, p.17.

¹¹⁹ ZAGO, Luciana Grespan. Op. Cit., p.30.

¹²⁰ MACIEL, David. Op.Cit. .P. 48.

¹²¹ Ibidem, p.48-49.

Ou seja, quando a Junta Militar assume o poder do Estado brasileiro, implanta uma série de leis e decretos que previam medidas de controle e de repressão, o que manteria a permanência das Forças Armadas no poder. Estas leis são conhecidas como Atos Institucionais.

Dentre os artigos do primeiro Ato Institucional está o que diz respeito à retirada da população civil do cenário político, mais especificamente, o artigo 10, que decreta a autoridade do Presidente da República sobre a cassação de mandatos legislativos em todas as instâncias, assim como a suspensão de direitos políticos e a eliminação do direito ao voto e candidatura eleitoral e de participação em atividades políticas partidárias”¹²².

Dando continuidade ao afastamento da população, a Junta Militar publica o segundo Ato Institucional, o AI-2; estabelece que os prefeitos de municípios considerados área de segurança nacional passariam a ser nomeados por indicações de confiança¹²³. De modo que,

com o bipartidarismo, o governo militar subordinou a esfera de representação política à esfera de representação burocrática, pois a Arena tornou-se um apêndice do governo nas outras instâncias da sociedade política (Congresso, governos estaduais e municipais, Legislativos estaduais e municipais)¹²⁴.

A nova constituição estabelecida pela Junta Militar baseada na DSN, decretou as chamadas Áreas de Interesse da Segurança Nacional que, posteriormente, foram regulamentados em decreto-lei determinando os municípios que se enquadravam nessa situação. E “de acordo com o artigo 5º desta legislação, *‘ficam respeitados os mandatos dos atuais prefeitos municipais, cujos municípios são considerados por esta lei de interesse da segurança nacional’* [grifo nosso]”; o que proporcionou a Kurt Walter Hasper um mandato de mais de vinte anos como prefeito de Guaíra.

O que aparece na historiografia oficial contratada pela prefeitura apenas como o objetivo de

assegurar domínio político em locais importantes e estratégicos, como forma de sustentação do próprio regime. O governo militar argumentava que era necessário proteger as divisas. Para tanto, os prefeitos deveriam ser da

¹²² Todos os Atos Institucionais podem ser acessados no Portal da Legislação - Governo Federal, no site <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/legislacao-historica/atos-institucionais>.

¹²³ Idem.

¹²⁴ MACIEL, David. Op.Cit.,p. 49.

confiança do regime e não poderiam ser eleitos pelo voto popular¹²⁵.

O estabelecimento de que os prefeitos de município considerados área de segurança nacional passariam a ser nomeados a partir de indicações de confiança, ou seja, com a aprovação de pessoas que faziam parte da ditadura e ligadas ao Presidente, não é questionado, mesmo que esses mandatos, leis e decretos tenham restringido o poder político do povo. Naquela época, as eleições municipais eram feitas somente para a Câmara de Vereadores, e mesmo estes mandatos eram observados e se não seguissem a cartilha da ditadura poderiam ser casados a qualquer momento.

Guaíra estava entre esses municípios, e posteriormente teve seu interventor nomeado pelo Governador do Paraná, Paulo Cruz Pimentel¹²⁶, mediante aprovação prévia do Presidente da República¹²⁷. Kurt Walter Hasper, que já era prefeito de Guaíra, continuou na função até 1984, sendo designado pelos militares, e correndo o risco de ser exonerado do cargo quando não cumprisse as ordens superiores, o que não ocorreu em quase vinte anos. Isso nos leva a entender que Kurt sempre comungou com a Ditadura Militar.

Em uma matéria publicada pela revista *A região em revista*, percebemos o porquê desse prestígio político de Hasper diante dos militares:

Esse prestígio político deve-se ao perfeito entrosamento entre o Poder Executivo, Legislativo e o povo. Às vezes Kurt é criticado por inimigos políticos pela sua austeridade e jeito durão, típico dos gaúchos, mas é de um coração bom, um homem sensível e carinhoso para com os filhos e netos. Sua grande arma para conseguir a simpatia do seu eleitorado é sua humildade. Atende a um necessitado com a mesma atenção que recebeu o presidente da república¹²⁸.

É interessante ressaltar que, se há um *perfeito entrosamento entre o Poder Executivo, Legislativo*, e se esse entrosamento é tão perfeito quanto a matéria nos coloca, é porque não deveria haver divergências entre eles, pois Hasper sempre concordou e acatou as regras e ordens que lhe foram proferidas. Talvez, até ao que diz respeito ao alagamento das terras e de Sete Quedas. E se ele também tinha um perfeito entrosamento com a população, esta, talvez

¹²⁵ GREGORY, Valdir. Op. cit., p. 267.

¹²⁶ Paulo Cruz Pimentel foi governador do Paraná de 1966 á 1971, pela legenda do PTN – , seguido pelo mandato de Haroldo Leon Peres, Pedro Viriato Parigot de Sousa, João Mansur, Emílio Hoffmann Gomes, Jaime Canet Júnior, Nei Braga, José Hosken de Novais, que foram nomeados ao cargo de governador do Paraná pela legenda da ARENA de 1971 á 1983 sucessivamente.

¹²⁷ BARBOSA, Maria Helena. **Memórias do regime Militar**. Marechal Cândido Rondon, 2003. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – UNIOESTE, 2003.

¹²⁸ Ibidem, p. 23.

aceitasse sua decisão como a que fosse melhor para todos. De forma geral, ainda é possível questionar esse *perfeito entrosamento com o povo*.

Durante a pesquisa tentou-se falar com diferentes pessoas, para além dos privilegiados ou diretamente ligados às instituições do Estado, mas muitas pessoas pontuaram que não se manifestariam por serem receosas da reação dos militares. Devemos lembrar que o AI-5 deixou de vigorar na década de 1970, não havendo mais, em tese, uma repressão tão acentuada.

O que podemos dizer é que as pessoas estavam condicionadas ao medo de falar, de se expressar, que por mais que houvesse, em tese, uma maior liberdade, os resquícios da repressão estariam em seu psicológico, em suas mentes, ainda assim podendo suas ideias, deixando ainda o receio de se manifestarem¹²⁹.

Para compreender como a historiografia oficial guairense construiu uma idealização da figura do prefeito Kurt Walter Hasper, temos um trecho da entrevista realizada com Soemy, que faz o seguinte relato:

na realidade o prefeito Kurt Walter Hasper era uma pessoa muito bondosa, bondosa no sentido humano, de pessoa humana, bondosa... é, eu trabalhei também na assistência social ele era uma pessoa que procurava tratar a todos como muito carinho, só que sendo nomeado era um prefeito que ele fazia o que o governo federal queria, então todas as atitudes e até o relativo atraso do nosso município, o fato de termos perdido as Sete Quedas se deve ao fato de que sendo nomeado o prefeito ele lia na cartilha do governo federal e se não lesse, seria destituído do cargo, então o prefeito era bom, muito bom, só que, ele fazia exatamente o que o governo federal queria que fizesse, então ele seguia as normas da ditadura militar¹³⁰.

Este relato nos aponta duas questões referentes ao mandato do Sr. Hasper: a primeira diz respeito à consciência de parte da população, aquela que tinha acesso a meios de comunicação e educação, de que a política naquele período estava retirada das mãos da população civil não aliada a Junta Militar, bem como o caráter assistencialista que se apresenta na cidade de Guaíra como forma de legitimar as ações; e o segundo é referente a memória que se criou em torno da figura de Hasper, heroicizando suas ações, de forma a

¹²⁹ FISCHER. Rafaela A. S.. **Sociedade Guairense**: o fim das sete quedas e as estratégias de silenciamento da população pela ditadura. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso), UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, campus de Marechal Cândido Rondon, 2006, p.17.

¹³⁰ Ibidem, p.17.

tornar inquestionável suas decisões, e o apresentando como se ele não tivesse escolha ou domínio de suas decisões.

Em outro momento de sua entrevista, Soemy nos faz um relato mais amplo do contexto que Guaíra estava vivenciando naquele período de militarização do Estado:

o prefeito Kurt Walter Hasper ele administrou o município de dezembro de 64 a junho de 1985, ele foi prefeito durante 21 anos, é um dos mais longos mandatos de prefeitos do país, porque é que ele administrou todo esse tempo, porque Guaíra era uma área de interesse da segurança pública, então o prefeito foi eleito, ele foi eleito em 64 e depois nomeado pelo regime militar e permaneceu até 1985. Em outubro de 82 quando nós perdemos as Sete Quedas, a população, não a população local que conhecia o prefeito Kurt Walter Hasper, mas muitos achavam na época que o prefeito não havia se empenhado em não deixar que tal fato acontecesse, mas nós temos que analisar, a época em que isso aconteceu, se fosse hoje seria bem diferente, a população iria as ruas, se uniria, o país inteiro se mobilizaria e na época como nós vivíamos no regime militar não havia possibilidade, me lembro bem do QUARUP que foi um movimento feito nas Sete Quedas onde meu irmão fez parte e a comunidade fez parte, mas que o exercito cuidava muito e não deixou que a manifestação realmente fosse feita da forma como as pessoas queriam¹³¹.

Uma questão muito interessante levantada neste relato mais amplo do contexto social se refere ao movimento de contestação que ocorre nos dias 24, 25 e 26 de Julho de 1982, o QUARUP, no qual um grupo de pessoas de vários lugares do Brasil se deslocou e acampou dentro do parque das Sete Quedas. Deixaremos esta questão para o capítulo três, pois fará parte do contexto gerado com a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu.

Outro relato que deve ser mencionado sobre este período se encontra nos arquivos pessoais do Sr. Ernest Mann, há uma análise do que foi o mandato, bem como o período do regime militar brasileiro, nos trazendo a seguinte afirmação:

A administração do prefeito nomeado, interventor do Governo Federal em Guaíra, Kurt Walter Hasper, sempre contestado pelo povo de Guaíra e combatido pelos partidos políticos, levou finalmente este Interventor a pedir demissão e deixando a Prefeitura Municipal em 5.6.1985, empossou o então Presidente da Câmara Municipal Sr. Mario Barbosa Rodrigues como Prefeito interino¹³².

¹³¹ FISCHER. Rafaela A. S. Op. Cit., p.18.

¹³² MANN, Ernst. Registros pessoais doados por sua esposa em 1992, após a sua morte, ao Cepedal – Centro de Pesquisa e Documentação da América Latina da Unioeste/Facimar, de Marechal Cândido Rondon (hoje Unioeste, campus de Marechal Cândido Rondon).

Sobre esta questão o Sr. Mann faz uma análise contestatória, que é encontrada em seus arquivos pessoais:

... dando termino a uma época de arbítrio de registrado durante o regime militar.

Com esta eleição acabou também a ‘Área de Segurança’ na nossa região, que complicou muito o desenvolvimento da região e esperamos, que implantado a democracia, esta situação nunca mais se repete... Uma política deturpada, finanças abaladas, mudança no contesto político e mudança na própria constituição do Brasil, prejudicaram muito o desenvolvimento tanto da cidade de Guaíra, como a própria construção da Hidroelétrica, que atacado por alguns, desejada por outros grupos gerou desentendimento de lideres políticos, tanto locais, estaduais e federais e quem pagou esta desunião, é o povo desta cidade, que nunca teve voz ativa contra as decisões políticas do mandatários¹³³.

O mandato do Sr. Hasper é questionado por alguns, por exemplo, o sr. Mann, e elogiado por outros, mas é inegável o prestígio político do mesmo, que deve-se ao trabalho realizado entre o prefeito e o governo estadual e mesmo federal, que lhe garante o mandato, e alguns benefícios para o município. Como a Sr.^a Soemy nos relata, “o prefeito Hasper lê conforme a cartilha do regime”. Tornando inegável, apesar da historiografia oficial guairense, que havia pessoas na cidade que tinham uma visão divergente e, até mesmo, tentavam se organizar contra o mandato de Hasper quando lhes dizia respeito, principalmente no caso do fim das Sete Quedas, inundada em 1982.

Existem diversas outras questões acerca do período de mandato do sr. Hasper a serem analisadas, bem como fatores do próprio contexto social do regime militar que afetaram a cidade de Guaíra, mas não foi possível de serem desenvolvidas a contento nesta pesquisa, e não serão mencionadas, a não ser como anseios da pesquisadora. Por exemplo, a presença constante da Junta Militar, não apenas nos momentos oficiais, mas em todo os âmbitos da sociedade guairense.

Isto ocorreu devido a instauração dos Atos Institucionais, mais especificamente a partir do Ato Institucional nº 2, que é voltado especificamente para o controle político, ou seja:

O AI-2 (e os posteriores complementares) estabeleceu eleições indiretas para presidência da República e para governadores de estado, extinguiu os

¹³³ MANN, Ernst. Registros pessoais doados por sua esposa em 1992, após a sua morte, ao Cepedal – Centro de Pesquisa e Documentação da América Latina da Unioeste/Facimar, de Marechal Cândido Rondon (hoje Unioeste, campus de Marechal Cândido Rondon).

partidos existentes, permitiu a aprovação dos decretos do Executivo no Congresso por decurso de prazo, ampliou as prerrogativas presidenciais para a cassação de mandatos e a decretação do estado de sítio e interferiu no Judiciário [...] dessa forma, a extinção dos partidos significou uma intervenção brutal do governo militar sobre a organização autônoma da sociedade civil, atingindo especialmente os segmentos ligados à mobilização popular¹³⁴.

Em Guaíra não foi diferente das outras regiões, ou seja, foi declarada área de interesse de segurança nacional e algumas mudanças na rotina do município de Guaíra ocorreram, podendo ser observadas no relato que o depoente (ex-soldado)¹³⁵ faz neste primeiro anúncio:

Com a área de segurança nacional teve mais restrições, houve restrições em tudo o que foi, porque foi o período em que o governo começou a fazer o que faz, que precisa fazer hoje, começou a investir mais em segurança. Interesse em manter mesmo a fronteira segura, né. Então aquilo de uma certa forma amedrontava a gente, poxa porque todo esse cara ostentando, ai arma, e tal, né, e passando. As Forças passavam durante o dia, durante a noite, os carros, o grupo todo armado. Essas passadas que os policiais dão na rua, aquilo eram em carros abertos, aquilo era uma ronda quase que constante, você tinha que estar sempre alerta, sempre atento, por ai, jovem, criança, todo mundo ficava com medo, aí: -vem vindo o quartel, vem vindo o quartel!!. O quartel se tornou um símbolo, até hoje, quando tem um o pessoal quer ver o quartel. Tem ainda um ‘que saudade’ ou “que raiva”, mas o quartel ainda é: puxa que bonito!¹³⁶

Nesta fala de Maurino, podem ser observados diferentes aspectos da prática que a Ditadura Civil-Militar utilizava para justificar suas ações, porém irei destacar apenas duas neste momento, sendo a primeira o discurso de “Segurança”, muito impregnado pela Doutrina de Segurança Nacional; e o segundo, e que mais se destacou durante os relatos de Maurino, que se trata da política de medo que se espalhou por todo o território brasileiro desde 1964, estabelecendo assim a onipresença implantada pela Ditadura de Segurança Nacional que ocorreu no Brasil até meados dos anos de 1980.

Ainda dissertando sobre a instalação da área de segurança nacional em Guaíra, Maurino faz um relato sobre o período de mandato de Kurt Walter Hasper, que ao ser prolongado diante desta mesma lei, se manteve como prefeito por mais de 20 anos:

¹³⁴ MACIEL, David. Op.Cit., p.48.

¹³⁵ Entrevista realizada com Maurino de Oliveira, em 09 de abril de 2015 por SILVA, Mara D.S.

¹³⁶ Idem.

Quem governou aqui foi um civil, foi o Kurt, ele foi indicado pra isso, foi nomeado pra isso. (Ele seguia as ordens do Comando? ¹³⁷) Isso. A população apoiava porque ele foi uma pessoa muito, era uma pessoa muito boa, muito humana, e ele sabia conduzir, sabia obedecer a ordem e sabia transmitir a ordem. Porque você recebeu uma ordem minha e você retransmitia essa ordem era diferente, você vai ter que saber parecer que, você não se comprometa, nem comigo e nem com teu subordinado. Ele sabia fazer muito bem isso, tanto é que ele foi indicado por causa disso. Uma pessoa neutra, não tinha envolvimento com partido, com coisa nenhuma, um caminhoneiro, era de uma origem ligada ao presidente do Brasil, que comandava, o chefe da revolução que era o Geisel, que era alemão, ele procurou colocar gente da, do time dele, como o Kurt era alemão, ele indicou o Kurt, alemão com alemão se entende. E o Kurt foi muito feliz porque soube conduzir. Ele foi um mediador fantástico. O comandante aqui dizia: - eu tenho ordem lá de cima, Kurt, pra você, agora veja como você vai transmitir isso pra população. Tinha que saber fazer, pra você não se comprometer e nem se comprometer comigo, você vai ter que obedecer a ordem, agora como você vai transmitir é problema seu. Ele também fazia, tinha uma certa autoridade, era esperto, ele tinha uma certa imponência, então. ¹³⁸

Fica evidente a imagem construída em torno de Hasper, esta memorialização do sujeito enquanto um sujeito que só recebia “ordens de cima” e, mesmo, como um “cara bondoso e de prestígio”, assim como apresentado na historiografia oficial guairense, presente não só nas falas, mas no próprio Paço Municipal que recebe seu nome, apresentando assim Hasper enquanto uma figura heroica. Porém, como veremos posteriormente, a história oficial não condiz com a realidade encontrada durante o período.

2.6. A PEQUENA POLÍTICA

Com a ditadura civil-militar há profundas transformações sociais, econômicas e políticas, ocasionando alterações no modo de pensar e de agir que repercutem nos dias atuais. Tais alterações estão diretamente ligadas aos Aparelhos do Estado, que atuaram repressivamente e psicossocialmente na sociedade brasileira, implantando a ideologia gerada pela Doutrina de Segurança Nacional. Tal Doutrina está diretamente alinhada ao pensamento burguês e ao projeto implantado pelo Golpe Civil-Militar de 1964.

Para compreender como esta nova conjuntura nacional se apresenta na cidade de Guaíra é preciso uma análise de como a política municipal se apresentava. Para tanto foram analisados os arquivos da Câmara Municipal de Guaíra, porém como dito na introdução, não

¹³⁷ A pergunta entre parênteses e feita pela entrevistadora SILVA, Mara D.S.

¹³⁸ Entrevista realizada com Maurino de Oliveira, em 09 de abril de 2015 por SILVA, Mara D.S.

há uma organização dos documentos da Câmara, deste modo foram analisados as Atas e requerimentos a partir dos anos 1960 a 1985, porém estes documentos não se encontram completos, tendo partes das Atas ilegíveis, assim como boa parte dos requerimentos está dispersa em caixas de papelão (reutilizadas) no chão. Com estes contratempos, foram analisadas 38 caixas de arquivos com requerimentos e declarações, assim como as Atas disponíveis e legíveis.

Nos documentos encontrados na Câmara Municipal de Guaíra encontra-se a declaração de que a partir de 1968, Guaíra é declarada município de segurança nacional (Lei Federal nº 5449 de 04.06.1968), desta forma seu prefeito passa a ser nomeado pelo Presidente da República, passando assim a exercer um cargo de confiança, e Kurt Walter Hasper permanece em seu cargo de Prefeito. Isto ocorre a partir de 29 de janeiro de 1969, quando o então Governador do Paraná, Dr. Paulo Pimentel assina o Decreto nº 14027, nomeando Kurt Walter Hasper como Prefeito de Guaíra¹³⁹. Segue:

¹³⁹ ALEKSIEJUK, Op. Cit., p. 47.

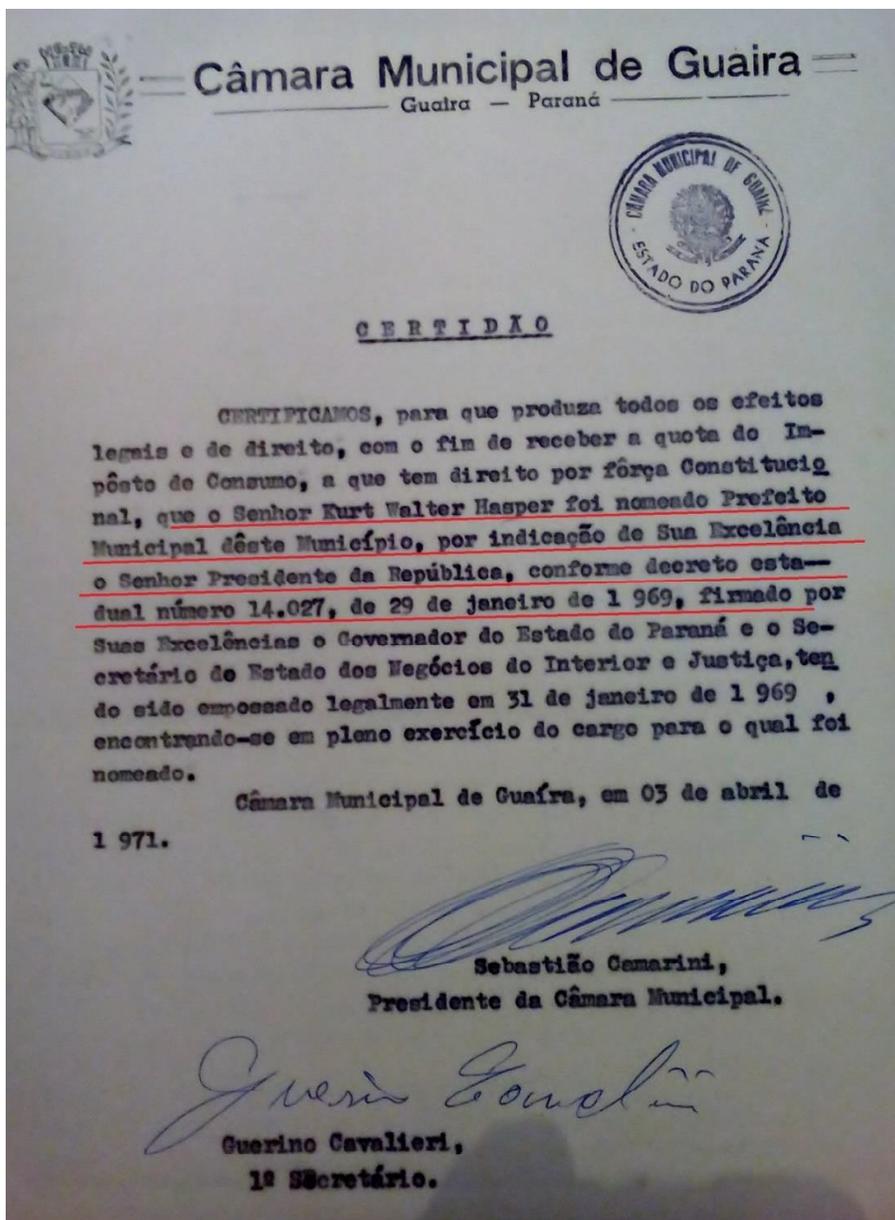


FIGURA 13. CERTIFICADO DE NOMEAÇÃO - documento de certificação da nomeação de Kurt Walter Hasper como prefeito de guaira¹⁴⁰

Fonte: CÂMARA MUNICIPAL DE GUAÍRA.

Certificamos, para que produza todos os efeitos legais e de direito, com o fim de receber a quota de Imposto de Consumo, a que tem direito por força

¹⁴⁰ CÂMARA MUNICIPAL DE GUAÍRA. Cópia feita em 05/02/2015.

Constitucional, que o Senhor Kurt Walter Hasper foi nomeado Prefeito Municipal deste Município, por indicação de **Sua Excelência e Senhor Presidente da República**, conforme decreto estadual número 14.027, de 29 de janeiro de 1969, firmado por sua Excelência e **Governador do Estado do Paraná** e o **Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Justiça**, tendo sido empossado legalmente em 31 de janeiro de 1969, encontrando-se em pleno exercício de cargo para o qual foi nomeado. (grifo nosso).

Este novo arranjo político não agrada a todos, já que alguns requerimentos muito específicos encaminhados pela Câmara Municipal aparecem, sendo um deles enviado pelo Major Mario Angelo Suppa T. Pereira, que requeria a investigação tanto dos vereadores “que apresentavam comportamento subversivo¹⁴¹”, quanto para a investigação de sujeitos e/ou grupos da comunidade guairense que se pronunciavam ou deixavam, de forma anônima, solicitações de reformas e mudanças na organização política da cidade. Essas ações de oposição culminam, em novembro de 1980, em uma investigação da prática anônima de colocar placas com os dizeres “Queremos votar para Prefeito”¹⁴².

A partir do ano de 1967, com a assinatura da Ata do Iguazu, e concluído o tratado Brasil-Paraguai, todas as obras do segundo aeroporto de Guaíra, iniciadas no início dos anos de 1960, foram prontamente paralisadas, assim como os serviços de navegação Bacia do Prata foram desativados, e os trilhos da ferrovia foram arrancados e vendidos como ferro velho.

Enquanto isso, nas Sessões da Câmara Municipal crescia o número de requerimentos e de nomeações de “cidadãos honorários”, de pedidos de “voto de louvor” e de “reconhecimento”, como o de autoria do vereador Celso Mérida, que foi aprovado com unanimidade na Reunião Ordinária, levada a efeito em 22 de setembro de 1966, que requeria “um “Voto de Louvor” e “Aplausos de Reconhecimento” do povo guairense. Conforme requerimento, a seguir:

¹⁴¹

CÂMARA MUNICIPAL DE GUAÍRA. Cópia feita em 06/02/2015.

¹⁴²

Idem.



CÂMARA MUNICIPAL DE GUAÍRA

GUAÍRA — ESTADO DO PARANÁ

"COPIA FIEL"

EXCELENTÍSSIMO SENHOR
PRESIDENTE E DEMAIS VEREADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUAÍRA
N/CIDADE

"Aprovado"
Em, 22-9-66
DO PARANÁ

O Vereador que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que lhe faculta o Regimento Interno da Casa, vem pelo presente "REQUERER" : que ouvido o plenário e aprovado, seja consignada em ATA do Legislativo Municipal de Guaíra, um "Voto de Louvor" e "Aplausos de Reconhecimento" do povo Guairenses, à pessoa do eminente e íntegro Major JAIRO LERY DOS SANTOS, Digníssimo Comandante da 5ª. Companhia de Fronteira, sediada em nossa Cidade, pela iniciativa de determinar a remodelação do prédio da primitiva e lendária Igreja Católica de Guaíra, que encontrava-se completamente relegada ao abandono total e lamentável descaso por parte das autoridades eclesiásticas do nosso Município.

Por conseguinte, em nome do povo católico - desta cidade que desde os aúreos tempo de 1932 para cá, receberam naquela Casa de Deus o Santíssimo Sacramento do Batismo, da Comunhão e do Casamento e, em nome daqueles que pela derradeira vez adentraram naquela Igreja para receber a triste despedida, agradeço ao Major Jairo Lery dos Santos pela meritória medida tomada em fazer reviver aquele recanto sagrado de nossa cidade.

Requeiro finalmente, seja dado conhecimento do presente ao ilustre Comandante da 5ª. Cia. de Fronteiras.

T. A. Deferimento
Guaíra, 22 de setembro 1966.

C. CELSO MÉRIDA - Vereador autor -



FIGURA 14. REQUERIMENTO POR "VOTO DE LOUVOR" - requerimento solicitando "voto de louvor" e aplausos de reconhecimento" do major Jairo Lery dos santos ao status de cidadão honorário da cidade de Guaíra, de autoria do vereador Celso Mérida, o qual foi

aprovado com unanimidade na reunião ordinária levada a efeito em 22 de setembro de 1966¹⁴³.

Fonte: CÂMARA MUNICIPAL DE GUAÍRA.

O vereador que o presente subscreve, no de suas atribuições legais e de conformidade com o que lhe faculta o Regimento Interno da Casa, vem pelo presente “REQUERER”: que ouvido o plenário e aprovado, seja consignada em Ata do Legislativo Municipal de Guaíra, um “Voto de Louvor” e “Aplausos de Reconhecimento” do povo Guairense, à pessoa do eminente e íntegro Major JAIRO LERY DOS SANTOS, Digníssimo comandante da 5ª. Companhia de Fronteira, sediada em nossa cidade, pela iniciativa de determinar a remodelação do prédio da primitiva e lendária Igreja Católica de Guaíra, que encontrava-se completamente relegada ao abandono total e lamentável descaso por parte das autoridades eclesiásticas do nosso Município.

Pode-se perceber que através da nomeação de ‘Cidadão Honorário de Guaíra’ diversas autoridades militares foram elevadas ao status de benfeitores da cidade, sendo aclamados como “grandes personalidades”, como também pode ser observado no requerimento emitido pelo Vereador Antônio Pratti, que solicita que seja outorgado o Título de Cidadão Honorário ao Major da Arma de Infantaria Getúlio Vargas Soares, que segundo o Vereador:

Com seu prestígio, sua força de vontade de bem servir, conseguiu construir: o Colégio Castelo Branco; a Biblioteca Municipal; Porto de atracamento de barcos em Guaíra e em Porto Izavel (Mt), ajudou ainda no término do asfaltamento de vias públicas de nossa cidade; organizou a Sociedade Amigos de Guaíra; promove todos os anos, o “Natal de Criança Pobre”. Nas ACISO 70 e 71 destacou-se das demais Unidades da 5ª. Região Militar, dado o seu alto espírito humanitário e filantrópico.¹⁴⁴

Porém, nem só de nomeações se passavam as reuniões da Câmara dos Vereadores de Guaíra. Entre outros aspectos que se destacam nas entrevistas a oposição de alguns vereadores ao governo de Kurt Walter Hasper acabam aparecendo, como na fala de Soemi:

nós tínhamos por exemplo o dr. Geremias que era um ferrenho contestador do regime e que, e outros tantos como o vereador Barreto na época, o vereador Barreto também, Geremias, Barreto, o sr. José Venâncio, eles eram

¹⁴³ CÂMARA MUNICIPAL DE GUAÍRA. Cópia feita em 06/02/2015. Requerimento de autoria do vereador Celso Mérida, o qual foi aprovado com unanimidade na Reunião Ordinária levada a efeito em 22 de setembro de 1966.

¹⁴⁴ Requerimento encontrado na Câmara Municipal de Guaíra, emitido em 26 de agosto de 1971. Cópia feita em 03 de outubro de 2014.

mesmo contestadores do regime, mas que na comunidade não se notou assim nada que viesse a prejudicar, o exército vivia pacificamente com a comunidade. Sim, eles praticavam militância no sentido de, não de ... de fala, eles viviam questionando, questionavam sim o regime, só que pacificamente, viviam pacificamente não, é claro que eram até hostilizado, mas não que fizessem assim alguma coisa contra eles não tenho conhecimento.

Porém, a fala de Soemi parece não condizer com o requerimento efetuado pelo comandante da 5ª Cia Fron. Câmara Municipal, que requiere a cópia de Atas e Reuniões dos vereadores. Assim como a própria Polícia Federal em Foz do Iguaçu-Pr, a Agência da Capitania Fluvial dos Portos do Rio Paraná também o realizavam, um exemplo é o requerimento emitido pelo Major Inf. Getúlio Vargas Soares:

1- O Primeiro Tenente Farmacêutico Francisco de Assis Cardoso De Mattos Guimarães, desta Unidade, participou a este comando que/ na Sessão Ordinária dessa Câmara, do dia 11 de março de 1971, o Sr/ Vereador Ítalo Rossi, proferiu discurso contundente, censurando/ - algumas Autoridades.¹⁴⁵

Este requerimento é enviado à Câmara Municipal no dia 02 de abril de 1971 e, no dia 03 de abril de 1971, é prontamente respondido e encaminhada à 5ª Cia. a cópia da Ata solicitada. De forma que uma das falas que mais chamam a atenção pronunciadas pelo Vereador Ítalo Rossi, são as que dizem “de início desejo dizer que não sou terrorista”¹⁴⁶.

Esta fala do Vereador se destaca pela utilização do termo “terrorista”, pois nas entrevistas realizadas aparecem como o termo utilizado para nomear aqueles “inimigos da nação”.

2.7. UMA DITADURA NO OESTE PARANAENSE

Como dito anteriormente, é preciso retomar, a todo momento, o processo histórico ocorrido em 1964 para compreender como a sociedade guaireense se compõe em suas ações, de forma que a conjuntura política que se desenrola durante os anos de 1960, 1970 e 1980 correspondem aos rumos tomados naquele momento inicial, que deixam suas marcas nos dias atuais.

¹⁴⁵ Cópia de Requerimento encontrado na Câmara Municipal de Guaíra – Pr. Cópia feita em 03 de outubro de 2014.

¹⁴⁶ Parte da Ata da Sessão Ordinária realizada no dia 11 de março de 1971, arquivada na Câmara Municipal de Guaíra, nesta sessão o Vereador Ítalo Rossi faz uma denúncia ao Delegado do Posto da Polícia Federal em Guaíra.

Deste modo vale destacar a reflexão realizada por Paulo José Koling em sua pesquisa sobre a cidade de Marechal Cândido Rondon-PR, mas que tomando as devidas distinções pode ser prontamente aplicada a cidade de Guaíra-PR:

A história política municipal, compreendida no âmbito das relações e disputas realizadas entre as forças políticas locais, que articulavam e preservavam seus laços e alianças no âmbito regional oestino, estadual e federal, por um lado, têm, em seu conjunto, as vicissitudes de muitos outros municípios paranaenses e brasileiros, mas por outro, seus sujeitos concretos produziram suas particularidades. Diante disto, não dá para desconsiderar que o município foi, durante quase duas décadas, área de interesse da segurança nacional¹⁴⁷.

Ou seja, dentre a política local e os sujeitos que disputavam as posições de destaque, está a conjuntura social mais ampla, ou seja, o Golpe Civil-Militar articulado por grupos hegemônicos da sociedade civil e militares, diante deste quadro mais amplo as elites locais, assim como o restante da população, deveriam se adequar as novas normas sociais, funcionando no município como uma extensão do golpe e garantindo sua manutenção com o decorrer dos anos.

Após o golpe, o primeiro ato do governo Castelo Branco, consistiu em garantir a anulação das reformas que João Goulart havia tentado implantar durante seu governo, sendo que, durante o primeiro mandato ditatorial se iniciou uma violenta repressão aos opositores do regime militar, o que levou os políticos locais a se voltarem para o lado do governo atual, ou seja, dos favoráveis ao golpe, para assim, continuarem a manter seus mandatos e, conseqüentemente, suas posições de poder dentro da elite local.

Com o AI-2 (Ato Institucional nº 02) ficam estabelecidos maiores poderes para o presidente da República, em detrimento do Congresso, o que garante a legitimidade das ações ditatoriais, que incluem o fim dos antigos partidos políticos e a criação de apenas dois, um para defender a situação, ARENA, e outro de oposição moderada, MDB.

Com a eliminação dos antigos partidos, tornando ilegais partidos que até então se mantinham em todo o território nacional, os políticos municipais enfrentaram um dilema, ou seja, as disputas políticas que visavam manter suas posições durante o

¹⁴⁷ KOLING, Paulo José. **Sociedade e política**: Em Marechal Cândido Rondon. In TEMPOS HISTÓRICOS – Dossiê Estado e Poder. Volume 10, 1º Semestre/2007. ADUNIOESTE, Marechal Candido Rondon, 2007. p. 358.

exercício do governo municipal ou a marcação de uma posição de estar em oposição ao governo alinhavam as principais disputas e firmaram as principais lideranças políticas que, pela tradição e/ou conservação, aglutinaram o campo da ARENA (1 e 2) e o MDB e mantiveram-se em seus respectivos desdobramentos¹⁴⁸.

Dentro deste quadro de disputas municipais, se elegeram em Guaíra para o cargo de vereadores da Câmara Municipal em 15 de novembro de 1968, os seguintes vereadores: Alberone Bittencourt, Antonio José das Neves, Celso Mérida, Ítalo Rossi, Guerino Cavalieri, José Ulbrich, José Januário Gomes, Kazuo Kimura e Sebastião Camarini, que foram empossados excepcionalmente sob a presidência do juiz de direito, Sidney Mora, para o período de 1969/1972.

Mas, não é somente o prefeito que se mantém em seu cargo, apesar de em 15 de novembro de 1972 ocorrerem eleições somente para o Legislativo municipal, são eleitos os seguintes vereadores: Caetano Cavalieri Filho; Celso Mérida, já em seu terceiro mandato; José Maria Freitas Collin, que apesar de estar oficialmente no cargo de vereador, sempre esteve presente nas disputas políticas municipais, além do fato de ser dono do primeiro cartório a se instalar na cidade de Guaíra em 1963.

Também foram eleitos: Jurandir Domingues de Oliveira, Manoel Rodrigues Agostinho, Samuel Benck, que volta a ser eleito no seguinte, e Sebastião Camarini, que está em seu segundo mandato, mas é reeleito posteriormente por mais três vezes. Outros a serem eleitos para este mandato são: Taishiro Takashima e Vicente Fidélis de Souza. Sob a presidência do vereador Sebastião Camarini, reuniu-se a Câmara Municipal de Guaíra, por determinação expressa do meritíssimo juiz de direito, para dar posse aos vereadores para o quadriênio 1973/1976.

Observando esses casos de eleições seguidas, tem-se que analisar como alguns sujeitos se beneficiavam de suas ligações e conseguiam através do consenso/convencimento da parcela da população municipal, manter seus cargos e posições de poder dentro da política municipal, e ao mesmo tempo garantir a continuidade do governo ditatorial com todos os benefícios que a ditadura lhes proporcionava.

¹⁴⁸ Ibidem, p.358.

CAPÍTULO 3 - AS “ARMAS” DITATORIAIS

Durante a ditadura civil-militar é mantida uma legalidade democrática. Essa dupla-face é uma das características da Ditadura Civil-Militar instalada no Brasil. E pode ser observada na manutenção do Congresso Nacional e das estruturas políticas “democráticas”.

Outra forma de manutenção do poder foi através da coerção e do convencimento propagado pelas instituições oficiais como a mídia, a escola e a Igreja que agiam como reprodutores e propagadores da ideologia ditatorial. Esses discursos, à proporção que iam se materializando na mentalidade da população, tornavam possível a dominação ideológica por parte do governo e garantiam a continuidade do projeto implantado.

Essa incorporação deixou suas marcas até os dias atuais, aparecendo não só na memória construída sobre a ditadura que precisa ser revista, mas também na própria política e infraestrutura das cidades brasileiras. As páginas seguintes se propõem em analisar como estas marcas se apresentam no caso guaireense.

3.1. A MANUTENÇÃO DO PODER

A ditadura brasileira teve como uma de suas características a manutenção de aspectos formais de um regime constitucional representativo, como os poderes Legislativo e Judiciário funcionando, apesar das cassações políticas, mudanças intempestivas de regras com os atos institucionais e fechamento do Congresso em algumas ocasiões. Essa característica encobria uma atroz repressão, assim como

a multiplicação, desenvolvimento e ampliação do poder dos organismos empresariais da sociedade civil, em detrimento das organizações populares. Com esse mecanismo, as possibilidades de influência, pressão e atuação do empresariado e de suas organizações junto ao aparelho de Estado e às políticas públicas foi potencializado após o golpe de 1964 e continuou crescendo no compasso do próprio fechamento e endurecimento do regime¹⁴⁹.

Foi possível identificar essa característica durante a pesquisa, ou seja, como este mecanismo de legalidade possibilitou que o prefeito Kurt Walter Hasper, mantivesse seu

¹⁴⁹ CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *Empresários, Ditadura e Política Externa Brasileira*. **Revista Continentes** (UFRRJ), ano 3, n.4, 2014 (ISSN 2317-8825). p. 126.

mandato durante todo o período em que durou o regime ditatorial. Além disso, como certos sujeitos se elegerão para os cargos de vereadores municipais assumindo suas cadeiras na Câmara Municipal de Guaíra. Ou seja, com as ligações políticas garantem seus cargos,

em nível de Estado, sempre teve como representante o deputado estadual Francisco Escorsin. Na Câmara Federal, os deputados Ari de Lima, Joaquim dos Santos Filho e, por último, Reinhold Stephanes. Na comissão especial de Faixa de Fronteira, sempre esteve presente o cidadão honorário de Guaíra Cel. Otávio Tosta¹⁵⁰.

Neste ponto, podemos retomar a reflexão realizada por Paulo José Kolling em sua pesquisa sobre a cidade de Marechal Cândido Rondon-PR, ou seja, de que a “política municipal se mantém através de suas relações e disputas realizadas entre as forças políticas locais, que articulavam e preservavam seus laços e alianças no âmbito regional oeste, estadual e federal”¹⁵¹.

Outra forma para compreender como a política municipal funcionava é por meio da ampliação do quadro municipal para o quadro nacional, compreendendo todo o processo de repressão e censura, assim como o controle social imposto para a população, e isso inclui os membros que compunham a Câmara Municipal de Guaíra, sendo esta a representação do Estado presente em Guaíra.

Entendendo a Câmara Municipal como parte integrante do Estado e, indo além, sendo esta uma representação do próprio Estado Ampliado, onde a Sociedade Civil se mescla com ele (compreendendo que a Sociedade Civil é o espaço da luta de classes), o controle do Estado significa a implantação da hegemonia dominante.

Uma concretização deste monitoramento pode ser observada na análise minuciosa realizada por estes órgãos estaduais da Ata da Seção realizada no dia 11 de março de 1971. Há, não só o requerimento feito pelo Major Inf. Getulio Vargas Soares, mas de diferentes instituições repressivas como a Polícia Federal em Foz do Iguaçu e a Agência da Capitania Fluvial dos Portos do Rio Paraná, entre outros, que requeriam ao Presidente da Câmara Municipal solicitando uma cópia da ata da Sessão Ordinária realizada no dia 11 de março de 1971. Segue abaixo o pedido:

¹⁵⁰ GREGORY, Valdir. Op.Cit, p. 271.

¹⁵¹ KOLING, Paulo José. Op. Cit., p. 358.

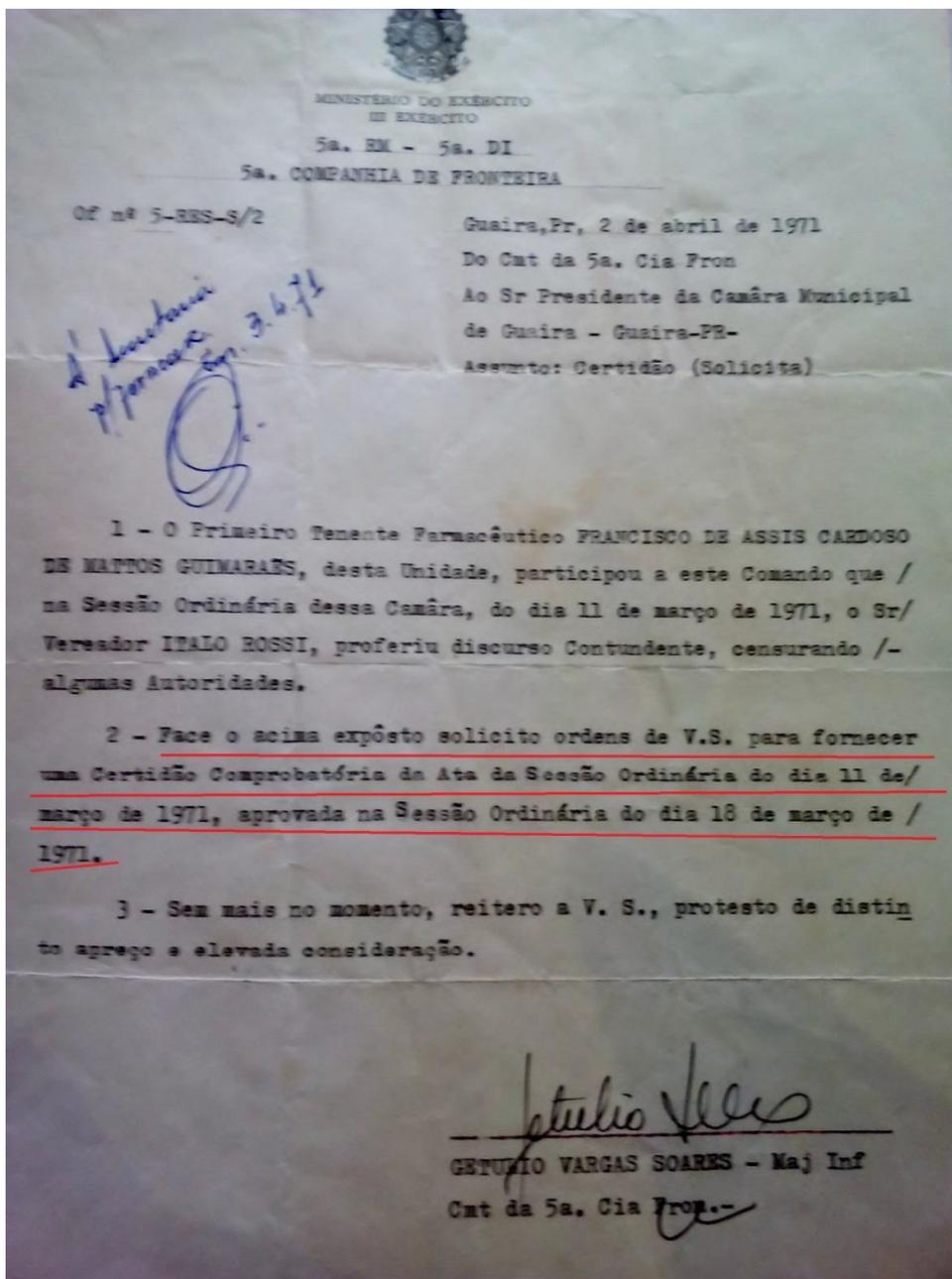


FIGURA 15. REQUERIMENTO DE ATA - REQUERIMENTO ENVIADO AO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL EM 02 DE ABRIL DE 1971, PELO MAJ. INF. GETULIO VARGAS SOARES¹⁵².

Fonte: CÂMARA MUNICIPAL DE GUAÍRA, Cópia retirada por SILVA, Mara D. S. em 2014.

¹⁵² CÂMARA MUNICIPAL DE GUAÍRA, Cópia retirada por SILVA, Mara D. S. em 2014.

1 – o Primeiro Tenente Farmacêutico FRANCISCO DE ASSIS CARDOSO DE MATTOS GUIMARÃES, desta Unidade, participou a este Comando que na Sessão Ordinária dessa Câmara, do 11 de março de 1971, o Sr Vereador ITALO ROSSI, proferiu discurso contundente, censurando algumas Autoridades.

2. Face o acima exposto solicito ordens de V.S. para fornecer uma Certidão Comprobatória da Ata da Sessão Ordinária do dia 11 de março de 1971, aprovada na Sessão Ordinária do dia 18 de março de 1971.

Analisando com uma atenção especial o requerimento emitido pelo Major de Inf. Getulio Vargas Soares, que com os seguintes dizeres, deixa claro a intensa repressão realizada pelas Forças Repressivas, ao declarar a presença de um agente militar nas sessões da Câmara:

1- O Primeiro Tenente Farmacêutico Francisco de Assis Cardoso De Mattos Guimarães, desta Unidade, participou a este comando que na Sessão Ordinária dessa Câmara, do dia 11 de março de 1971, o Sr Vereador Ítalo Rossi, proferiu discurso Contundente, censurando algumas Autoridades¹⁵³.

Seguindo, fica evidente tanto a constante repressão e controle social, quanto o pronto atendimento do presidente da Câmara Municipal para a manutenção das boas alianças, uma vez que este requerimento é enviado à Câmara Municipal no dia 02 de abril de 1971 e no dia 03 de abril de 1971 é prontamente respondido e encaminhado à 5ª Cia. uma cópia da Ata solicitada.

¹⁵³ Cópia de Requerimento encontrado na Câmara Municipal de Guaíba – Pr.

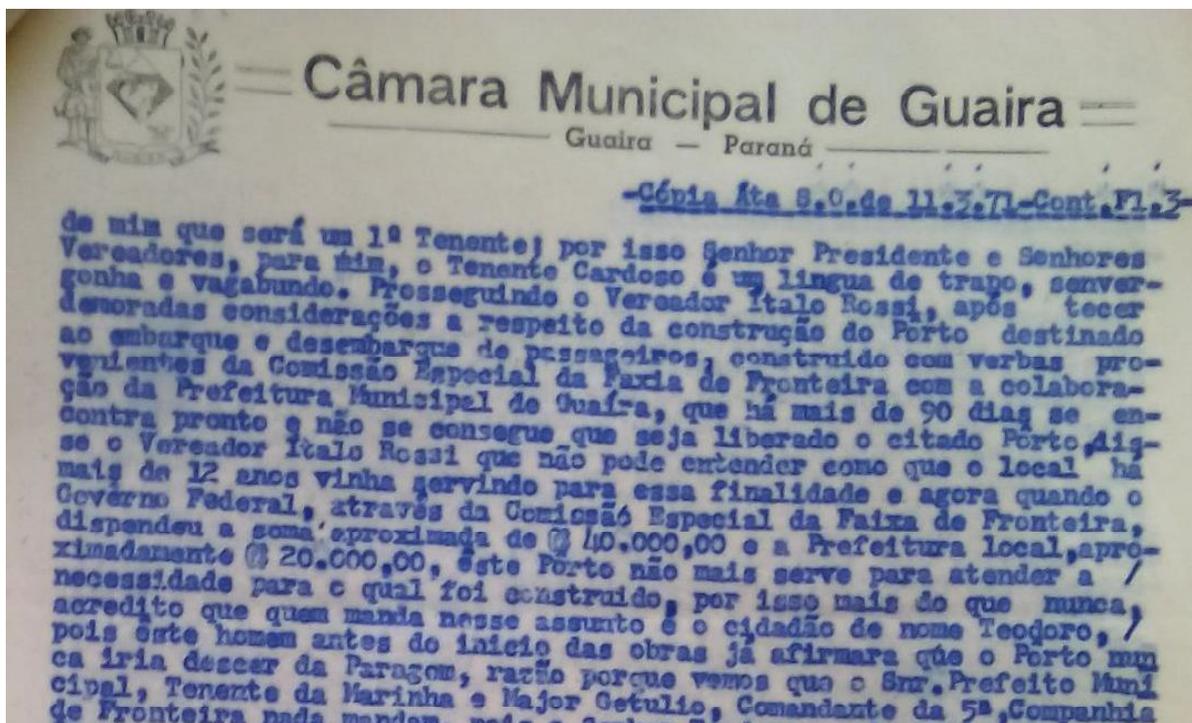


FIGURA 16. ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 11 DE ABRIL DE 1971 - CÓPIA DA ATA SEÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 11/03/1971¹⁵⁴.

Fonte: Cópia realizada por SILVA, Mara D.S. em 2015.

Outra característica da manutenção da política local e da ligação entre os políticos guairênses, e o quadro geral de ditadura, é obtida por meio da análise das nomeações e condecorações para “Cidadão Honorário de Guairá”, dadas à diversas autoridades militares e para a elite local, entre os sujeitos que foram elevados ao status de “benfeitores da cidade”, sendo aclamados como “grandes personalidades”. Há diversos agentes da ditadura, como pode ser observado no requerimento emitido pelo Vereador Antonio Pratti, que solicitam que seja outorgado o Título de Cidadão Honorário ao Major da Arma de Infantaria Getulio Vargas Soares, que segundo o Vereador:

Com seu prestígio, sua força de vontade de bem servir, conseguiu construir: o Colégio Castelo Branco; a Biblioteca Municipal; Porto de atracamento de barcos em Guairá e em Porto Izavel (Mt), ajudou ainda no termino do asfaltamento de vias publicas de nossa cidade; organizou a Sociedade Amigos de Guairá; promove todos os anos, o “Natal de Criança Pobre”. Nas

¹⁵⁴ Cópia realizada por SILVA, Mara D.S. em 2015.

ACISO 70 e 71 destacou-se das demais Unidades da 5ª. Região Militar, dado o seu alto espírito humanitário e filantrópico.¹⁵⁵

Como exemplo, tem-se outro requerimento emitido pelo vereador Guerino Cavaliere em 12 de agosto de 1971, requerendo o título de Cidadão Honorário de Guaíra a Fernando Lopes Quintas.

¹⁵⁵ Requerimento encontrado na Câmara Municipal de Guaíra, emitido em 26 de agosto de 1971.

REQUERIMENTO:

O Vereador infra-assinado, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, vem muito respeitosamente REQUERER à Casa, que após ouvido o pluriário e aprovado, seja outorgado ao DR. FERNANDO LOPES QUINTAS, o Título de Cidadão Honorário de Guairá, pelos relevantes serviços prestados à coletividade da nossa Comuna.

JUSTIFICATIVA: - Srs. Vereadores:

O Dr. Fernando Lopes Quintas, há 10 anos servindo na 5ª. Companhia de Fronteira, aqui sediada, pois aqui chegou no início do ano de 1962, como 1º. Tenente, instalou seu consultório médico na avenida Getúlio Vargas, tendo em pouco se tornado amigo de toda a população local e grangeado a simpatia e a confiança de todos. Homem dotado de alto espírito caritativo e humano, passou a atender com carinho e dedicação a população pobre, não só da nossa Comuna, mas também a dos Municípios vizinhos do nosso Estado e do Estado de Mato Grosso, bem como das localidades do país irmão o Paraguay. Não satisfeito, passou a dedicar do seu precioso tempo, com a mesma atenção, carinho e amor no socorrimto do nosso Clube Social. Lá está a bela sede social, hoje cartão de visita de Guairá, orgulho de nossa gente. Nos anos que dirigiu como Presidente reeleito, o 7 Quedas Country Clube, a par da árdua tarefa de reorganizar e reagrupar os sócios, deu início a construção da Sede e promoveu reuniões sociais, despertando em nossa gente a vivência social. Senhores Vereadores, é com justiça que devemos manifestar todo o reconhecimento deste Legislativo e de toda a coletividade Guairense, louvando os 10 anos de trabalho, amor e dedicação dada pelo Dr. Fernando Lopes Quintas a nossa gente e a nossa cidade.

Termos em que
A. Deferimento
Guairá (Pr) em, 12 de Agosto de 1971.

Guerino Cavaliere
GUERINO CAVALIERE.
-Vereador autor-

FIGURA 17. REQUERIMENTO DE TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO - requerimento emitido pelo vereador Guerino Cavaliere em 1971 solicitando a nomeação de Fernando Lopes Quintas o título de cidadão honorário¹⁵⁶.

Fonte: Câmara Municipal de Guairá.

¹⁵⁶ CÂMARA MUNICIPAL DE GUAÍRA.

O Dr. Fernando Lopes Quintas, há 10 anos servindo na 5ª. Companhia de Fronteira, aqui sediada, pois aqui chegou no início do ano de 1962, como 1º. Tenente, instalou seu consultório médico na avenida Getulio Vargas, tendo em pouco se tornado amigo de toda a população local e grangeado a simpatia e a confiança de todos. Homem dotado de alto espírito caritativo e humano, passou a atender com **carinho e dedicação a população pobre, não só da nossa Comuna, mas também a dos Municípios vizinhos do nosso Estado e do estado de Mato Grosso, bem como das localidades do país irmão o Paraguay. Não satisfeito, passou a dedicar do seu precioso tempo**, com a mesma atenção, carinho e amor no soerguimento do nosso Clube Social. Lá está a bela sede social, hoje cartão de visita de Guaíra, orgulho de nossa gente. Nos anos que dirigiu como Presidente reeleito, o 7 Quedas Country Club, a par da árdua tarefa de reorganizar e reagrupar os sócios, deu início a construção da Sede e promoveu reuniões sociais, despertando em nossa gente a vivência social. Senhores Vereadores, **é com justiça que devemos manifestar todo o reconhecimento deste legislativo e de toda a coletividade Guairense**, louvando os 10 anos de trabalho, amor e dedicação dada pelo Dr. Fernando Lopes Quintas a nossa gente e a nossa cidade.(grifo nosso).

Esses sujeitos denominados cidadãos honorários posteriormente ganharam placas comemorativas com seus nomes, sendo alguns destes nomes dados a ruas e avenidas da cidade, assim como mencionados no jornal local. Há, atualmente, um rol na Câmara Municipal com todos os nomes dos Cidadãos Honorários ao lado dos nomes dos ex-vereadores.

Não havia um padrão específico para a nomeação de um “Cidadão Honorário” ou mesmo para um “Voto de Louvor”. Bastava a manutenção de ligações pessoais diretas e/ou relações político-econômicas com vereadores da Câmara Municipal. Os sujeitos envolvidos nas nomeações passaram a indicar empresários ou sujeitos da elite local e, principalmente, autoridades militares, que tem suas ações elevadas ao patamar da caridade reconhecida.

Essas ações, os ACISOs¹⁵⁷ - Ação Cívico Social, podem ser compreendidas como uma forma de assistencialismo altamente utilizada pelas Forças Armadas para convencer a população civil de suas “boas intenções para com a nação”.

Neste ponto, é necessário ressaltar uma questão fundamental para compreender como este contexto nacional funciona na cidade de Guaíra, ou seja, se era preciso manter um convencimento e uma legalidade de suas ações, significa que havia também, a ilegalidade e acima de tudo a oposição, seja ela velada ou escancarada. Um dos aspectos desta conjuntura pode ser analisada por meio dos requerimentos encaminhados a Câmara Municipal pelo Major Mario Angelo Suppa T. Pereira, que requeria a investigação dos vereadores “que

¹⁵⁷ Estas formas de auxílio vão desde a construção de estradas a tratamentos médicos, e deixam uma marca tão forte na sociedade guairense, que, nos dias atuais, é possível encontrar diversas menções a estas ações nas falas dos entrevistados.

apresentavam comportamento subversivo” (destaque mais uma vez a terminologia utilizada, “subversivo”, altamente relacionada aos ensinamentos da DSN).

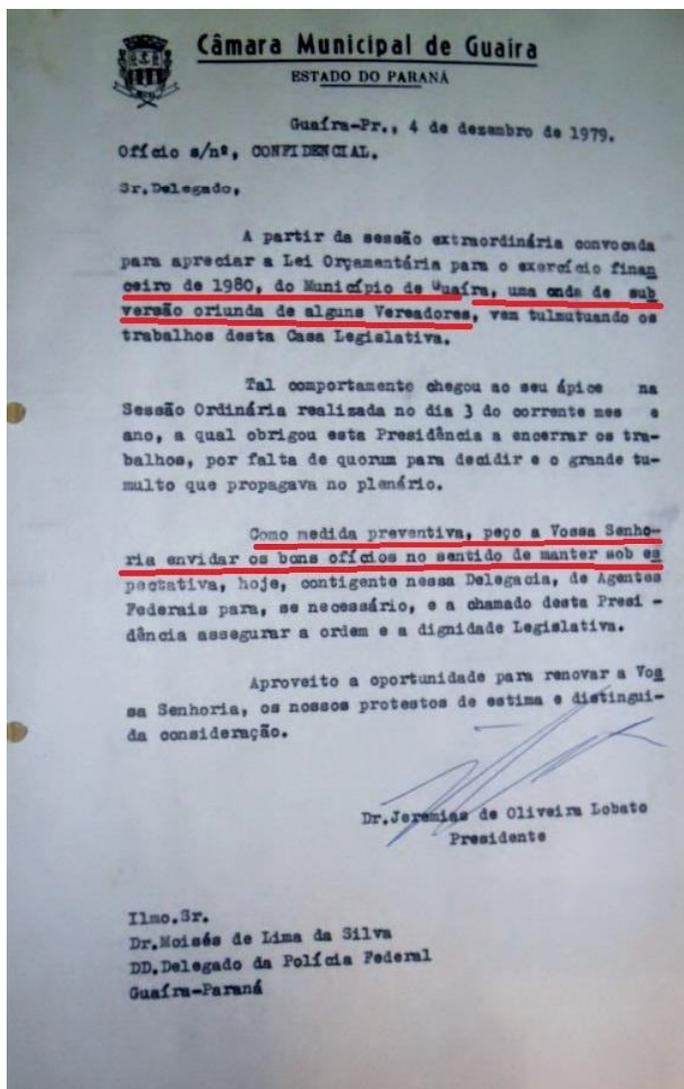


FIGURA 18. REQUERIMENTO CONFIDENCIAL - PEDIDO DE INVESTIGAÇÃO EMITIDO PELO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUAÍRA, JEREMIAS DE OLIVEIRA LOBATO, AO DELEGADO DA POLÍCIA FEDERAL DA DELEGACIA DE GUAÍRA, MOISÉS DE LIMA DA SILVA, ENCAMINHADA EM 04 DE DEZEMBRO DE 1979¹⁵⁸.

Fonte: Câmara Municipal de Guaíra.

¹⁵⁸ CÂMARA MUNICIPAL DE GUAÍRA.

A partir da sessão extraordinária convocada para apreciar a Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 1980, do Município de Guaíra, uma onda de subversão oriunda de alguns Vereadores, vem tumultuando os trabalhos desta Casa Legislativa.

Tal comportamento chegou ao seu ápice na Sessão Ordinária realizada no dia 3 do corrente mês e ano, a qual obrigou esta Presidência a encerrar os trabalhos, por falta de quórum para decidir e o grande tumulto que propagava no plenário.

Como medida preventiva, peço a Vossa Senhoria enviar os bons ofícios no sentido de manter sob expectativa, hoje, contingente nessa Delegacia, de Agentes Federais para, se necessário, e a chamado deste Presidente assegurar a ordem e a dignidade Legislativa.

3.2. OPOSIÇÃO AO MANDATO HASPER

A historiografia oficial de Guaíra não apresenta contradições e/ou nem mesmo fala do mandato de Hasper, porém, quando os entrevistados são questionados sobre o assunto nas entrevistas, pode-se ver que há uma memória seletiva deste sujeito como um “grande” colaborador.

A “heroicização” do sujeito Hasper está presente na sociedade guairense em forma de monumento, uma vez que o Paço Municipal leva seu nome. Inaugurado em dezembro de 2004, no final do mandato de Manoel Kuba, é remodelado e reinaugurado em outubro de 2005, pela gestão de Fabian Persi Vendrusculo, como Paço Municipal Kurt Walter Hasper (*in Memoriam*).

Como dito anteriormente, essa história construída do “herói”, não condiz com a realidade encontrada nos documentos da Câmara Municipal de Guaíra do período. Além de placas e falas registradas em Ata dos vereadores do MDB, como no caso do vereador Emanuel Silveira Barreto, em diversas atas é possível localizar a oposição direta à gestão de Kurt Walter Hasper.

Apesar da própria Lei de Segurança Nacional, ou melhor, por causa deste Decreto-Lei, é que o mandato de Hasper é mantido, uma vez que, além de ser muito “esperto” – como mencionado anteriormente- este cumpria com sua função de agente da ditadura civil-militar. Apesar de ter sido eleito em 1964 pelo voto popular, sendo o quarto prefeito eleito de Guaíra, Kurt Walter Hasper, manteve seu mandato até 05 de junho de 1985 com muitas dificuldades e oposição de grande parcela da população.

O final do mandato de Kurt Walter Hasper é questionado desde o início dos anos 1970. Neste período também é realizada a inundação das Sete Quedas com o fechamento das

comportas da Hidrelétrica de Itaipu em 1982, o que gera uma série de alterações no cotidiano gualrense, inclusive, uma intensificação nos pedidos de exoneração do cargo de prefeito de Hasper.

Esta ligação com o mandato de Hasper é expressa por Ernest Mann¹⁵⁹ - morador de Guaira, durante os anos analisados da sociedade gualrense até a data de seu falecimento -, que relata como o término do mandato de Hasper era esperado: "... dando término a uma época de arbítrio de registrado durante o regime militar"¹⁶⁰. A fala aponta que a população estava ciente da relação intrínseca entre a prolongação do mandato do prefeito Hasper e o regime militarizado do Estado brasileiro.

É importante destacar que apesar de fazer parte da elite local, Mann, não faz parte do grupo de empresários beneficiados pelo mandato de Hasper, pois como seu comércio estava diretamente ligado ao turismo das Sete Quedas, com o fim da mesma, ele foi diretamente afetado.

Assim como Mann, os empresários afetados pela perda das Sete Quedas se posicionaram contra o mandato de Hasper, se unindo com os vereadores do MDB, pedindo o fim do mandato de Hasper. Esta oposição é expressa em falas e em faixas postas em 21 de novembro de 1980 na Câmara Municipal.

Sendo estas faixas sobre a retirada de Hasper do cargo de prefeito, elas "misteriosamente" foram retiradas durante a noite do dia 25 de novembro e em 27 de novembro de 1980. Outras faixas com os mesmos dizeres são recolocadas nas fachadas da Câmara, conforme o requerimento de investigação enviado a Delegacia da Polícia Federal, que segue:

¹⁵⁹ Registros de Ernst Mann doados por sua esposa em 1992, após a sua morte, ao CEPEDAL – Centro de Pesquisa e Documentação da América Latina da UNIOESTE/FACIMAR, de Marechal Cândido Rondon (hoje UNIOESTE, campus de Marechal Cândido Rondon).

¹⁶⁰ Mann, Ernst, retirado dos arquivos pessoais em pesquisa realizada ao CEPEDAL, na data do dia 25 de Outubro de 2012.

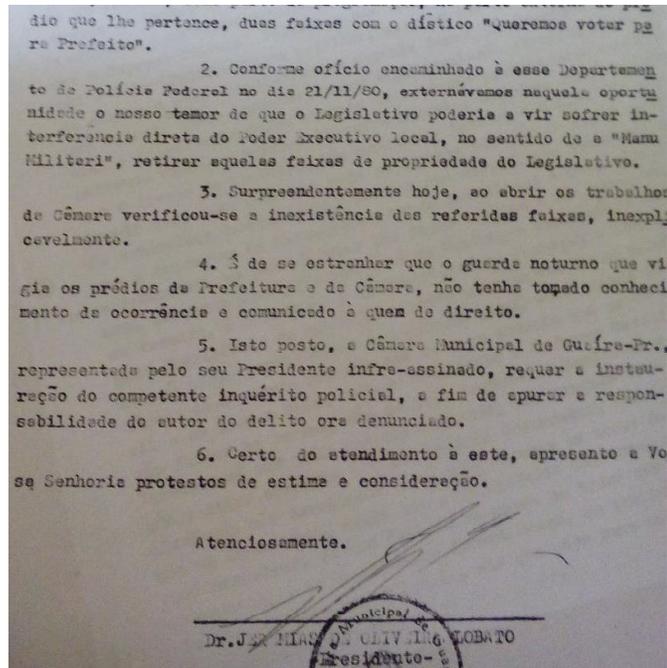


FIGURA 19. AVISO DE COLOCAÇÃO DE NOVAS FAIXAS DE PROTESTO CONTRA O PREFEITO ESPOSTAS PESLA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ORDEM DO PRESIDENTE DA CÂMARA EM 25/11/1980.

Fonte: Câmara Municipal de Guaira

2. Conforme ofício encaminhado à esse Departamento de Polícia Federal no dia 21/11/80, externávamos naquela oportunidade o nosso temor de que o Legislativo poderia a vir sofrer interferência direta do Poder Executivo local, no sentido de a "Manu Militari", retirar aquelas faixas de propriedade do legislativo.

3. Surpreendentemente hoje, ao abrir os trabalhos da Câmara verificou-se a inexistência das referidas faixas, inexplicavelmente.

4. É de se estranhar que o guarda noturno que vigia os prédios da Prefeitura e da Câmara, não tenha tomado conhecimento da ocorrência e comunicado à quem de direito.

5. Isto posto, a Câmara Municipal de Guaira-Pr, representada pelo seu Presidente infra-assinado, requer a instauração do competente inquerito policial, e fim de apurar e responsabilidade do autor do delito ora denunciado.

Outra forma de contestação do mandato de Hasper são os diversos pedidos de investigação feitos pelos vereadores do MDB, como a fala registrada em Ata do pedido de

investigação contra Hasper em 1977, por corrupção:

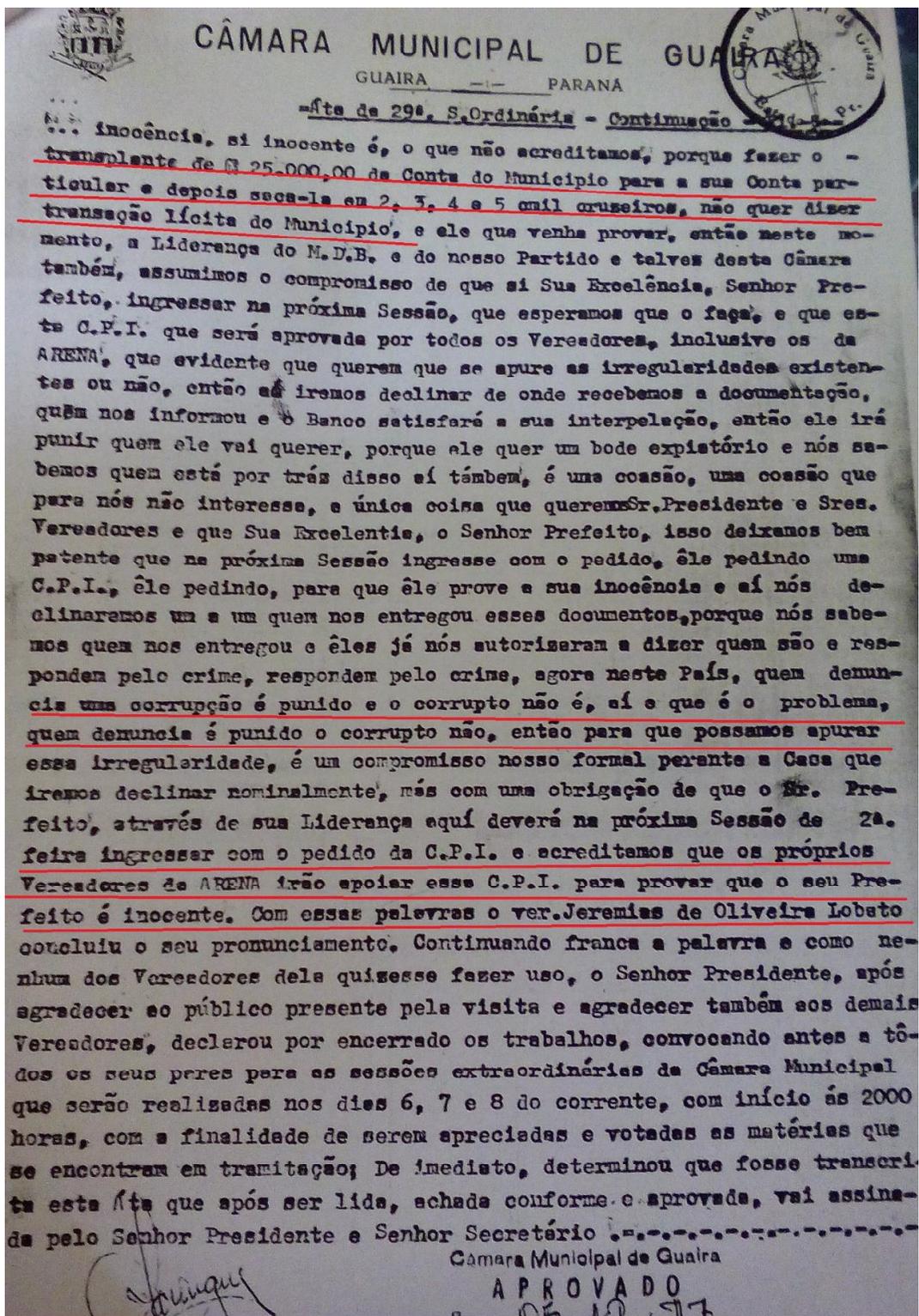


FIGURA 20. PAGINA 03 DA ATA DA 29ª SESSÃO ORDINÁRIA OCORRIDA NA CÂMARA MUNICIPAL DE GUAÍRA - requerendo C.P.I. do mandato do prefeito Kurt

Walter Hasper pedido pelo vereador Jeremias de Oliveira Lobato em nome dos vereadores do MDB.

Fonte: CÂMARA MUNICIPAL DE GUAÍRA

... inocência, si inocência é, o que não acreditamos, **porque fazer o transplante de §C 25.000,00 da Conta do Município para a sua Conta particular e depois saca-la em 2,3,4, e 5 mil cruzeiros, não quer dizer transação lícita do Município**, e ele que venha prover, então neste momento, a Liderança do M.D.B. e do nosso Partido e talvez desta Câmara também, assumimos o compromisso de que si Sua Excelência, Senhor Prefeito, ingressar na próxima Sessão, que esperamos que o faça, e que esta C.P.I. que será aprovada por todos os Vereadores, inclusive os da ARENA, que evidente que querem que se apure as irregularidades existentes ou não, então se iremos declinar de onde recebemos a documentação, quem nos informou e o Banco satisfará a sua interpelação [...] Presidente e Sres. Vereadores e que Sua Excelência, o Senhor Prefeito, isso deixamos bem patente que na próxima Sessão ingresse com o pedido, ele pedindo uma C.P.I., ele pedindo, para que ele prove a sua inocência e aí nós sabemos que nos entregou e eles já nós autorizaram a dizer quem são e respondem pelo crime, respondem pelo crime, agora neste país, quem denuncia uma corrupção é punido e o corrupto não é, aí e que é o problema, quem denuncia é o corrupto não, então para que possamos apurar essa irregularidade, é um compromisso nosso formal perante a Casa que iremos declinar normalmente, mas com uma obrigação de que o Sr. Prefeito, através de sua Liderança aqui deverá na próxima sessão de 2ª feira ingressar com o pedido da C.P.I. e acreditamos que os próprios Vereadores da ARENA irão apoiar essa C.P.I. para provar que seu Prefeito é inocente. Com essas palavras o ver. Jeremias de Oliveira Lobato concluiu o seu pronunciamento. (grifo nosso).

Não sendo a primeira vez que acusações são realizadas contra o mandato de Hasper, este cargo é mantido mesmo após as diversas acusações de irregularidades, o que inclui um auto processual aberto em agosto de 1971, e que há uma cópia na pasta do DOPS - Delegacia de Ordem Social do Paraná.

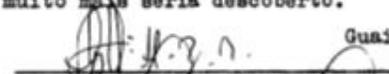
3-que... crime contra a Prefeitura por deixar o cemitério abandonado quando havia um nati-morto na chuva sem ser enterrado, das 11 horas até as 16 horas. Conf. certidão anexa.

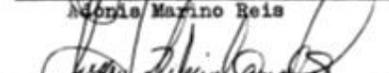
84-Maquinas da prefeitura atualmente trabalhando na faxina a mando do presidente da câmara, fazendo carreadores, para particulares, pelo que se nota pagando voto ganho, e as ruas de nossa cidade no total abandono.

85-Falta de escrupulo e parcialidade do senhor prefeito em autuar comerciantes que ocupam o solo conforme determina o código de posturas municipal, e consente que outros seus "afiliados politicos" ocupem sem pagar a minima taxa. Caso: processo fiscal nº 038 e 039/70.

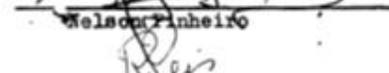
E creia-nis, Sr. Comandante, que isto e aquilo que sabe* porém naturalmente se V.S. pedisse a vinda de uma comissão de inquérito, muito mais seria descoberto.

Guaira, 25 de maio de 1971.



Adria Marino Reis


Miguel Ribeiro de Camargo


Nelson Pinheiro


Ricardo Reis

FIGURA 21. CÓPIA DO PROCESSO CONTRA KURT WALTER HASPER¹⁶¹.

Fonte: Cópia retirada da pasta do DOPS sobre Guaíra, disponível no Arquivo do Paraná.

85- falta de escrúpulo e parcialidade do senhor prefeito em autuar comerciantes que ocupam o solo conforme determina o código de posturas municipal, e consente que outros seus “afilhados políticos” ocupem sem pagar a mínima taxa. Caso: processo fiscal nº 038 e 039/70.

¹⁶¹ Cópia retirada da pasta do DOPS sobre Guaíra, disponível no Arquivo do Paraná.

Os primeiros Departamentos de Ordem Política e Social – DOPS, surgem durante as décadas de 1920 e 1930. “Esses órgãos especiais, criados no âmbito das polícias civis, estavam vinculados as secretarias estaduais de segurança pública de inúmeros estados brasileiros¹⁶²”. Os DOPSS se constituem a partir da necessidade de implementação de um amplo aparato de cunho administrativo-legal a fim de controlar manifestações de descontentamento político. Sendo que, com o Golpe de 1964, “foram empreendidas algumas mudanças na estrutura e no funcionamento desses órgãos. No cerne desse processo, encontraram-se inúmeras diretrizes presentes na já citada Doutrina de Segurança Nacional”¹⁶³.

Essas mudanças ocorridas no DOPS estão diretamente ligadas ao fato deste departamento passar a ser um órgão do Estado Ditatorial que atua como agente da repressão, realizando seções de tortura, interrogatórios, assim como diversos processos de anulação dos mandatos políticos, sendo que a repressão atingiu a vários políticos.

Entre os diversos políticos que tiveram seus mandatos anulados há o caso analisado por Cássio Guilherme¹⁶⁴, sobre o prefeito de Nova Londrina, Halim Maaraoui, que teve seu mandato anulado a partir de acusações de opositores locais. Como já foi mencionado, havia a importância de manter ligações e relações políticas em todos os níveis para garantir a manutenção do cargo.

Dos inúmeros casos de processos abertos contra sujeitos que possuíam mandatos políticos, a grande maioria era deposto de seus cargos pelos agentes do regime. Um fato a ser destacado é que o processo aberto contra o prefeito Hasper não resultou em sua retirada do cargo, pois Hasper era um agente que fazia parte do regime e cumpria sua função como tal. Retomando a fala de Maurino: “ele sabia conduzir, sabia obedecer a ordem e sabia transmitir a ordem”¹⁶⁵.

¹⁶² ASSUMPÇÃO, Marla Barbosa. A Fronteira Geminada de Santana do Livramento – Rivera como Marco das Conexões Políticas Regionais e internacionais: repressão e resistência em Áreas de Interesse da Segurança Nacional (1964-1973), Dissertação de Mestrado PPGH-UFRGS, 265 p. Porto Alegre, 2014. p. 208.

¹⁶³ Ibidem, Idem.

¹⁶⁴ GUILHERME, Cassio. Op.Cit., P.7.

¹⁶⁵ Entrevista realizada com o sr. Maurino de Oliveira, em 09 de abril de 2015 por SILVA, Mara D.S.

DAS INFRAÇÕES POLITICO-ADMINISTRATIVAS QUE O SR. KURT WALTER HASPER COMETEU:

Artigo VI- Descumprir o orçamento aprovado para o exercício financeiro. (deixou de cumprir)

Artigo VIII-Omitir-se ou negligenciar-se na defesa de bens, rendas, direitos ou interesses do município, sujeitos a administração da prefeitura. (itens 2,4,1,11,16,17,20,22,32,33,53,54,55,57,63,66,67, 68)

IRREGULARIDADES DOS VEREADORES:

Artigo II-Fixar residência fora do município(item8)

Artigo III-proceder de modo incompatível com a dignidade da câmara ou faltar com o decoro na sua conduta pública.(item10)

DO PREFEITO:

Incluso, também no artigo 65, parágrafo 4º da constituição. (impede a consignação de verba no orçamento anual para programas, projetos, obras ou despesas cuja execução se prolongue além de um exercício financeiro, sem prévia inclusão dos mesmos no orçamento plurianual de investimentos).

VEREADOR ALFREDO SCHMITKE sujeito a perda do mandato pois um vereador não pode:

Celebrar contrato com o município.(venda de areia)

Ser proprietário, diretor ou sócio principal de empresa beneficiada com privilégio, concessão, isenção ou favor, em virtude de contrato com o município.(venda de areia).

Sendo só para o momento atenciosamente subcrevo-me

Adolfo Karim Pison
Ricardo Reis
Luiz Ricardo
A. Du...


PTSoS.56

FIGURA 22. CÓPIA DO PROCESSO CONTRA KURT WALTER HASPER¹⁶⁶.

Fonte: Cópia retirada da pasta do DOPS sobre Guaira disponível no Arquivo do Paraná.

DAS INFRAÇÕES POLITICAS-ADMINISTRATIVAS QUE O SR. KURT WALTER HASPER COMETEU:

Artigo VI – Descumprir o orçamento aprovado para o exercício financeiro. (deixou de cumprir)

Artigo VIII – Omitir-se ou negligenciar-se na defesa de bens, rendas, direitos ou interesses do município, sujeitos a administração da prefeitura. (itens 2,4,1,11,16,17,20,22,32,33,53,54,55,57,63,66,67,68)

¹⁶⁶ Cópia retirada da pasta do DOPS sobre Guaira disponível no Arquivo do Paraná.

Entre as diversas acusações emitidas estão: “proceder de modo incompatível com a dignidade da câmara ou faltar com o decoro na sua conduta pública” e acusações como: “por motivo de perseguição política pretende trocar a diretoria do Colégio Estadual colocando lá uma professora incompetente”.

Mesmo com todas essas acusações, com processo correndo em juízo, e todas as manifestações de oposição a seu mandato, o mesmo foi mantido no poder, pois Hasper cumpria com os interesses do regime ditatorial, concordava com todas as ações e/ou pelo menos “assinava em baixo”, sendo beneficiado por este regime, pois além do status social que adquire, Hasper enriquece durante seu mandato, com acordos econômicos, retiradas do caixa da prefeitura, além dos benefícios como férias, viagens e residência pagas pela prefeitura.

3.3. A USINA HIDRELÉTRICA DE ITAIPU

Estudar o período da ditadura brasileira requer uma análise de como a economia brasileira se apresentou, e como alguns setores e grupos empresariais bastante fortes e expressivos se constituíram neste período. E deve-se observar que para “além do setor bancário, mineral, do agronegócio e alguns ramos industriais, chama atenção os conglomerados liderados pelas maiores empresas de obras públicas do país”¹⁶⁷.

Foi a partir dos anos 1960 que as empreiteiras nacionais tiveram seu período de expansão, chegando ao final da ditadura extremamente enriquecidas. De forma que:

Até 1984, 150 empresas brasileiras de engenharia assinaram 444 contratos no exterior, em mais de 50 países, concentrados em volume de recursos nos 66 referidos à construção pesada, em especial os de energia e transporte assinados por grandes empreiteiras como Mendes Júnior, Odebrecht, Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa, Cetenco e Rabello¹⁶⁸.

Essas empreiteiras foram auxiliadas por financiamentos da Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil (Cacex-BB), isto ocorreu pois “houve um fortalecimento

¹⁶⁷CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. A ditadura dos empreiteiros: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro, 1964-1985.. IV Conferência Internacional de História Econômica & VI Encontro de Pós-Graduação em História Econômica. 09-10-2012. FEAUSP. São Paulo.p. 3.

¹⁶⁸ Ibidem, p. 5.

recíproco e uma retroalimentação na parceria entre empresários brasileiros da construção pesada e o regime implantado a partir de 1964¹⁶⁹.

Sendo que:

Na primeira metade do regime, o modelo de desenvolvimento do período Kubitschek foi reafirmado, com grande soma de serviços demandados aos empreiteiros, na forma de estradas de rodagens e usinas hidrelétricas. Já na segunda metade do regime, houve uma estagnação e redução do volume de recursos para as obras e concentração das atividades em empreendimentos de grande porte, o que levou a uma centralização de capitais no setor¹⁷⁰.

É fundamental retomar o fato que os mecanismos implantados pela ditadura deram autonomia não apenas ao setor Executivo, mas limitou o setor fiscalizador, como a imprensa, o parlamento e parte da sociedade civil:

o que permitia aos empreiteiros maximizar seus lucros com práticas ilícitas e tocar obras com rapidez, agilidade e sem preocupação com os impactos do empreendimento. A participação popular e eleitoral limitada garantia que os empresários do setor tivessem mais força nas agências estatais e junto a figuras presentes em posições-chave do aparelho de Estado, de modo a pautar as prioridades das políticas públicas, como grandes rodovias em locais inabitados e centrais elétricas de grande porte, com forte impacto social¹⁷¹.

Pensando nestas questões torna-se fundamental para compreender o contexto da cidade de Guaíra durante o período ditatorial civil-militar brasileiro, ao analisar como a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu¹⁷², que apesar de ter sido construída na cidade de Foz do Iguaçu-PR, alterou a conjuntura arquitetônica e, acima de tudo, social de Guaíra.

Como Henri Lefebvre havia proposto,

as cidades, enquanto objeto e problemática, deveriam ser analisadas, fundamentalmente, enquanto produção da formação histórico-social do capitalismo e abordada a partir das relações sociais e das contradições de

¹⁶⁹ CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira, **A Ditadura das Empreiteiras**: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro, 1964-1985. Tese de Doutorado, 539 p., Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012. P. 509.

¹⁷⁰ Ibidem, p. 510.

¹⁷¹ Ibidem, p. 152.

¹⁷² Para compreender como se deu a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu recomendo a leitura da dissertação de VALDIR SESSI, "**O Povo do abismo**": trabalhadores e o aparato repressivo durante a construção da hidrelétrica de Itaipu (1974-1987), defendida em 2015 no PPGH – UNIOESTE.

classes na organização do espaço urbano (industrialização e urbanização)¹⁷³.

E para além das questões sobre a terra, que envolvem todo o processo de inundação das Sete Quedas, ocorridas em consequência da construção da Usina de Itaipu¹⁷⁴, tem-se também a própria conjuntura política social que se altera durante o processo de construção – ressaltando os protestos em oposição. Há ainda a migração de diversas famílias, a expulsão, propriamente dita, dos ribeirinhos, e a desestabilização da própria economia da cidade de Guaíra.

Durante o ano de 1972, Brasil e Paraguai assinaram o Tratado de Itaipu, cujo lago a ser formado em 1982 previa a inundação de diversas terras, inclusive, das Sete Quedas, o que gerou uma quebra na economia guairense: o controle sobre as terras era incerto (sendo boa parte da economia baseada na agricultura e agropecuária), e uma das principais fontes da economia local sumiria embaixo das águas, ou seja, as Sete Quedas (que com o turismo e a movimentação de pessoas acelerava o comércio local - hotéis, aviações¹⁷⁵, restaurantes, etc...).

Com a inundação “ninguém mais acreditava em Guaíra, não valeria à pena investir por tão pouco tempo. Aceitou-se a descrença. A década de 1970, do ‘milagre brasileiro’, para Guaíra foi da dúvida e da incerteza”¹⁷⁶.

Durante os anos de 1970, inicia-se no Brasil o chamado “milagre econômico”, mas:

¹⁷³ KOLING, Paulo José. Moradia e pertencimento: apontamentos sobre a problemática das cidades. In: **TEMPOS HISTÓRICOS – Dossiê Estado e Poder**, 2005. ADUNIOESTE, Marechal Cândido Rondon, 2005. p. 191.

¹⁷⁴ A diversos estudos específicos sobre como a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu afetou a cidade de Guaíra, caso haja o interesse: FISCHER, Rafaela A. S. Sociedade Guairense: o fim das sete quedas e as estratégias de silenciamento da população pela ditadura. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso), UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, campus de Marechal Cândido Rondon, 2006. BARBOSA, Maria Helena. Memórias do regime Militar. Marechal Cândido Rondon, 2003. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – UNIOESTE, 2003. CORRÊA, Simone de Souza. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais, a Comissão Pastoral da terra, e a luta dos expropriados da Itaipu em Guaíra-Pr (1975-1990). Monografia, Marechal Cândido Rondon, UNIOESTE, 2013. BEATO, Paulo. Guaíra e Itaipu: o roubo de tratores a beira do lago. Marechal Cândido Rondon, 2002. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) - UNIOESTE, 2002. LIMA, Vilma Fiorotti. Guaíra nos tempos de Ernest Mann. Marechal Cândido Rondon, 1994. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) - UNIOESTE, 1994. MAIA, Marcelo Cláudio. Itaipu e suas consequências em Guairá. Marechal Cândido Rondon, 1997. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) - UNIOESTE, 1997 p. 27. SANTOS, Ana Paula dos. Um salto ao passado: memórias das Sete Quedas. Marechal Cândido Rondon, 1999. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) - UNIOESTE, 1999.

¹⁷⁵ A cidade de Guaíra possui uma história ligada à aviação. Por ser um local estratégico de fronteira, a Força Aérea Brasileira (FAB) instalou-se no município, no ano de 1955, com um posto avançado, e a partir de então, a cidade passou a contar com as principais companhias aéreas da época, dentre elas a S.A. Real Transporte Aéreo e a Vasp S/A.

¹⁷⁶ Gregory, Op.Cit. p. 271.

o ciclo expansivo da economia brasileira começou a tropeçar nas contradições tecidas pelo nexos econômico-financeiro estabelecido com o capitalismo internacional: a “ascensão meteórica das taxas de lucro eram acompanhadas pelo endividamento estatal e pela evasão de divisas promovidas pelas empresas estrangeiras, enviando seus produtos lucros para o exterior” (MANTEGA, 1977:52). Segundo Sonia Mendonça, a crise do “milagre” foi decorrente de uma crise de endividamento e de uma crise de esgotamento do fôlego do Estado na manutenção do ritmo do crescimento¹⁷⁷.

Deste modo, uma das tentativas de reverter esse quadro foi o II PDN - Plano Nacional de Desenvolvimento, que buscou reordenar as prioridades do desenvolvimento econômico nacional. O II PDN tinha como sua principal meta:

a substituição do carro chefe da acumulação – o setor de bens de consumo duráveis – pelo setor de bens de produção. Entre os pacotes previstos neste plano, estavam os novos projetos energéticos de grande porte – no qual se situa Itaipu -, que beneficiou diretamente importantes segmentos do capital estrangeiro da área de material elétrico e de bens de capital, bem como as grandes empresas nacionais de construção civil pesada.

Para isto surgiram os projetos das grandes construções, que se encaixavam no binômio de “Segurança e Desenvolvimento”, como a Ponte Rio Niterói, a Transamazônica e a Usina de Hidrelétrica de Itaipu. Esta foi construída no município de Foz do Iguaçu, e faz parte dos domínios concessionários da “Companhia Paranaense de Energia Elétrica (COPEL), criada em 1954. Entretanto, a transmissão da energia gerada pela Itaipu, no Brasil, é realizada pela empresa FURNAS e pela Eletrosul”¹⁷⁸.

A Hidrelétrica de Itaipu está localizada na área Oeste do estado do Paraná, sendo o Complexo de Itaipu, Hidrelétrica Binacional Brasil- Paraguai, atualmente, a segunda maior usina do mundo e, durante muito tempo, considerada a maior do mundo em estrutura, e “a maior usina hidrelétrica do mundo em geração de energia, fornecendo cerca de 17,3% da energia consumida no Brasil e 72,5% do consumo paraguaio”¹⁷⁹.

¹⁷⁷ RAUTENBERG, Edina. **A revista Veja e as empresas de construção civil durante a Ditadura Civil-Militar brasileira**. In. HISTÓRIA & IMPRENSA – Estudos de Hegemonia. Org. SILVA, Carla Luciana; RAUTENBERG, Edina. Coleção Tempos Históricos, 14. Coleção Brasil Republica, 3. Porto Alegre: FCM Editora, 2014. p. 190-191.

¹⁷⁸ RAUTENBERG, Op. Cit. p. 191.

¹⁷⁹ Ibidem, p. 192.

O projeto da Usina de Itaipu não é inteiramente brasileiro, sendo resultado de intensas negociações entre Brasil e Paraguai durante toda a década de 1960. De forma que:

Em 1971 foram realizados projetos e acordos para a construção da obra. Em 26 de abril de 1973, Brasil e Paraguai assinaram o Tratado de Itaipu, instrumento legal para o aproveitamento hidrelétrico do Rio Paraná pelos dois países. Em 17 de maio de 1974, foi criada a entidade binacional Itaipu, para gerenciar a construção da usina. O período de construção da hidrelétrica de Itaipu, desde os trabalhos preliminares de preparação do local de construção da primeira unidade geradora, foi de oito anos, de 1975 a 1983¹⁸⁰.

Outro fator importante, que deve ser mencionado é que:

Para a execução das obras civis, a responsabilidade ficou para dois consórcios: um brasileiro, chamado UNICON, onde figuravam empresas como Cetenco Engenharia Ltda., CBPO (Cia brasileira de Pavimentação e Obras), Camargo Correa, Andrade Gutierrez e Mendes Junior; E um paraguaio, chamado CONEMPA, cujas empresas eram a Barril Hermanos, Cia. General de Construcciones, ECCA. S.A., Ing. Civil Hermanos Baumam, ECOMIPA (Emp. Const. Min. Paraguaya), Jimenez Gaona & Lima. A sigla UNICON significa União de Construtoras Ltda. CONEMPA designa o Consórcio de Empresas Construtoras Paraguaias¹⁸¹.

Para além dos efeitos estruturais, a Usina de Itaipu é reflexo de políticas que visavam “potencializar o Brasil”, podendo também ser enquadrada na estratégia da “Escola Superior de Guerra, da Doutrina de Segurança Nacional, que justificava a imposição do sistema de controle e dominação, e que estabeleceu o binômio “Segurança e Desenvolvimento” como base governamental do regime ditatorial”¹⁸². Havia a suposta necessidade de assegurar as fronteiras, o que não trazia nenhum empecilho para a realização da obra, mesmo com os protestos em oposição realizados em diversas lugares, principalmente em Guaíra.

3.3.1. As Sete Quedas

As Sete Quedas eram um conjunto de sete saltos, formados por vinte e duas quedas. Os primeiros “espanhóis teriam denominado estas quedas de Canediyu, em homenagem a um

¹⁸⁰ Ibidem, p. 191.

¹⁸¹ Ibidem. P. 192.

¹⁸² Ibidem, Idem.

cacique Guarani. Os paraguaios teriam mudado o nome para Guayrá, em homenagem a outro cacique. Mas o conjunto de sete saltos, motivou a denominação Sete Quedas¹⁸³.



FIGURA 23. IMAGEM AÉREA DAS SETE QUEDAS. FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÍRA¹⁸⁴

Fonte: Prefeitura Municipal de Guaíra.

A imagem anterior mostra uma vista aérea das Sete Quedas, e, seguida pela próxima imagem, é possível observar a devastação ocorrida com o fechamento das comportas da Usina Hidrelétrica de Itaipu.

¹⁸³ GREGORY, Op. Cit., p. 276.

¹⁸⁴ Prefeitura Municipal de Guaíra.

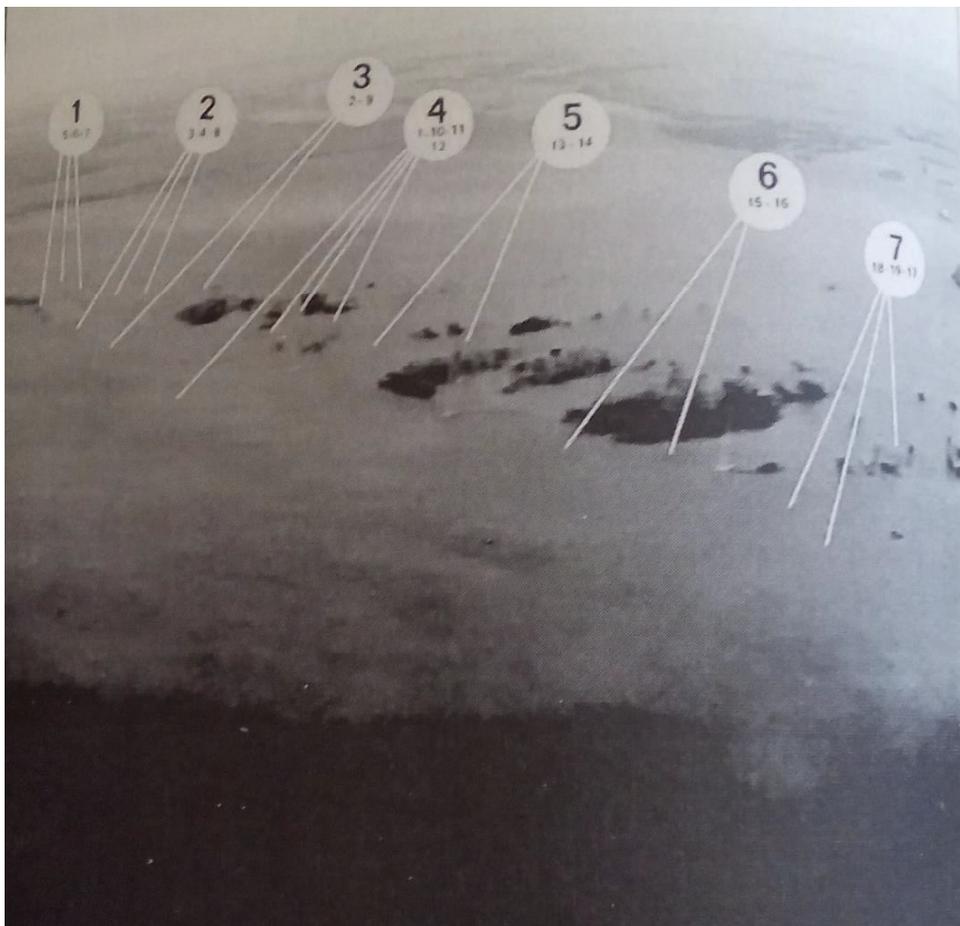


FIGURA 24. SETE-QUEDAS SUBMERSAS¹⁸⁵.

Fonte: Câmara Municipal de Guaíra.

Na imagem pode-se observar a localização dos sete saltos, agora submersos sob as águas, apesar dos protestos realizados pela população guairense. Para uma melhor compreensão da localização e da importância das Sete Quedas para a cidade de Guaíra, a imagem a seguir mostra a localização das quedas:

¹⁸⁵ Imagem aérea sobre as Sete Quedas em 1982, retirada logo após a inundação da mesma pelo fechamento da barragem da Usina de Hidrelétrica de Itaipu.

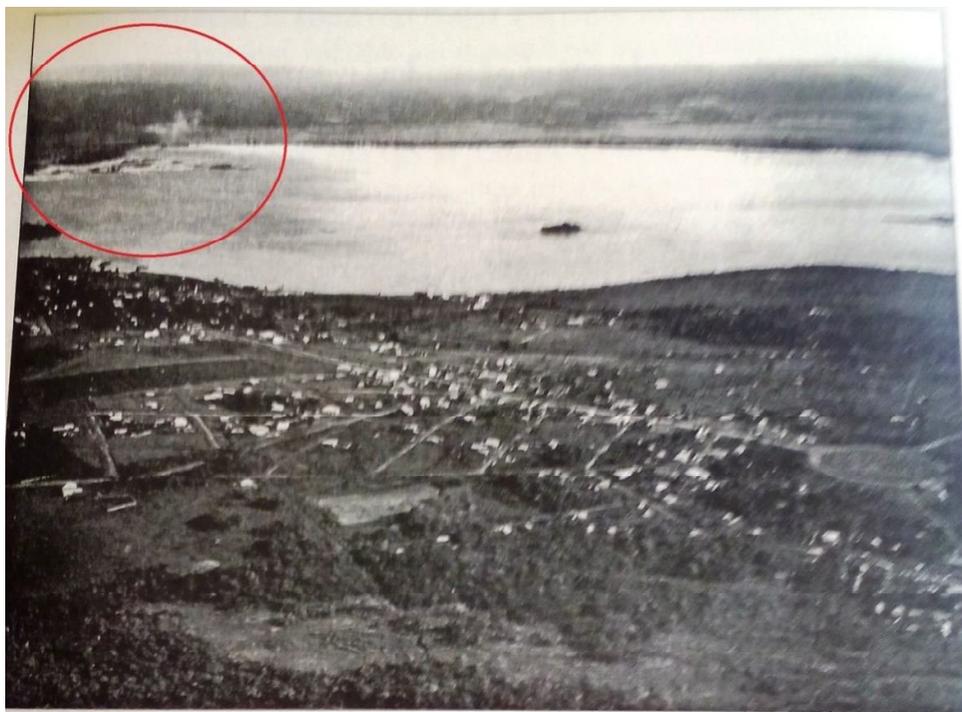


FIGURA 25. VISÃO AÉREA DE GUAÍRA EM 1950, O ESPAÇO URBANO COMEÇAVA A SE DESENVOLVER. DETALHE AO LADO ESQUERDO DA IMAGEM, MOSTRANDO O LOCAL ONDE SE INICIAVA AS SETE QUEDAS¹⁸⁶.

Fonte: Câmara Municipal de Guaíra.

Uma das principais formas de protesto contra a inundação das Sete Quedas foi por meio de artigos publicados na imprensa regional, além de cartazes e da publicação de folhetos – que posteriormente se transformaram em livros. Entre estes livros publicados está o livro escrito e organizado pelo ex-vereador de Guaíra, Wirley Arthur Beyer Verch, denominado “O protesto continua ... Sete Quedas VIVE!”, publicado 1998 e contém diversas notas de protesto, poesias e cartas, escritas durante todo o processo de construção da Usina de Itaipu.

Entre estes relatos é encontrada a repercussão da entrevista concedida à imprensa em 1981, pelo presidente da Itaipu Binacional, o Gal. Costa Cavalcanti, que diz o seguinte:

As Sete Quedas existem como obra de Deus, obra natural, mas que pouco estão produzindo, apenas um turismo muito rudimentar, nem de longe comparado ao turismo de Foz do Iguaçu com as quedas de Iguaçu. E agora,

¹⁸⁶ Visão aérea de Guaíra em 1950, o espaço urbano começava a se desenvolver. Detalhe ao lado esquerdo da imagem, mostrando o local onde se iniciava as Sete Quedas.

por obra do homem, este recurso natural que pouco está rendendo, o homem estará trazendo para uma altura de 170 metros. O que dará uma renda enorme aos donos das Setes Quedas, que são a União Brasileira e a União Paraguaia. [Acrescentou:] Não são Guaíra, nem o Estado do Paraná, os donos das Sete Quedas...¹⁸⁷.

Como uma das respostas as declarações dadas por Cavalcanti, está uma carta enviada por Wirley Arthur Beyer Verch, enviada ao primeiro em 01 de novembro de 1981, e posteriormente publicada na imprensa local e enviada ao presidente da Republica:

Foi com muita revolta e indignação que ao folhear um exemplar do Jornal Ilha Grande, da RUDIMENTAR CIDADE DE GUAÍRA, deparei com suas hipócritas e evasivas respostas, vergonhosas, por sinal, em relação ao desaparecimento das Sete Quedas.

É, Senhor General, TURISMO MUITO RUDIEMENTAR, declarou Vossa Senhoria, que existe em Guaíra. Concordo. Mas TURISMO RUDIMENTAR por culpa do nosso governo, que nunca se preocupou em zelar pelas SEETE QUEDAS, que NUNCA SE LEMBROU DE DIVULGAR AS SETE QUEDAS como divulga as cataratas do Iguaçu.

TURISMO MUITO RUDIMENTAR, porque o governo brasileiro, que é lamentavelmente formado por HOMENS como o senhor, não proporcionou melhores estradas (asfaltadas) há mais tempo para Guaíra, visto que há pouco mais de três anos é que conseguimos ligação asfáltica, Terra Roxa, Palotina, Toledo, Cascavel, etc.

TURISMO RUDIMENTAR, mas nunca ouvi falar que alguém ou algum turista que tenha se hospedado em nossos hotéis passasse fome ou fosse mal tratado. Cuidado. Se porventura Vossa Senhoria vier a Guaíra, lhe garanto que não passará fome; só não posso garantir que será bem tratado, pois suas declarações revoltaram até líderes do PDS local. Um governo que nunca se lembrou de Guaíra, de promover o turismo das Sete Quedas, não poderia agir de outra forma, senão menosprezando e humilhando o local ao qual chamou de TURISMO MUITO RUDIMENTAR.

Disse o Vice-líder do PDS, Vereador Luziano Welter: “Nós ficamos esperando na ilusão de que receberíamos benefícios, mas Costa Cavalcanti, com suas declarações, deu a paulada de misericórdia”.

Já o Vereador Ermínio Vendrúsculo, líder do PDS na câmara municipal, foi mais explícito, dizendo: “Para um general que só viaja a lugares que tem hotel cinco estrelas, é claro que Guaíra tem um TURISMO RUDIMENTAR”¹⁸⁸.

¹⁸⁷ VERCH, Wirley Arthur Beyer. **O protesto continua ... Sete Quedas VIVE!** Itajaí: Editora e Gráfica Visual Ltda, 1998, p. 30.

¹⁸⁸ VERCH, Wirley Arthur Beyer., Op. Cit., p. 35-36.

Neste trecho da carta, fica evidente a revolta dos guaiirenses com a inundação das Sete Quedas e, conseqüentemente, com o desprezo demonstrado pelas autoridades responsáveis. E isto inclui o próprio prefeito municipal que não se mobilizou. Destaco o trecho em que Verch relata as falas do presidente e vice-presidente da câmara municipal, principalmente a referência as “ilusões” mantidas em relação a Guaíra, pois antes da construção da Usina de Itaipu havia o projeto de construção de uma Usina Hidrelétrica menor, acima das Sete Quedas, o que permitiria que a mesma continuasse a existir, além de produzir uma nova fonte de trabalho e renda na cidade.

Mas com o anúncio de inundação, o máximo de aumento de fonte de renda que ocorreu foi momentâneo: com a notícia do fim, houve um aumento significativo no fluxo de turistas para a visitação das Sete Quedas, o número de pessoas praticamente triplicou:



FIGURA 26. VISITANTES NO PERÍODO QUE ANTECEDEU A INUNDAÇÃO OCORRIDA EM 1982¹⁸⁹.

Fonte: Prefeitura Municipal de Guaíra.

3.3.2. Protestos Contra A Inundação

¹⁸⁹ Imagem cedida pela Prefeitura Municipal de Guaíra, visitantes no período que antecedia a inundação ocorrida em 1982.

É mantido um clima de “esperança” em Guaíra durante quase todo o processo de negociação da construção da Usina de Itaipu, uma vez que as promessas eram sobre a construção de uma Usina da Eletrosul, onde hoje se localiza a Ponte Airton Senna. Até uma vila foi construída no local onde morariam os técnicos responsáveis pela construção desta – onde atualmente há um condomínio fechado, denominado Vila dos Técnicos.

Porém, após o presidente João Figueiredo decretar a extinção do Parque de Sete Quedas em 04 de junho de 1981, ou seja, com o decreto de fechamento das comportas de Itaipu e, conseqüente aviso de inundação das Sete Quedas, começam a surgir diversas manifestações, algumas apenas no “boca a boca”, e outras mais oficiais, como a publicação de cartas abertas direcionadas a autoridades estatais. Diversas matérias com esse conteúdo foram publicadas por Ernest Mann no jornal Ilha Grande, e podem ser encontradas na monografia de Rafaela A. S. Fischer¹⁹⁰, que analisa o fim das sete quedas e as tentativas de silenciamento da população pelos agentes da ditadura.

Dentre estas manifestações destaca-se as do movimento QUARUP, que buscou reunir às margens das Sete Quedas, um número considerável de pessoas para a realização de um sarau-protesto, na tentativa de mobilizar de forma mais concreta a população. Sobre este movimento Suemi Elloy Foletto¹⁹¹ (dona e proprietária do Jornal Ilha Grande¹⁹²) relata que:

Em outubro de 82 quando nós perdemos as Sete Quedas, a população, não a população local que conhecia o prefeito Kurt Walter Hasper, mas muitos achavam na época que o prefeito não havia se empenhado em não deixar que tal fato acontecesse, mas nós temos que analisar, a época em que isso aconteceu, se fosse hoje seria bem diferente, a população iria as ruas, se uniria, o país inteiro se mobilizaria e na época como nós vivíamos no regime militar não havia possibilidade, me lembro bem do QUARUP que foi um movimento feito nas Sete Quedas onde meu irmão fez parte e a comunidade

¹⁹⁰ FISCHER, Rafaela A. S. Op. Cit., p.18.

¹⁹¹ Suemi Eloy Foletto, moradora de Guaíra desde 1973, a convite do prefeito da época o Sr. Kurt Walter Hasper, para assumir a coordenação do núcleo regional de educação. É importante ter em mente que a Suemi é, além de proprietária do Jornal Ilha Grande, um periódico que circula pela cidade de Guaíra desde 12 de abril de 1980, também coordenadora do curso de Pedagogia da Universidade Paranaense – UNIPAR, foi vereadora durante dois mandatos e trabalhou também na defesa civil e na ação social neste município de Guaíra. Entrevista realizada em 27 de julho de 2013.

¹⁹² FONSECA, Francisco. Mídia e democracia: uma análise conceitual e histórica da atuação dos meios de comunicação. In. HISTÓRIA & IMPRENSA – Estudos de Hegemonia. Org. SILVA, Carla Luciana; RAUTENBERG, Edina. Coleção Tempos Históricos, 14. Coleção Brasil Republica, 3. Porto Alegre: FCM Editora, 2014. p. 13-14. É fundamental enfatizar que a mídia promove a intermediação entre as esferas pública e privada, o que implica a atuação de atores privados mediando seja outros interesses privados, seja (principalmente) interesses públicos, coletivos, o que significa uma grave ambigüidade em razão da própria mídia pertencente à esfera dos interesses privados, a começar por seu próprio caráter empresarial.

fez parte, mas que o exército cuidava muito e não deixou que a manifestação realmente fosse feita da forma como as pessoas queriam¹⁹³.

O QUARUP ocorreu nos dias 24, 25 e 26 de Julho de 1982, e foi formado por um grupo de pessoas de vários lugares do Brasil que se reuniu e acampou dentro do parque das Sete Quedas em protesto contra a inundação da mesma.

Entende-se o Movimento QUARUP como um movimento social de contestação, que aparece nos relatos dos moradores de Guaíra daquele período enquanto ação, que mesmo não sendo dirigida ao governo militar, é compreendida como tal por aqueles que participaram, como podemos ver em outro trecho da entrevista de Suemy:

eles praticavam militância no sentido de, não de, de fala, eles viviam questionando, questionavam sim o regime, só que pacificamente, viviam pacificamente não, é claro que eram até hostilizado, mas não que fizessem assim alguma coisa contra eles não tenho conhecimento.

Quando Rafaela Fischer escreve sobre as Sete Quedas, ela nos traz a referência do Movimento QUARUP enquanto um movimento de contestação ao regime militar, que por meio de um artigo de publicado no jornal Ilha Grande, em 05 de junho de 1982, é divulgado por Ernest Mann:

Teremos nos dias 24,25 e 26 de julho uma movimentação incomum de artistas, ecólogos, cantores e amantes da natureza em Guaíra, ou seja, nas Sete Quedas. Um movimento que se intitulou QUARUP/Festival de Arte e Ciências, vai trazer para Guaíra inúmeras pessoas, as quais não concordam com o desaparecimento das 7 Quedas, que durante aproximadamente 50 horas, divididas em inúmeros espetáculos artísticos, cantar, rezar, discutir e polemizar sobre o crime que se pretende praticar, premeditado nas 7 Quedas.[...] Talvez esse movimento chegue tarde demais, para mudar o rumo dos acontecimentos, talvez, se esse movimento tivesse surgido alguns anos atrás, poderia ter um grande êxito, [...], mas hoje, praticamente no fim da linha, simplesmente vai se fazer um 'Réquiem' com corpo presente, corpo este que vai ser 'As Sete Quedas'. Pode ser que este movimento desperte a Nação Brasileira para preservar outras maravilhas naturais e procurar outras fontes ou outros caminhos de conseguir a força energética, mas para Guaíra somente significará o reconhecimento do dano irreparável e irreversível [...] Nosso apelo para todos os guaiarenses é para participar ativamente no Festival e para demonstrar que nós em Guaíra não somos insensíveis para acontecimentos desta natureza, pelo contrário, Guaíra em peso condena o desaparecimento das 7 Quedas, condena que nunca fomos consultados neste

¹⁹³ Entrevista realizada em 27 de julho de 2013.

sentido, mas também reconhecemos que acordamos tarde demais para agir, pois quando começamos reclamar, Itaipu já estava começada e declarada de prioridade para o Governo. Faço votos, que a Nação aprenda com nossas lágrimas, que evita no futuro, que outras atrações naturais sejam oferecidas sem nenhum gesto de resistência pelo povo, a instalação energética ou industrial, quando alternativas para conseguir o mesmo sem a destruição da natureza. Casos como as 7 Quedas deveriam ser consultados com o povo por intermédio de um 'Plebiscito', pois assim seja preservado o habitat humano¹⁹⁴.

O QUARUP ocorreu nos dias programados, sendo que diversas pessoas de vários lugares do Brasil vieram e acamparam dentro do parque das Sete Quedas conforme relatado por Mann:

Os jovens realizaram shows, cantaram e dançaram com muita liberdade e disciplina. O estúdio Rita Pavão fez um espetáculo de dança ecológica, celebração da missa da terra sem males, desenvolveram temas sobre hidroelétrica, poluição rural, urbana, com grupos de relatos e reflexão. Marcha até o salto 14, com 7 paradas, onde liam um trecho do manifesto que foi distribuído a todos os participantes [...] presidindo o encontro estavam os ecologistas Frederico e Yosphe. Estes jovens por muitos tratados como subversivos, toxicomânicos, etc. e não acreditados, deram uma demonstração de amor a natureza repudiando a destruição das sete quedas e alertando a humanidade para que estas destruições não se repitam. Apesar do pouco apoio recebido dos órgãos oficiais, com exceção da prefeitura municipal de Guaira que dotou o Parque 7 Quedas com infra-estrutura necessária para o evento, o festival QUARUP se realizou em clima que podemos dizer de muita calma, pois além dos 3000 ecologistas, e quase 30000 turistas e o pessoal da comunidade de Guaira se reuniram no Parque, e um evento onde reúne centenas de pessoas se previa algumas agitações, levando inclusive a própria segurança a se admirar. Alguns jovens mais afoitos tomaram banhos nus nas reentrâncias das rochas¹⁹⁵.

Mas apesar de todos os protestos da população, em 18 de setembro de 1982, a menos de um mês do fechamento das comportas em Itaipu, o presidente se dirige a Guaira para conhecer Sete Quedas, aceitando o convite do prefeito do município, o que demonstra a forte relação que Hasper tem com o governo vigente. Além do presidente, se dirigem ao passeio vários ministros, o governador José Hosken de Novaes, o ex-governador Ney Braga, o candidato ao governo Saul Raiz, o diretor da Itaipu Costa Cavalcanti, prefeitos da região,

¹⁹⁴ FISCHER. Op. Cit. P. 17-18.

¹⁹⁵ O QUE foi o QUARUP. **Jornal Ilha Grande**, Guairá, ano 3, n. 115, p. 2, 31 jul. 1982. In: FISCHER. Rafaela A. S., Op. Cit., p. 21.

candidatos a prefeito e vereadores¹⁹⁶.

Com todas as autoridades se despedindo das Sete Quedas, fica declarado que Guaíra perderia além das Sete Quedas, vários hectares de terras que seriam alagados, levando centenas de famílias a perder sua fonte de renda. Relatos de como Hasper sempre concordou e acatou as regras e ordens que foram proclamadas pelo regime ditatorial são encontradas em outras matérias analisadas por Fischer, que pontua como Hasper manteve a imagem de um prefeito entrosado com a população, mas que cumpria todas as decisões que lhe fossem encarregadas pelo governo ditatorial.

Na narrativa de Manuel, a cidade de Guaíra é caracterizada como:

Guaíra na época que eu vim pra cá era uma cidadezinha pequena, tinha as Sete Quedas, o movimento do turismo era muito grande, era bom de mais, só que o exercito era pequeno, e naquela época então o exército tomava conta da cidade, fazia patrulha, eu trabalhava nisso ai direto ...¹⁹⁷

Não fica difícil perceber que a perda das Sete Quedas afetou diretamente a economia, assim como a estrutura da cidade, uma vez que se perdem terras com a formação do lago, gerando diversas contestações tanto dos empresários ligados ao turismo (hotéis, restaurantes, guia, aviação, etc.), mas também dos pequenos proprietários de terras, ribeirinhos, que foram expulsos de suas casas, e um grupo que quase não aparece nas discussões sobre o tema, os indígenas que perderam suas terras.

Apenas recentemente, no relatório final da Comissão Estadual da Verdade do Paraná¹⁹⁸, apareceram os primeiros indícios de pesquisas sobre como a comunidade indígena Guarani da margem esquerda do rio Paraná, foi influenciada pela construção da Usina Hidrelétrica de ITAIPU, onde foi investigada a retirada em 1976 de grupos indígenas

¹⁹⁶ GUAÍRA vive um grande dia. **Jornal Ilha Grande**, Guairá, ano 3, n. 121, p. 1, 18 set. 1982. In. FISCHER, Op. Cit, P. 23.

¹⁹⁷ Entrevista realizada em 21 de setembro de 2013.

¹⁹⁸ A Comissão Estadual da Verdade do Estado do Paraná foi criada pela Lei 17362 - 27 de Novembro de 2012, no âmbito da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos – SEJU. A Comissão tem por finalidade examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticados no Estado do Paraná no período de 18 de setembro de 1946 a 05 de outubro de 1988 além de contribuir com a Comissão Nacional da Verdade na consecução de seus objetivos previstos no artigo 3º da Lei Federal nº 12.528, de 18 de novembro de 2011.

“vítimas de uma política que os confundia com invasores de terras. Suas casas foram queimadas o que os forçava a emigrar. Antes mesmo da construção do início da construção da UHE de ITAIPU, já sofriam diferentes formas de violência, com a acelerada ocupação “branca” do Oeste paranaense”¹⁹⁹.

Em outro trecho do Relatório Final da CEV – PR:

A população das demais aldeias Guarani, que ficaram submersas ou que tiveram suas terras expropriadas pela “colonização”, não foram contemplados com medidas mitigadoras. Estão representadas por diversas aldeias na região oeste do Paraná nos municípios de Santa Helena, Terra Roxa e Guaíra. A expulsão de diferentes grupos Guarani para o Paraguai, a mando do então general José Costa Cavalcanti (que, segundo os Guarani, repetia aos quatro ventos: “Os animais para o refugio, os índios para o Paraguai”) está na origem dos conflitos fundiários e raciais que ocorreram e ocorrem na região do Oeste do Paraná. Conflito que se desdobra no argumento proferido pela Itaipu, onde se repete incessante a antiga forma política de tratar os indígenas Guarani: “esses índios são do Paraguai”. Tal estratégia é desonesto em sua origem e oportunista em seu uso, visto que, como os Guarani foram expulsos nos anos setenta e muitos de seus filhos e netos possuem documentos feitos no Paraguai, quando tentam voltar para seu território de origem no Brasil são taxados de “paraguaios”²⁰⁰.

Estas questões ainda aparecem no cotidiano guairense, atualmente algumas tribos Guarani estão retornando para Guaíra, o que gerou diversas disputas pelas terras. Essas disputas legais são pontuadas por discussões referentes à nacionalidade dessas tribos, ou seja, menções de que estes indígenas são paraguaios, retomando as mesmas acusações e características que os processos expropriatórios de terras indígenas vinculados

aos megaprojetos de desenvolvimento que invariavelmente associavam interesses público-privados como o Acordo Lupion estabelecido na esteira da Marcha para o Oeste; na privatização das terras públicas estaduais e federais repassadas a grandes colonizadoras privadas (COBRIMCO, MARIPA, etc.); na construção de obras de infraestrutura (UHEs de ITAIPU, Salto Santiago etc.)²⁰¹.

¹⁹⁹ Relatório final da RELATÓRIO COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE “TERESA URBAN” – CEV - Paraná, 2015, p. 675.

²⁰⁰ Relatório final do RELATÓRIO COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE “TERESA URBAN” – CEV – Paraná, 2015, p. 676.

²⁰¹ Ibidem, p. 679.

Fica a sugestão para pesquisas futuras sobre esta temática, é preciso analisar a questão indígena, como estas tribos foram diretamente afetadas pelos megaprojetos do regime ditatorial no Oeste Paranaense.

3.4. A ABERTURA POLÍTICA E O APRISIONAMENTO DA MEMÓRIA

Após a inundação das Sete Quedas, a cidade de Guaíra, teve que enfrentar uma nova etapa de sua história, foi preciso reconstruir e reestruturar a cidade. No cenário nacional também está se construindo um novo quadro político que afeta os rumos da Nação, a redemocratização.

Segundo Maciel “a etapa inicial da transição da Ditadura Militar à Nova República foi demarcada temporalmente pelo início do governo Geisel, em março de 1974, e pela edição do Pacote de Abril, em abril de 1977”²⁰². Em Guaíra, também é neste período que começam as mudanças no cenário político municipal, com renovação quase total. Ocorre na eleição de 15 de novembro de 1976, a eleição dos seguintes vereadores:

Elizeu Reis, Emanuel Silveira Barreto, Erminio Vendruscolo, Francisco Luz Borges, Jeremias de o. Lobato, Jurandir Domingues de Oliveira, Luziano Welter, Osvaldino da Silveira e Samuel Benck. Para a presidência o vereador Emanuel da Silveira Barreto nos termos do artigo 29 da lei complementar n ° 2, de 18 de julho de 1973, para o período de 1977/ 1980²⁰³.

Porém, diante da complexidade do cenário nacional, as eleições ocorridas em 15 de novembro de 1982, mantêm em seus cargos os vereadores municipais para o período 1983 a 1988. Sendo que da posse realizada em 1º de fevereiro de 1983, o vereador Eliseu Reis se mantém no cargo no próximo mandato; e Emanuel Silveira Barreto é reeleito em 1986. Aqui é importante mencionar que seus descendentes estão atuando na política municipal atualmente.

O vereador Erminio Vendruscolo, merece um destaque especial, pois além de ser reeleito, foi base da campanha realizada por seu filho Fabian Persi Vendruscolo, eleito para vereador em 1997, e, posteriormente, para prefeito em 2005, sendo reeleito para o cargo de prefeito em 2008, estando atualmente no cargo de prefeito municipal de Guaíra.

²⁰² MACIEL. Op. Cit., P. 85.

²⁰³ Câmara Municipal de Guaíra.

O vereador José Venâncio da Silva não é reeleito, mas sua esposa, Maria Elci Venâncio da Silva, assume o cargo de vereadora em 1989 e, posteriormente, é eleita vice-prefeita de Manoel Kuba em 1997. O vereador Manoel Kuba, como já mencionado, se elege prefeito da cidade de Guáira posteriormente.

Os vereadores Mário Barbosa Rodrigues, Nélida Esther Zeballos Rolon e Itacy Aparecido Marques não têm grande destaque no cenário municipal, mas o vereador Osvaldino da Silveira é eleito para assumir a prefeitura de Guáira em 1986.

Assim, como não há grande alteração nos sujeitos detentores de cargos políticos municipais, os partidos políticos não mudaram: os filiados da ARENA passam para o PDS, e deste para a cisão do PFL (antiga ARENA 1) e o PDS (antiga ARENA 2). Sendo que os membros do MDB passam a formar o PMDB²⁰⁴, se coligando posteriormente com os demais partidos como o PT (partido do atual prefeito).

Estas alterações no cenário político, realizadas de forma controlada pela ditadura, geraram uma das principais marcas da Ditadura de Segurança Nacional, que tem como característica de ação o silenciamento, gerando a construção de uma memória distorcida do que foi o período ditatorial.

Esta memória construída pode ser notada nas narrativas dos entrevistados, que incorporam o discurso da DSN e o reproduzem de forma acrítica. Em diferentes momentos surge nas suas falas a questão da “Segurança” enquanto um fator fundamental para a presença da Companhia de Fronteira, assim como da própria existência do Golpe. Isto, podemos avaliar na fala de Manuel sobre as principais diferenças daquele período para os dias de hoje na cidade de Guáira:

a segurança diminuiu bastante, porque naquele tempo o exército tava na rua, então qualquer probleminha que acontecia na cidade, um assalto, qualquer coisa chamava o exército, o exército ia lá e resolvia tudo, então naquela época você saia de casa ia passear deixava a porta da casa destrancada, ficava o mês fora e você voltava estava tudo do mesmo jeito, ninguém mexia. E partir da hora que o exército saiu da rua, voltou a ficar no quartel, só fazendo instrução aí as coisas mudou completamente. Não porque a segurança esculachou, mas porque a segurança diminui bastante...²⁰⁵.

A respeito da execução das ordens de segurança, Manuel nos relata que:

²⁰⁴ KOLING, Op. Cit., 2007. p. 358.

²⁰⁵ Entrevista realizada em 21 de setembro de 2013.

Essas ordens vinha do nosso comandante geral, que é o General do Exército, vinha de Brasília, da capital do Brasil, que é Brasília, então o General mandava as ordens pros Comandantes de Companhia e o os Comandante de Companhia executavam, aí nós sai pras ruas, na cidade, nos mato, as vezes muitos presos, muitos ladrão fugia pros matos, outro matava alguém e fugia, e o exército ia atrás ia buscar onde tava, ou vivo ou morto, de uma maneira ou de outra ele trazia, de qualquer maneira trazia. E aquele tempo o castigo era diferente, por exemplo naquela época o preso ele ficava na cadeia, cumprindo a sentença dele, a sentença dele lá ele comia uma vez por dia, ele não tinha banho de sol, ele não tinha direito a visita então o que que acontecia, naquela época, quando ele saia que ele cumpria a pena dele ele não queria mais voltar na cadeia, ele sabia que ali ele ia sofrer, ia passar fome, então o sofrimento era tão grande, hoje em dia os presos tem muita mordomia ...²⁰⁶.

Um das formas pelas quais as forças militares agiam, era por meio das Ações Cívico-Sociais (ACISO), que se constituíam por um conjunto de atividades promovidas com o objetivo de amenizar as principais necessidades das comunidades carentes, particularmente em atendimento médico. É um “expediente que, embora tenha caráter temporário, tem sido largamente utilizado pelas Forças Armadas, com intuito também de permitir maior interação entre o público civil e o meio militar”²⁰⁷.

Na cidade de Guaíra tem sido utilizada desde a instalação do primeiro destacamento, mas foi a partir de 1970 que se intensificou sua utilização, tendo

a partir da década de 1970, a Companhia passou a participar de maneira mais intensa de operações dessa natureza, quando atuou de julho a outubro de 1970, na Operação ACISO/70, organizada pela 5ª Região Militar, que teve por finalidade melhorar as condições socioeconômicas e culturais das comunidades carentes nos estados do Paraná e Santa Catarina. Nesse contexto a tropa de Guaíra, entre os dias 1º e 14 de julho, esteve nas seguintes localidades: Arroio Guaçu, Bela Vista, Belegani, Capivari, Cruzeiroinhos, Estrada da Faixinha, Marechal Cândido Rondon, Maracajú dos Gaúchos, Maracajú dos Mineiros, Mercedes, Igreja dos Crentes, Oliveira Castro, Paragem, Passo-Itá, Terra Roxa, Vila Guarani e Vila Rica²⁰⁸.

Sendo este outro fator que leva a construção desta memória está diretamente ligada a atuação do exército em Guaíra, como relatado anteriormente uma de suas principais formas de ação são os ACISOS, sendo possível observá-la nas falas de Manuel quando este menciona as “caridades” realizadas pelos militares durante o período pesquisado:

²⁰⁶ Entrevista realizada em 21 de setembro de 2013.

²⁰⁷ SILVA, O p. Cit. p. 161.

²⁰⁸ SILVA, Op. Cit. p.161.

nós saía pras cidade, nesses sítios, nas fazenda, concertar a estrada, concertar ponte, reformar escolas, fazer pinturas, reformava as escolas, tinha dentista que trabalhava fazia trabalho na criançada na população toda né, fazia extração de dente, esse era uma trabalho a saúde, sempre trabalha nessa parte... tinha médico na cidade só que os médicos não vencia, e outros também não tinha condições de pagar, e o exército fazia esse trabalho na rua, eles falavam aciso, eles fazia esse trabalho era tudo de graça, ninguém pagava nada, fazia extração de dente, consulta, os dentistas trabalhavam, os médicos faziam consultas, várias consultas, fazia até cirurgia e ninguém pagava nada, era tudo de graça, tudo por conta da União, e hoje não existe mais isso [sic]²⁰⁹.

Esta memória é dispersada pela imprensa local, aparecendo durante a entrevista com Soemi (proprietária do jornal local):

Olha, por ser uma cidade pequena a relação do exército com a comunidade, era uma relação bastante tranquila, não havia assim perseguições, nós tínhamos por exemplo o Dr. Geremias que era um ferrenho contestador do regime e que, e outros tantos como o vereador Barreto na época, Geremias, Barreto, o Sr. José Venâncio, eles eram mesmo contestadores do regime, mas que na comunidade não se notou assim nada que viesse a prejudicar, o exército vivia pacificamente com a comunidade.

- Olha em Guairá nós tivemos vários atritos políticos, mas que na realidade para nós foi sempre muito tranquilo, não tivemos assim grandes, grandes problemas²¹⁰.

De forma que a autoridade imposta pelas Forças Armadas fica evidente, assim como suas ações são realizadas “aos olhos do povo para servir de exemplo”. Muitas histórias são contadas sobre as ações do Exército Brasileiro na região guairense, mas nenhuma pode ser comprovada, porém o fato de não serem comprovadas, não quer dizer que não sejam repassadas pelos moradores da região.

É fundamental observar que as pessoas que falam e propagam a história oficial estão diretamente ligada ao regime ditatorial e se beneficiaram deste, são ex-militares, a dona do jornal local, e mesmo os textos encomendados pelo governo local. A necessidade de criar uma história harmônica e conseqüentemente a criação de uma memória “nostálgica” da ditadura está diretamente ligada ao licenciamento da parcela da população que não foi beneficiada pelo golpe.

²⁰⁹ Entrevista realizada em 21 de setembro de 2013.

²¹⁰ Entrevista realizada em 27 de julho de 2013.

Pode-se concluir também que este silenciamento está ligado a fatos que não puderam ser comprovados nesta pesquisa, mas que merecem investigação, não só do campo acadêmico, mas investigações legais, como desaparecimentos e corpos “desovados” no Rio Paraná, ou mesmo a o enterro em covas de indigentes (como foram descobertas covas com corpos não identificados no cemitério municipal de Guaíra que datam da década de 1970).

Das diferentes maneiras da memória se manifestar, uma é a relacionada ao esquecimento, esta condição da memória silenciada pelo esquecimento vem sendo praticada em Guaíra durante muitos anos. Quando Michael Pollak descreve em seu artigo **Memória, Esquecimento, Silêncio** acerca deste tema, é possível observar como este esquecimento é praticado na cidade de Guaíra.

E esta foi uma das principais dificuldades da pesquisa: muitos se disponibilizavam a falar, mas quando se inteiravam sobre o tema não estavam mais disponíveis. Havia várias hipóteses levantadas, mas sem nenhuma confirmação: pessoas desaparecidas, sujeitos que foram levados para interrogatório pelos soldados do exército, e a existência de um “cemitério de informações/ arquivo morto” dentro das dependências do quartel em Guaíra. Nenhuma destas informações foi averiguada (não houve a possibilidade), continuando apenas no imaginário popular.

Infelizmente não foi possível confirmar ou encontrar fontes que relatavam acerca destes fatos... O relato militar indica que havia repressão, mas nenhum caso é citado e o relato “popular” cita casos, mas não confirma. Aparece no relatório da CEV-PR como “nas aldeias ocorreram massacres e diversos outros tipos de violência de caráter racial, que estão bem explicitados nas Audiências Públicas da CEV”²¹¹. Este outro lado da história guairense também aparece na fala de Maurino, que relata como Guaíra não fica fora da rota de violência, e com uma clareza brutal fala como atuação da ditadura executava:

eu me lembro de uma experiência lá dentro do quartel, nós pegamos um. Apareceu, aportou em Guaíra assim, um estrangeiro, não me lembro de onde, e ele tinha dólares, nunca ninguém sabia o que era dólares, ninguém conhecia, não sabia de nada, por que esse homem estava em Guaíra, portando dólares? O exército queria saber tudo. Pegou ele, e ele não falava. Ele era num sei, mexicano, chileno, é dum país sul-americano. Aí, vai pro ‘Pátio dos Milagres’. O Pátio dos Milagres eram poucas pessoas que presenciavam, que às vezes tinham que fazer parte do Pátio dos Milagres, eram os castos procedores ... (Isso aqui em Guaíra?) É, isso lá, o quartel que

²¹¹ Relatório final da RELATÓRIO COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE “TERESA URBAN”– CEV – Paraná, 2015, p. 680.

fazia isso. Então levamos ele pro Pátio dos Milagres. Pátio dos Milagres nada mais era do que onde ficava os cavalos, os cavaleiros. Enquanto tinha um que executava o ... a pessoa, primeiro dava choque nele, colocava ele pelado, amarrado choque. Daí começava: onde que ele arrumou esses dólares, aquela coisa toda, de onde ele veio. Não dava resultado, por ultimo, o ultimo que eu vi foi horrível, daí do lance da execução. E cada vez que você fazia alguma coisa ele gritava, a céu aberto né, gritava, e pra que isso não fosse ouvida tinha um que dava choque no cavalo, o cavalo urrava, os animais urravam pra que abafasse o som do grito dele. A ultima que eu vi, cheguei presenciar mesmo, um cabo, o Comandante falou: - agora coloca uma agulha debaixo da unha dele, de todas as unhas dele. Daí quando foi na primeira, que a agulha, desse tamanho, estava enterrando, aquilo eu olhei assim, voando sangue pra todo lado, e ele berrando, berrando, aquilo foi horrível pra mim, pra mim foi uma passagem horrível. E o cavalo gritando, pulando, saltando, vários cavalos, eles faziam tudo bem esquematizado. Era o Pátio dos Milagres da 5ª Companhia de Fronteira, isso eu vivi. Presenciei. Eu era soldado e presencie porque fui convidado pra ... não sei, não me lembro qual era a minha função naquele momento assim, pra fazer parte do pessoal que estava conduzindo o Pátio dos Milagres, entorno de 10-12 pessoas, que estavam ali pra executar. Então era assim... (e isso persistiu durante todo o período?) De todo o período. É pegava um civil ai fazendo contrabando de café tava, tava todo enrascado²¹².

Este trecho da entrevista de Maurino nos remete mais uma vez ao contrabando que ocorre na fronteira Brasil-Paraguai, na região guaireense; porém estes relatos de violência extrema são ocultos da historiografia oficial, sendo relatos como este, raros de serem obtidos. Foi com base numa relação pessoal que o depoente faz o este relato, mas no momento da entrevista, ao fazer este relato carregado de dor e violação, o entrevistado não tremeu, ou demonstrou qualquer alteração emocional, pois considera que estes fatos fazem parte de uma história “legitimada por seus objetivos”.

E mesmo os atos que mais afetaram Guaíra são legitimados por esta memória nostálgica construída sobre o período, havendo sempre muitos elogios aos anos de mandato de Kurt Walter Hasper, mas há também uma anulação de suas ações, quase uma vitimização do sujeito, dizendo que ele não teve alternativa a não ser cumprir com os mandatos do Comando. Isso aparece na fala de Soemi (proprietária do jornal Ilha Grande):

Olha, na realidade o prefeito Kurt Walter Hasper era uma pessoa muito bondosa, bondosa no sentido humano, de pessoa humana, bondosa... é, eu trabalhei também na assistência social ele era uma pessoa que procurava tratar a todos como muito carinho, só que sendo nomeado era um prefeito que ele fazia o que o governo federal queria, então todas as atitudes e até o relativo atraso do nosso município, o fato de termos perdido as Sete Quedas

²¹² Entrevista realizada com Maurino de Oliveira, em 09 de abril de 2015 por SILVA, Mara D.S.

se deve ao fato de que sendo nomeado o prefeito ele lia na cartilha do governo federal e se não lesse, e seria destituído do cargo, então o prefeito era bom, muito bom, só que, ele fazia exatamente o que o governo federal queria que fizesse, então ele seguia as normas da ditadura militar.

Fica evidente a necessidade de mais estudos sobre as ações das Forças Armadas em Guáira, é preciso desconstruir esta história oficial e acima de tudo é preciso analisar de forma crítica a memória “nostálgica” criada e propagada sobre o regime civil-militar.

CONCLUSÃO

Por mais que o estudo trate da análise de uma cidade localizada ao extremo Oeste paranaense procuramos não perder de vista o contexto nacional de Ditadura de Segurança Nacional, em especial no que se refere ao contexto do distanciamento da população das questões políticas, sendo a Ditadura Civil-Militar utilizada pelas elites locais para a manutenção de seu status e poder; outra questão que também foi analisada em maiores detalhes é a manutenção do poder executivo, tendo como prefeito do município Kurt Walter Hasper, nomeado pelo governador do Estado do Paraná, como regia a política ditatorial.

Seria ilusório supor que este trabalho tenha respondido a todas as questões acerca da cidade de Guaíra, e sobre a Ditadura Civil-Militar brasileira. Ele responde muito menos à possibilidade de um arquivo e/ou uma fonte ideal, que nos esclareceria todos os fatos que decorreram neste período.

Não existem fontes que solucionariam todas as problemáticas e fechariam todas as lacunas, e nem é a intenção deste trabalho terminar a discussão solucionando todas as questões sobre a Ditadura de Segurança Nacional, sobre Guaíra e o Brasil. Há, como um de seus objetivos, a necessidade de apontar a possibilidade de análise desta temática fora do eixo Rio/São Paulo, fora dos grandes centros urbanos do Brasil, levando assim a novas perspectivas de compreensão da história nacional a partir das questões regionais das cidades do interior do país, de como essas cidades são afetadas pela Ditadura de Segurança Nacional, pelos limites fronteiriços implantados neste período, pela intensificação da “segurança” e mesmo pelas mudanças no sistema político municipal a partir do contexto ditatorial.

Ainda há um longo caminho a ser percorrido para uma melhor compreensão dos fatos ocorridos neste período, mas este trabalho inicial se propõe como uma forma de problematizar algumas dessas questões. No primeiro capítulo a pesquisa se propôs a analisar como a cidade de Guaíra se estruturou até os anos de 1960, buscando, assim, esclarecer os antecedentes deste Município e apresentar um pouco de sua história ao leitor que desconheça este município.

A história de Guaíra pode ser relacionada com os caminhos pré-coloniais que levavam a travessia do Rio Paraná às origens da Cidade Real do Guairá. E foi somente em 1951, que a cidade de Guaíra foi emancipada tornando-se um município. Durante os anos do contexto de *obrages*, Guaíra passou pela exploração extrativista do mate e da madeira.

Desde sua fundação, o município foi sede da Companhia Mate Laranjeira, uma

empresa que produzia e comercializava erva-mate desde 1908. Mesmo com o comércio da erva-mate, Guaíra ainda era uma cidade isolada do resto do país até início dos anos 1960, devido à falta de estradas asfaltadas que fizessem ligação com as grandes cidades paranaenses.

Porém, um momento que faz com que Guaíra ganhasse destaque em âmbito nacional é quando ocorre a criação do Lago de Itaipu, um acontecimento que trouxe grandes alterações no quadro político, econômico e social de Guaíra, que aconteceu dentro de um determinado contexto histórico, fatos estes discutidos com maiores informações no segundo capítulo, quando analisamos a imprensa guairense.

Mesmo nas considerações finais, tenho consciência de que ainda existem diversos fatos a serem analisados sobre o tema e sobre o objeto de estudo, a cidade de Guaíra. Ao delimitar o tema e o recorte temporal, muitas questões ficaram de fora, e mesmo as questões escolhidas para pesquisar neste trabalho precisam de mais aprofundamento e ponderação, exigindo cuidado na leitura e análise atenta.

A falta de tempo disponível para me dedicar ao trabalho de pesquisa prejudicou bastante o desenvolvimento da dissertação, bem como a falta de experiência da pesquisadora, que na sua ânsia de buscar fontes e dar início ao processo de produção, não se ateu em sistematizá-las de forma clara no corpo do texto. As limitações deste trabalho são muitas, e por isso peço a compreensão dos leitores.

A restrição da atuação política do povo é uma das características da presença tanto dos regimes militarizados, quanto da DSN no Brasil, e isto ocorre, principalmente, devido ao fato da DSN surgir no contexto de Guerra Fria, nas Escolas de Guerra estadunidenses, se espalhando pelas Forças Armadas dos países latino-americanos.

É desta forma que a DSN perpassa pelo mandato do Sr. Kurt Walter Hasper. Com a aplicação da Lei nº 5449, em 04 de junho de 1968, o mandato de Prefeito do Município de Guaíra – PR do Sr. Hasper durou aproximadamente vinte e um anos, por “coincidência”, o mesmo período que corresponde aos anos em que o Brasil esteve sob o sistema de Estado Militarizado.

Além do mandato prolongado do Sr. Hasper, também observamos a presença constante dos militares em todos os campos sociais da cidade de Guaíra. Durante as conversas informais e as entrevistas analisadas nesta pesquisa, fica muito claro o poder social exercido pela instituição militar na cidade. Durante análises mais específicas, é possível atingir mais

conclusões que as pontuadas aqui, e que devem ser realizadas em pesquisas futuras, principalmente, no que se refere ao discurso que permanece constante entre as pessoas que residem no município a mais tempo, de que “a segurança diminui bastante [hoje], naquele tempo o Exército estava na rua, então qualquer probleminha que acontecia na cidade, um assalto, qualquer coisa, chamava o Exército, o Exército ia lá e resolvia tudo”.

E neste momento vale ressaltar que a aspiração inicial desta pesquisa era compreender como o período da Ditadura afetou a realidade social dos moradores de Guaíra. Para tanto, teria como ponto de partida as entrevistas, já que se tornou imprescindível ir além das ações dos sujeitos que militarizaram o Estado. Porém, o objetivo de incluir as perspectivas dos sujeitos “comuns” que ainda vivem nesta cidade do extremo Oeste paranaense, se tornou muito difícil, foi preciso lançar um olhar para os marcos que constituíram a “memória oficial” da cidade, na tentativa de identificar as marcas que deixadas levaram ao silenciamento desta população.

Quando PRADO²¹³ trabalha com a memória nostálgica que existe na cidade de Guaíra, ele está correto quando nos relata que em Guaíra existe, tanto um memorialismo oficial, como um conjunto significativo de trabalhos acadêmicos que assumem os marcos hegemônicos construídos no processo de “refundação” da cidade a partir da submersão de Sete Quedas com as águas do Lago de Itaipu, em 1982. Tais trabalhos fazem o desserviço de, apenas, reproduzir os discursos oficiais e deixam vários “espaços em branco” que compreendem períodos e trajetórias de outros sujeitos que não deveriam estar ausentes dessa memória.

A utilização da história oral como um método de pesquisa também exigiu muita atenção, pois além de abrir enormes possibilidades ao pesquisador lhe dando grandes expectativas, faz com que o pesquisador tenha de ater à dimensão do tema proposto, em especial, dentro dos prazos que ficam cada vez mais curtos.

Empregando, então, a fonte oral como meio de viabilizar as questões, foi possível visualizar outros aspectos, como a dupla face das Forças Armadas, que se utilizavam abertamente do Terror de Estado ao mesmo tempo em que pregavam em seus discursos a Segurança Nacional, e praticavam o assistencialismo. Estes aspectos podem ser entendidos como forma de legitimar suas ações, mas se torna cada vez mais interessante pensar na possibilidade de um novo objeto de estudo acerca desta discussão.

Quando pontuamos especificamente a influência da Doutrina de Segurança Nacional e

²¹³ PRADO, Diego A. do. Guaíra e a emergência da memória nostálgica. Op. Cit., p 18.

da geopolítica na cidade de Guaíra, as questões que se tornaram mais óbvias foram: a declaração da cidade como área de segurança nacional, o que garantiu a duração prolongada do mandato do Prefeito Kurt Walter Hasper; e a intensa atuação das Forças Armadas no cotidiano da sociedade guairense, que até os dias atuais ainda é muito grande.

O que também se manteve no cotidiano guairense foram as famílias tradicionais que tomaram posse da política da cidade, e vêm sendo eleitas e reeleitas por várias eleições seguidas. Compreendemos então que dentro deste período encontram-se indícios da relação político-militar que influenciou a vida dos guairenses.

É preciso ainda apontar, mais uma vez, o controle social realizado pelo regime ditatorial que repercute até os dias atuais, ou seja, o silenciamento da população que criou uma memória de que “a ditadura nem chegou” à região guairense. Isso está ligado ao fato de Guaíra, mesmo sendo região de fronteira, não ter sido local de fuga dos grupos armados presentes no Paraná (ou pelo menos não ter registros de ter sido).

Assim como havia a ditadura brasileira, o Paraguai passava por um período de ditadura, e o contexto Paraguaio estava diretamente ligado com a ditadura brasileira. Com a ditadura do general Alberto Stroessner que manteve um cenário político de violentas perseguições, caracterizado pelo terror político, mantendo um regime baseado na Doutrina de Segurança Nacional.

O que ocorre aqui afeta lá, e vice e versa, estando diretamente ligada a “esta forte atração exercida pela região fronteiriça, e o decorrente trânsito bilateral”²¹⁴. Ou seja:

Ao longo das décadas de 1960 e 1970, com a eclosão de golpes de Estado e com a decorrente proliferação de ditaduras civil-militares no Cone –Sul, as fronteiras estatais dos países da região estiveram, em alguma medida, subordinadas a diretriz ideológica dos regimes de Segurança Nacional instaurados, qual seja, o anticomunismo. Procurou-se, dessa forma, tornar as fronteiras, por um lado, barreiras para a oposição política e, por outro, fluídas para a repressão. Para alguns, a busca pela região fronteiriça representou uma estratégia de sobrevivência e, quiçá, de seguir lutando, com o refúgio do outro lado da linha divisória; para outros, as fronteiras tornaram-se alvo de incessante vigilância e também porta-de-entrada para monitorar o “inimigo interno” asilado, assim como aqueles cidadãos do país vizinho também considerados “inimigos”, os quais eram vistos como

²¹⁴ Assumpção, Marla Barbosa. A Fronteira Geminada de Santana do Livramento – Rivera como Marco das Conexões Políticas Regionais e internacionais: repressão e resistência em Áreas de Interesse da Segurança Nacional (1964-1973), Dissertação de Mestrado PPGH-UFRGS, 265 p. Porto Alegre, 2014. p. 29.

potenciais fatores de ameaça e perturbação da ordem e da propalada Segurança Nacional, segundo premissas desses regimes ditatoriais²¹⁵.

Justamente a segunda opção é a mais plausível para o que ocorreu em Guaíra, uma vez que o Paraguai é sempre apontado como um inimigo, desde a Guerra do Paraguai, e a fronteira entre Brasil-Paraguai na região guairense sempre foi alvo de especulação devido ao contrabando.

Outra questão que precisa ser retomada é a necessidade de investigação sobre o que ocorreu com as populações indígenas da região guairense, assim como também o estudo sobre “os camponeses (colonos, caboclos, comunidades indígenas, comunidades quilombolas, agregados, pequenos posseiros, meeiros, parceiros, etc) que foram expropriados, violentados, física, simbólica e psicologicamente pela política agrária da ditadura”²¹⁶.

Que em linhas gerais:

foram obrigados a abandonar modos tradicionais de moradia, trabalho, vida e sociabilidade em prol de uma ideia de progresso e inovação que pouco ou nada os favorecia. Como parte da região Sul, o Oeste do Paraná foi palco impar para o desenvolvimento de conflitos, resistências e contestações, os quais foram levados a cabo pelos camponeses que viviam na região. Impactava ainda mais a situação o fato de que uma das grandes obras da ditadura civil-militar, a hidrelétrica binacional de ITAIPU, foi responsável pela desapropriação de um sem número de lavradores que viram as terras onde nasceram e cresceram serem, juntamente com cidades, comunidades, escolas e cemitérios, submergidas nas profundezas do lago que foi construído para dar vida à maior hidroelétrica do mundo²¹⁷.

²¹⁵ ASSUMPÇÃO, Marla Barbosa. A Fronteira Geminada de Santana do Livramento – Rivera como Marco das Conexões Políticas Regionais e internacionais: repressão e resistência em Áreas de Interesse da Segurança Nacional (1964-1973), Dissertação de Mestrado PPGH-UFRGS, 265 p. Porto Alegre, 2014. p. 36-37.

²¹⁶ SILVA, Carla Luciana; e SILVA, Marcio Antonio Both da. CAMPONESES, MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E DITADURA: Oeste do Paraná (1964-1988), In. Relatório final da RELATÓRIO COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE “TERESA URBAN” – CEV – Paraná, 2015, p. 692.

²¹⁷ Idem.

BIBLIOGRAFIA

- ALBERTI, Verena. Manual de História Oral. São Paulo: Editora FGV, 2005.
- ASSUMPÇÃO, Marla Barbosa. A Fronteira Geminada de Santana do Livramento – Rivera como Marco das Conexões Políticas Regionais e internacionais: repressão e resistência em Áreas de Interesse da Segurança Nacional (1964-1973), Dissertação de Mestrado PPGH-UFRGS, 265 p. Porto Alegre, 2014.
- BARBIAN, Luciano. A Ditadura de Segurança Nacional na América Latina e as especificidades do caso boliviano. Revista Vestígios do Passado. 2008.
- BARBOSA, Maria Helena. Memórias do regime Militar. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso), Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, campus de Marechal Cândido Rondon, 2003.
- BEATO, Paulo. Guaíra e Itaipu: o roubo de tratores a beira do lago. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso), Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, campus de Marechal Cândido Rondon, 2002.
- BOSI, Ecléa. Memória e sociedade. Lembranças de velhos. 3 ed. São Paulo: Cia das Letras, 1994.
- CALIL, Gilberto Grassi. O SENTIDO HISTÓRICO DO GOLPE DE 1964 E DA DITADURA E SUAS INTERPRETAÇÕES. In. Trabalhadores e Ditaduras: Brasil, Espanha e Portugal, org. MATTOS, Marcelo Badaró; VEJA, Rubén. Editora Consequência, Rio de Janeiro, 2014.
- CASTRO, Nilo André Piana de. A imagem a serviço da hegemonia: uma leitura sobre o desenvolvimento do cinema e da televisão entre as décadas de 1920 e 1950. In. HISTÓRIA & IMPRENSA – Estudos de Hegemonia. Org. SILVA, Carla Luciana; RAUTENBERG, Edina. Coleção Tempos Históricos, 14. Coleção Brasil Republica, 3. Porto Alegre: FCM Editora, 2014.
- COMBLIN, P. Joseph. A ideologia da Segurança Nacional - o poder militar na América Latina. Ed. Civilização Brasileira, 1980.
- COSTA, Wanderley M. O Estado e as Políticas Territoriais no Brasil. Ed. Contexto, 2000.
- DUARTE, Gerson Constância. A reprodução ideológica do discurso político na educação: um entendimento através da fala dos professores universitários no contexto do governo

- Geisel, 1974-1979. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória – ES, 2008.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. História Oral: desafios para o século XXI. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000.
- FISCHER. Rafaela A. S. Sociedade Guairense: o fim das sete quedas e as estratégias de silenciamento da população pela ditadura. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso), UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, campus de Marechal Cândido Rondon, 2006.
- GINZBURG, Carlos. Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GUILHERME, Cássio Augusto Samogin Almeida. A DITADURA CIVIL-MILITAR E A “POLÍTICA INTERIORIANA”: O caso Halim Maaroufi em Nova Londrina-Pr (1969). Editora CRV, Curitiba, 2012.
- KOLING, Paulo José. Moradia e pertencimento: apontamentos sobre a problemática das cidades. In TEMPOS HISTÓRICOS – Dossiê Estado e Poder, 2005. ADUNIOESTE, Marechal Candido Rondon, 2005.
- KOLING, Paulo José. Sociedade e política: Em Marechal Cândido Rondon. In TEMPOS HISTÓRICOS – Dossiê Estado e Poder. Volume 10, 1º Semestre/2007. ADUNIOESTE, Marechal Candido Rondon, 2007.
- KONRAD, Diorge Alceno; LAMEIRA, Rafael Fantinel; LIMA, Mateus da Fonseca Capssa. DITADURA CIVIL-MILITAR E HISTORIOGRAFIA: repressão e resistência no Rio Grande do Sul. In. CONE SUL EM TEMPOS DE DITADURA – reflexões e debates sobre a História Recente. Org. PADRÓS, Enrique Serra. EVANGRAF – UFRGS, Porto Alegre, 2013.
- LIMA, Vilma Fiorotti. Guaíra nos tempos de Ernest Mann. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso), Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, campus de Marechal Cândido Rondon, 1994.
- MACIEL. David. A argamassa da ordem: da ditadura militar à Nova Republica (1974-1985). São Paulo: Xamã, 2004.
- MAGALHÃES, Luiz Alfredo Marques. Retratos de uma época – os Mendes Gonçalves & a Cia. Matte Larangeira. Ponta Porã, Mato Grosso do Sul, 2013, p. 67. Retrato de Guaíra/Porto Monjoli. Foto de Alberto Braud, 1930.

- MAIA, Marcelo Cláudio. Itaipu e suas consequências em Guaíra. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso), Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, campus de Marechal Cândido Rondon, 1997.
- MALERBA, Jurandir; SILVA, Ans Lúcia da. Estado brasileiro pós-1964: da democracia à liberdade vigiada. In TEMPOS HISTÓRICOS Volume 3, n. 1. EDUNIOESTE, Cascavel, 2011.
- MENDONÇA, Sonia Regina de A pesquisa sobre Estado e Poder: balanço historiográfico..In. ESTADO E PODER: questões teóricas e estudos históricos, org. SILVA, Carla Luciana; CALIL, Gilberto Grassi; KOLING, Paulo. Cascavel, Edunioeste, 2011.
- MIYAMOTO, Shiguenoli. Geopolítica e Poder no Brasil. Ed. Papirus Editora, 1995.
- PADRÓS, Enrique Serra. América Latina: Ditaduras, Segurança Nacional e Terror de Estado. Revista História & Luta de Classes, 2004.
- PADRÓS, Enrique. Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e segurança nacional no Uruguai. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, 2005.
- PASCUAL, Alejandra. Terrorismo de Estado: a Argentina de 1976 a 1983. Brasília: Unb, 2004.
- POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. Revista Estudos Históricos, nº 3, 1989, p. 3-15. Editora Revista dos Tribunais.
- PRADO, Diego A. do. Guaíra e a emergência da memória nostálgica: narrativas e tensões vividas (1960-2008), Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso), UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, campus de Marechal Cândido Rondon, 2008.
- RAUTENBERG, Edina. A revista Veja e as empresas de construção civil durante a Ditadura Civil-Militar brasileira. In. HISTÓRIA & IMPRENSA – Estudos de Hegemonia. Org. SILVA, Carla Luciana; RAUTENBERG, Edina. Coleção Tempos Históricos, 14. Coleção Brasil Republica, 3. Porto Alegre: FCM Editora, 2014.
- SANTOS, Ana Paula dos. Um salto ao passado: memórias das Sete Quedas. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, campus de Marechal Cândido Rondon, 1999.
- SILVA, Carla Luciana; e SILVA, Marcio Antonio Both da. CAMPONESES, MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E DITADURA: Oeste do Paraná (1964-

1988), In. Relatório final da RELATÓRIO COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE “TERESA URBAN” – CEV – Paraná, 2015.

TELLES, Vera da S. A cidade nas fronteiras do legal e ilegal. Belo Horizonte: MG:Fino Traço, 2010.

ZAGO, Luciana Grespan. Fronteira e Segurança Nacional no Extremo Oeste Paranaense: um estudo do município de Marechal Cândido Rondon. Dissertação (Mestrado), Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo – RS, 2007.

ACERVO / FONTE

ALEKSIEJUK, Omar Fedato. Esta terra tem dono – Guayrá. 100 anos de Guaíra edição comemorativa (06.05.1908-06.05.2008). Editora Copi Batel, Curitiba, 2008.

GREGORY, Valdir. Guaíra, um mundo de águas e histórias. Ed. Germânica, 2008.

MANN, Ernst. Registros pessoais doados por sua esposa em 1992, após a sua morte, ao Cepedal – Centro de Pesquisa e Documentação da América Latina da Unioeste/Facimar, de Marechal Cândido Rondon (hoje Unioeste, campus de Marechal Cândido Rondon).

MUNTOREANU, Hortência Z. Folhas Soltas. São Paulo KMK Editora, 1987.

Pasta do DOPS sobre Guaíra, disponível no Arquivo do Paraná.

Relatório final da RELATÓRIO COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE “TERESA URBAN” – CEV – Paraná, 2015.

SILVA, Edycleber de Oliveira. Desbravadores de Guaíra: a História da 5ª Companhia de Fronteira. Guaíra, 2011.

VERCH, Wirley Arthur Beyer. O protesto continua ... Sete Quedas VIVE! Editora e Gráfica Visual Ltda. Itajaí - SC, 1998.

ENDEREÇOS ELETRÔNICOS:

<http://www.guaira.pr.gov.br/>